

# **A FAVELIZAÇÃO DO PLANETA**

**Coletânea - P.Timm org. - Para uso em sala de aula**

**2016**

## **Índice**

**1. Um mundo dominado pelas favelas**

**Erminia Maricato**

**2. A crise da urbanização planetária**

**David Harvey**

**3. A cidade voraz - A cidade voraz - PePETela**

**<http://www.portaldaliteratura.com/cronicas.php?id=111>**

**4. A nova sociedade urbana**

**5. As 50 cidades mais violentas do mundo; Brasil tem  
16 na lista - InfoMoney**

**6. Cidade e arquitetura contemporânea: uma  
relação necessária -**

**Eunice Helena Sguizzardi Abascal**

**7. "Cidade Escandinava de 8 milhões": A conectividade  
terrestre como sinônimo de posicionamento global**

**8. Cidades inovadoras CWT**

**9. A derrota da moradia popular**

**10. Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um**

**novo ciclo de lutas nas cidades =**

**PEDRO FIORI ARANTES**

**11. La dimensión urbana de la desigualdad Alicia Ziccardi,**

**12. Las ruinas de la vivienda popular em Mexico**

**13. MINHA CASA, MINHA VIDA – O LIXO URBANÍSTICO**

**Cesar Benjamin**

**14. Não há espaço para a arquitetura cordial - Daniela Chiaretti**

**15. Brasil: O desafio das cidades**

**16. Como viver em mansões ao redor do mundo**

**17. O Projeto Pedregulho – RJ**

**18. Arquitetura Social perdida**

**19. A Cidade, o Habitat universal - Paulo Timm**

**20 . A importância do local no mundo globalizado**

**21. "A Nova Sociedade Urbana "!" "NADA A LONGO PRAZO"! - Richard Sennett**

**22. O futuro das cidades**

**23. Cooperação e mudanças**

**24. Cidades Ameaçadas – L.A. Salomão**

## 25. Las redes de ciudades: un fenómeno en crecimiento en el plano internacional

Verónica Merlo \*



### 1. Um mundo dominado pelas favelas

*Erminia Maricato*

*Planeta Favela* oferece contribuição ímpar para desvendar a desconhecida e gigantesca escala de favelização e de empobrecimento das cidades do chamado Terceiro Mundo. Considerando-se que a população das favelas cresce na base de 25 milhões de pessoas a cada ano – conforme lembra Mike Davis ao citar os dados da UN-Habitat – e que as mais altas taxas de urbanização são observadas nos países pobres, que eram, ou ainda são, predominantemente rurais, esse processo diz respeito à maioria da população do planeta. Contribuições como a deste livro tornam cada vez mais difícil ignorar a dimensão do fato e tentar dar a ele tratamento pontual, com enfoque em *best practices* (boas práticas) como tem tentado o *establishment* das agências internacionais de desenvolvimento. Davis revela que, ao contrário de aliviar o problema, essas instituições, especialmente o Fundo Monetário Internacional (FMI), que impôs os Planos de Ajuste Estrutural (PAEs) aos países do Terceiro Mundo, foram cruciais na explosão da pobreza responsável pelo desemprego de 1 bilhão de pessoas, ou um terço da mão-de-obra dos países do Sul no final dos anos 1990, segundo dados da CIA, citados pelo autor.

Em vez das cidades de ferro e vidro, sonhadas pelos arquitetos, o mundo está, na verdade, sendo dominado pelas favelas. Os números que abundam ao longo da obra não são novos, embora nunca tenham sido apresentados juntos e com tal ênfase. A tendência ao empobrecimento urbano vem sendo alertada por numerosos autores e instituições, muitos dos quais presentes na extensa bibliografia final.

Por que reconhecer que este livro é forte instrumento para derrubar essa barreira e iluminar os problemas urbanos e grande parte de suas causas? O primeiro motivo está na abrangência ampla do diagnóstico. O autor tenta mostrar que há tendências, no processo de urbanização recente, que são universais, apesar de se tratar de diferentes países. Em um estilo direto e, por vezes, chocante, Davis valoriza o conhecimento empírico e é pouco dado a longas abstrações ou desenvolvimento conceitual, o que revela sua origem proletária e de militante de esquerda. Seu trabalho tem finalidade militante, e o estilo contraria a abstração e o distanciamento usuais na maior parte dos trabalhos acadêmicos.

Como já foi mencionado, uma sucessão de dados numéricos e de informações qualitativas flui como uma torrente a tirar o fôlego do leitor. O tema do crescimento e do empobrecimento das cidades do Terceiro Mundo é cercado e abordado por meio de inúmeras entradas. A formação de “superurbanizações” e “megacidades” – que podem merecer a alcunha de “leviatã”, como a região que engloba São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas– abre uma longa lista de temas como por exemplo o crescimento de favelas provocado por guerras, expulsões catástrofes, recessão econômica (como no caso da América Latina), alto crescimento econômico e urbano (como nos casos da Índia e da China), segregação, racismo; tragédias decorrentes de desmoronamentos, enchentes, incêndios, terremotos (que vitimam sobretudo os pobres); áreas contaminadas, explosões tóxicas; os males do transporte rodoviário como a poluição do ar e os acidentes de trânsito, entre outros.

A “crise sanitária” – tratada na seção “Viver na merda” – mereceu uma descrição dramática ilustrada por dados sobre centenas ou milhares de habitantes de favelas que disputam apenas uma latrina em algumas cidades da África ou da Ásia. Aborda-se ainda o impacto da carência de água, ou o altíssimo preço que os pobres pagam por ela. Davis lembra que, mesmo em circunstâncias trágicas como as mencionadas, a orientação implementada pelo FMI e pelo Banco Mundial foi a da privatização do saneamento. A água, assim como a “defecação humana”, foi transformada em negócio global, inclusive em cidades nas quais a população mal tem recursos sequer para comer.

O “*big bang* da pobreza” tem suas raízes quando, entre 1974 e 1975, o FMI e o Banco Mundial reorientam as políticas econômicas do Terceiro Mundo, abalado pelos preços do petróleo. A orientação aos países devedores para abandonar suas estratégias de desenvolvimento foram claramente explicitadas no Plano Backer, em 1985. Davis classifica o impacto dessa direção na América Latina como “maior e mais longo do que a Grande Depressão” e, considerando-se a realidade das décadas que ficaram conhecidas como décadas perdidas, ele sem dúvida não está exagerando.

O Brasil, por exemplo, cresceu 7% ao ano de 1940 a 1970. Na década de 1980, cresceu 1,3%, e na década de 1990, 2,1%, segundo o IBGE. Ou seja, o crescimento econômico do país, nas duas últimas décadas do século XX, não conseguiu incorporar nem mesmo os ingressantes da População Economicamente Ativa (PEA) no mercado de trabalho, o que acarretou consequências dramáticas para a precarização do trabalho e, conseqüentemente, também para a crise urbana (1).

Quem acompanha a vida de qualquer grande cidade no Brasil é testemunha do crescimento explosivo das periferias abandonadas ou da favelização a partir do início dos anos 1980. Não que o ovo da serpente não estivesse lá antes disso.

As favelas do Rio de Janeiro e de Recife surgiram no final do século XIX e começo do século XX, quando uma parte da mão-de-obra escrava libertada ficou sem alternativa de moradia (o restante passou a viver de favor). Décadas se passaram, e nem o trabalho passou à condição absoluta e geral de mercadoria, nem a moradia, como acontecera no capitalismo central.

Entretanto, o aumento do desemprego e da pobreza urbana a partir dos anos 1980 contribuiu para mudar a imagem das cidades no Brasil: de centros de modernização que se destinavam a superar o atraso e a violência localizados no campo, passaram a representar crianças abandonadas, epidemias, enchentes, desmoraamentos, tráfego infernal, poluição do ar, poluição dos rios, favelas e...violência. Há trinta anos, o que não constitui período muito longo, não se temia a violência urbana; as cidades eram relativamente pacíficas. Para quem viveu apenas na cidade formal e evitou perceber o que estava acontecendo, a violência serviu de alerta, como a ponta do gigantesco *iceberg*. As taxas de homicídio no Brasil, segundo o IBGE, passaram de 17,2 mortos para cada 100 mil habitantes, em 1980, para 35,9 mortos em 1989, e, finalmente, para 48,5 em 1999.

Em algum momento, em meados dos anos 1990, a professora **Maria da Conceição Tavares**, ao participar de uma banca de doutorado na Unicamp, alimentou a idéia de que, para o capital, na era da globalização, havia gente sobrando, ou melhor, que parte da força de trabalho, em vez de exército industrial de reserva, seria “óleo queimado”. A lembrança desse debate veio a propósito de expressões usadas por Mike Davis que vão nessa linha: “fardo humano”, “humanidade excedente”, “massa permanentemente supérflua”. Até mesmo o acesso a essa terra gratuita, situada em meio adverso, obtida por meio das invasões, deverá acabar. **Essa é, segundo Davis, a verdadeira crise do capitalismo**, e nada, segundo o autor, parece apontar para a mudança desse quadro. O livro se conclui sem deixar resquício de esperança, sobretudo ao chamar a atenção para a criminalização das favelas, agora no foco dos estrategistas militares norte-americanos.

Essa falta de saída ou a ausência de qualquer proposta tem gerado críticas ao trabalho de Davis. Não é necessário que um texto que contenha denúncias apresente propostas. Como já enfatizamos, o pensamento crítico é indispensável para desmontar a falsa representação da realidade, que serve a determinados interesses. **O texto, entretanto, pode alimentar uma atitude contrária àquela que pretende Davis e promover o medo em relação às cidades e às pessoas que moram nela.** Essa crítica partiu de Tom Angotti quando se referiu ao artigo que deu origem a este livro (2). Angotti acusa Davis de promover uma visão antiurbanista ou anticidade, classificando-o no time dos TINA (*There Is No Alternative*; Não Há Alternativas, em português), **expressão usada para se criticar uma atitude que é comum entre acadêmicos e ativistas.** Ele questiona a falta de atenção para com **os movimentos sociais em todo o mundo** e a tendência de vê-los como “mero produto da informalidade urbana e do paroquialismo”.

De fato, em sua crítica demolidora, Davis inclui propostas de urbanização de favelas, de microcréditos, de regularização fundiária, de construção por conta própria, entre outras. As críticas são pertinentes, mas deixam de considerar especificidades históricas e geográficas que alimentam muitas lutas sociais.

Davis aponta corretamente o caráter reformista ou, não pouco freqüentemente regressivo, de muitas das propostas apontadas como soluções para os problemas habitacionais. Mas a busca de alternativas ou exemplos de soluções nem sempre leva à cooptação ou à acomodação. Muito freqüentemente, mostrar que esses problemas têm soluções que estariam à mão se houvesse

mais justiça social é alimento fundamental para o avanço da luta democrática. Apesar de todos os revezes, o Brasil também apresenta muitos aspectos que alimentam a esperança de mudança.

O movimento pela reforma urbana, que reúne entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa, ONGs, funcionários públicos, além das entidades nacionais que lutam pela moradia, são uma das características positivas da sociedade brasileira na conjuntura atual. Esse movimento social conquistou a aprovação de leis importantes como o Estatuto da Cidade (lei n. 10.257, em 2000), a Lei do Fundo Nacional de Moradia Social (lei n. 11.124, em 2005), conquistou ainda a criação do Ministério das Cidades (ele era uma reivindicação que vinha sendo feita havia mais de dez anos). Com ele, o movimento acabou se fortalecendo, devido à promoção das Conferências Nacionais das Cidades, processo que teve início nos municípios, envolveu todos os estados da federação e culminou em Brasília com a participação de mais de 2500 delegados, dos quais 70% foram eleitos nas Conferências Estaduais e o restante indicados por entidades nacionais. A primeira conferência das cidades, em 2003, abrangeu a participação de mais de 300 mil pessoas para debater princípios, diretrizes e prioridades da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. A segunda, em 2005, aprofundou as propostas.

Esses avanços são afetados mas sobrevivem à crise partidária eclodida em 2005 que evidenciou ter o Partido dos Trabalhadores lançado mão de expedientes condenáveis que fazem parte da política institucional no Brasil. Entretanto não podemos afirmar que existe uma clara reversão do processo de aprofundamento dos problemas urbanos. Essas conquistas são relativamente recentes e as mudanças são lentas, já que envolvem uma cultura histórica – ou de raízes escravistas – de exclusão social. **A esperança está assentada em fatos concretos, mas Davis acerta quando remete a fonte principal das mazelas às forças globais dominadas por interesses financeiros e garantidas militarmente pelos Estados Unidos ou por aquilo que David Harvey denomina de Novo Imperialismo.**

#### notas

1

Ver a respeito J. Mattoso, O Brasil desempregado. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

2

O artigo em questão é: “Planet of Slums” (publicado originalmente em New Left Review, n. 26, mar.-abr. 2004, e incluído, com o título “Planeta de favelas”, em Contragolpes: seleção de artigos da New Left Review, organizada por Emir Sader e publicada pela Boitempo em 2006). A crítica pode ser encontrada em T. Angotti, “New anti-urban theories of metropolitan region: ‘Planet of Slums’ and apocalyptic regionalism” (Kansas City, Conference of the Association of Collegiate School of Planners, 2005).

[o presente texto é a Apresentação do livro de Mike Davis]

#### sobre o autor

Hermínia Maricato, arquiteta, professora da FAU-USP.



do Blog da Boitempo - SEG, 26/01/2015 - 15:17

## 2. David Harvey: A crise da urbanização planetária

<http://www.jornalggn.com.br/noticia/david-harvey-a-crise-da-urbanizacao-planetaria>

Por *David Harvey*. \*

Com uma nova temporada de manifestações inaugurada em 2015, o Blog da Boitempo publica este ensaio de David Harvey, escrito originalmente para o catálogo da exibição *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities*, em 18 de novembro de 2014, logo após sua visita ao Brasil para o ciclo de conferências “*A economia política da urbanização*”, em que lançou o volume final de seu guia de leitura sobre *O capital* de Marx, em Brasília, Recife, Fortaleza, Curitiba e São Paulo. Partindo de uma reflexão sobre as Jornadas de Junho 2013 e seu lugar no contexto das explosões de rua que vêm pipocando ao redor do mundo, Harvey diagnostica o que chama de uma “crise

*da urbanização planetária” que estaríamos atravessando às cegas e oferece um panorama dos desafios e perspectivas que vêm sendo construídas pelos diversos atores e movimentos sociais emergentes. A tradução é de Artur Renzo, para o [Blog da Boitempo](#).*

\* \* \*

Na noite de 20 de junho de 2013, mais de um milhão de pessoas em cerca de 388 cidades brasileiras tomaram as ruas em um enorme movimento de protesto. O maior desses protestos, reunindo mais de 100,000 pessoas, ocorreu no Rio de Janeiro e sofreu considerável violência policial. Por mais de um ano antes disso, manifestações esporádicas vinham acontecendo em diversas cidades brasileiras. Capitaneadas pelo MPL que há muito vinha se mobilizando entre estudantes pelo transporte gratuito, os protestos anteriores foram em larga medida ignorados.

Mas no começo de junho de 2013, o aumento da tarifa sobre o transporte público desencadeou manifestações mais amplas. Muitos outros grupos, incluído *black blocs* anarquistas, saíram em defesa dos manifestantes do MPL e outros que estavam sofrendo repressão policial. No dia 13 de junho, o movimento já havia se transformado em um protesto generalizado contra a repressão policial, o fracasso dos serviços públicos perante as necessidades sociais, e a qualidade deteriorante da vida urbana. Os enormes gastos de recursos públicos para sediar megaeventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas – em detrimento do interesse público mas muito favoráveis, como amplamente se reconheceu, aos interesses de empreiteiras e incorporadoras corruptas – só aumentaram o descontentamento.



Os protestos no Brasil vieram menos de um mês depois de milhares de pessoas terem ido às ruas das principais cidades da Turquia. O que aparentemente começara como uma revolta com o projeto de reurbanização que transformaria em shopping center o precioso espaço verde do Parque Taskim Gezi, em Istambul, se alastrou em um protesto mais amplo contra a forma cada vez mais autocrática de governo e a violência da resposta policial. Um descontentamento generalizado sobre o ritmo e o estilo das transformações urbanas (incluindo aí enormes despejos de populações inteiras de terrenos valorizados no centro da cidade) também há muito vinha borbulhando e só jogou mais lenha na fogueira. A má qualidade de vida, para todos menos as classes mais abastadas, em Istambul e em outras cidades turcas era claramente uma questão importante.

O amplo paralelo entre o Brasil e a Turquia levou o articulista Bill Keller a escrever uma coluna de opinião no *New York Times* intitulada "[The Revolt of the Rising Class](#)" [A revolta da classe ascendente]. Os levantes não "nasceram do desespero", ele escreveu. Tanto o Brasil quanto a Turquia haviam passado por um crescimento econômico notável em um período de crise global generalizada. Tratavam-se dos "mais recentes em uma série de revoltas brotando da classe média – as classes urbanas, educadas e não necessitadas, que são de certa forma as principais beneficiárias dos regimes que agora se põem a rejeitar" e que tinham algo a perder ao tomar as ruas em protesto. "Quando os movimentos atingiram uma massa crítica, eles já reivindicavam algo maior e mais incoeso como dignidade, os pré-requisitos da cidadania, as obrigações do poder." As revoltas significavam "uma nova alienação, um novo anseio" que tinha de ser encarado.

A bem da verdade, as manifestações no Brasil e na Turquia diferiram dos protestos anti-austeridade e das greves que dominavam nas praças gregas e espanholas. Também diferiram das erupções de violência em Londres, Estocolmo, e nos subúrbios parisienses por parte das populações marginalizadas e imigrantes. E todos esses se mostraram diferentes dos movimentos “Occupy” em muitas cidades ocidentais e dos levantes pró-democracia que ecoaram de Túnis, Egito e Síria passando pela Bósnia e a Ucrânia.

Entretanto, há também pontos comuns que atravessam essas diferenças. Todas foram, por exemplo, centradas no espaço urbano, até certo ponto levemente supraclassistas, e ainda (ao menos inicialmente) inter-étnicas (embora isso tenha se desfeito na medida em que forças internas se deslocavam para dividir e controlar, e poderes externos exploravam os descontentamentos por vantagens geopolíticas, como na Síria e na Ucrânia). Desafeição e alienação urbana foram bastante proeminentes dentre os desencadeadores, bem como a indignação universal com a crescente desigualdade social, com a elevação nos custos de vida, e com repressões policiais gratuitamente violentas.

Nada disso deveria surpreender. A urbanização tem cada vez mais constituído um sítio primário de infundável acumulação de capital que administra suas próprias formas de barbárie e violência sobre populações inteiras em nome do lucro. A urbanização se tornou o centro de atividades econômicas avassaladoras em escala planetária nunca antes vistas na história da humanidade. O *Financial Times* informa, por exemplo, que o “investimento imobiliário é o mais importante motor na economia chinesa”, que por sua vez tem sido o principal motor da economia global ao longo da crise mundial que começou em 2007. “A construção, venda e mobília de apartamentos representou 23% do PIB chinês em 2013.”<sup>1</sup> Se somarmos os gastos com infraestruturas físicas de grande porte (estradas, ferrovias e obras públicas de todo tipo) então quase metade da economia chinesa está voltada para urbanização. A China consumiu mais de metade do aço e do cimento globais ao longo da última década. “Em apenas dois anos, de 2011 a 2012, a China produziu mais cimento que os Estados Unidos em todo o século XX”.<sup>2</sup>



Embora extremas, essas tendências não se encerram no território Chinês. Concreto vem sendo despejado por toda parte em um ritmo sem precedentes sobre a superfície terrestre. Estamos, em suma, em meio a uma enorme crise – ecológica, social e política – de urbanização planetária sem, ao que parece, nos dar conta ou mesmo marcando-a.

Nada desse novo desenvolvimento poderia ter ocorrido sem despejos e despossessões massivas, onda após onda de destruição criativa que tem cobrado não só um preço físico mas também destruído solidariedades sociais, varrido qualquer pretensões de governança urbana democrática, e tem cada vez mais recorrido ao terror e à vigilância policial militarizada como seu modo primário de regulação social. A inquietação ligada à despossessão na China é difícil de medir, mas é certamente muito difundida. O sociólogo Cihan Tugal escreveu: “Bolhas imobiliárias, preços altíssimos de habitação, e a privatização-alienação generalizada de bens urbanos comuns constituem o chão comum de protestos em lugares tão diversos como Estados Unidos, Egito, Espanha, Turquia, Brasil, Israel e Grécia”.<sup>3</sup> O crescente custo de vida – particularmente de alimentação, transporte e habitação – tem tornado a vida cotidiana cada vez mais difícil para populações urbanas. Revoltas em torno de alimentação em cidades do norte da África eram frequentes e difundidas mesmo antes dos levantes na Tunísia e na Praça Tahrir.

Esse *boom* de urbanização não tem tido muito a ver com atender às necessidades da população. Trata-se de uma estratégia para absorver capital excedente, sustentar taxas de lucro, e maximizar o retorno sobre valores de

troca independentemente de quais forem as demandas por valores de uso. As consequências tem frequentemente se mostrado extremamente irracionais. Enquanto há uma escassez crônica de moradias financeiramente acessíveis em quase toda grande cidade, suas *skylines* são emporcalhadas com condomínios vazios para os ultra-ricos, cujos principais interesses são especular valores imobiliários ao invés de promover o bem-estar.



Em Nova York, onde metade da população tem de viver com menos de \$30,000 dólares ao ano (em contraste com o 1%, que tinha uma renda anual média de \$3.57 milhões de acordo com os relatórios tributários referentes a 2012), há uma crise de moradias financeiramente acessíveis porque em lugar algum é possível encontrar um apartamento de dois cômodos pelos \$1,500 dólares ao mês que uma família de quatro deveria dedicar a habitação (dada a renda de \$30,000). Em quase todas as principais cidades dos EUA, a porcentagem das despesas em habitação são muito superiores aos 30% da renda considerados razoáveis.<sup>4</sup>

O mesmo vale para Londres, onde há ruas inteiras de mansões desocupadas, mantidas por motivos puramente especulativos. Enquanto isso, o governo britânico busca aumentar a oferta de moradias acessíveis implementando uma taxa de sub-ocupação – que ficou conhecida como a *bedroom tax* – sobre habitação social para o setor mais vulnerável da população, causando, por exemplo, o despejo de uma viúva morando sozinha em uma Council House de dois quartos. A taxa de sub-ocupação foi claramente implementada na classe errada, mas os governos esses dias parecem singularmente dedicados a bajular os mais abastados às custas dos pobres e desvantajados. A mesma irracionalidade de cômodos vazios em meio a carência de moradias a preços acessíveis pode ser encontrada no Brasil, na Turquia, em Dubai e no Chile,

bem como em todas as cidades globais de altas finanças como Londres e Nova York. Enquanto isso, austeridades orçamentárias e relutância em taxar os mais ricos dado o poder esmagador de uma agora triunfante oligarquia significa um declínio de serviços públicos para as massas e ainda mais acumulação de riqueza para poucos.

É em condições desse tipo que a propensão a revolta política começa a inchar. Alienação universal de uma vida diária tolhante na cidade se evidencia por toda parte. Mas igualmente salientam-se as inúmeras tentativas por parte de indivíduos, grupos sociais, e movimentos políticos de encontrar formas de construir uma vida decente em um ambiente decente de vida. O tema de que deve haver alguma alternativa assume diversas formas e produz muitas quasi-soluções em aparentemente infinitas guisas.

É neste contexto que grupos de pensadores e ativistas estão explorando alternativas, por vezes em escalas pequenas mas em outras instâncias, no despertar de revoltas urbanas, para estimular a busca por melhores formas de vida urbana.<sup>5</sup> O *ethos* faça-você-mesmo de muitos grupos sociais marginalizados da dinâmica prevalecente de acumulação de capital cria possibilidades de alianças entre pensadores e técnicos urbanos com movimentos sociais nascentes buscando uma vida boa ou, ao menos, melhor. Em nações andinas, o ideal do *buen vivir* está inscrito em constituições nacionais mesmo que na prática acabe entrando em conflito com políticas neoliberalizantes.<sup>6</sup>

Há possibilidades e potencialidade populares emergindo da crise da urbanização planetária e seus múltiplos mal-estares. Isso ocorre mesmo em face da aparentemente implacável força da acumulação infundável de capital, crescendo a uma taxa exponencial insustentável e apesar do poder que atravessa classes sociais sendo manejado por uma oligarquia global cada vez mais escancarada e intransigente.<sup>7</sup>



Uma escavadeira, posteriormente apelidada de de POMA, tomada por manifestantes e usada contra os veículos TOMA, carros-forte da polícia turca, em Istambul.

Então o que é que pode emergir das revoltas populares? Há signos e sinais confusos mas também algumas pistas importantes. No Parque Taskim Gezi, por exemplo, não era apenas o parque que importava. A “classe ascendente” construiu solidariedades sociais instantâneas, uma economia de compartilhamento e provisão social coletiva (alimentação, saúde, vestimentas), de zelar pelos outros (particularmente os feridos e amedrontados). Os participantes mostraram evidente prazer e disposição em debater interesses comuns através de assembleias democráticas, com discussões acaloradas que se estendiam noite adentro, e sobretudo encontraram um mundo possível de humor coletivo e liberação cultural que anteriormente parecia interdito. Eles abriram espaços alternativos, construíram um *commons* a partir de espaços públicos, e liberaram o poder do espaço a um propósito social e ambiental alternativo. Eles encontraram uns aos outros bem como o parque;<sup>8</sup> eles identificaram uma ordem social nascente à espera.

Essas indicações nos permitem vislumbrar uma futura alternativa. O espírito de muitos (embora não todos) desses protestos e o espírito no interior dos movimentos pró-democracia e “Occupy” é de ir além da “nova alienação” que Keller percebe como sendo tão importante para construir uma experiência

urbana menos alienante. Resistência visceral à proposta de despejar concreto sobre o Parque Taskim Gezi para construir uma imitação de um quartel otomano que funcionaria como mais um shopping center é nesse sentido emblemático do que é a crise da urbanização planetária. Despejar mais e mais concreto em uma busca sem sentido por crescimento infundável obviamente não é resposta alguma para nossos atuais males.



Aula pública convocada pelo MPL-São Paulo, com o urbanista Lucio Gregori, autor do projeto para o Passe Livre. Vale do Anhangabaú, 5 de janeiro de 2015.

Mas a “classe ascendente” também não representa a totalidade da população. Na Turquia, a massa das classes trabalhadoras islâmicas não se juntaram à revolta. Eles já possuíam suas próprias solidariedades culturais (frequentemente anti-modernistas) e relações sociais endurecidas (particularmente no que diz respeito à questão de gênero). Eles não se atraíram pela retórica emancipatória do movimento de protesto porque aquele movimento não abordou efetivamente sua condição de imensa privação material. Eles gostaram da combinação de shopping centers e mesquitas que o partido dominante, o AKP (Partido da Justiça e Desenvolvimento), estava construindo e não se importavam com a evidente corrupção em torno da explosão na construção civil contanto que representasse uma fonte de emprego. O movimento de protesto do Parque Taksim Gezi não era, como as eleições municipais subsequentes mostraram, supraclassista o suficiente para durar.

Não há resposta única aos nossos predicamentos. A experiência urbana sob o capitalismo está se tornando bárbara, bem como repressiva. Se as raízes dessa experiência alienante estão na infundável acumulação de capital, então essas raízes têm de ser definitivamente rompidas. As vidas e o bem estar têm de ser re-enraizados em outros modos de produzir e consumir, enquanto novas formas de socialidade precisam ser construídos. O *ethos* neoliberal de individualismo isolado e responsabilidade pessoal, ao invés de social tem de ser superado. Retomar as ruas em atos de protesto coletivo pode ser um começo. Mas é somente um começo e não pode ser um fim em si mesmo. Maximizar o *buen vivir* para todos na cidade ao invés do PIB, para o benefício de poucos é uma ótima ideia. Ela precisa ser fundamentada em práticas urbanas em toda parte.



## Notas

1. Jamil Anderlini, "[Property Sector Slowdown Adds to China Fears](#)," *Financial Times*, May 13, 2014
2. Keith Bradsher, "China's Sizzling Real Estate Market Cools," *New York Times*, May 13, 2014, B1.
3. Cihan Tugal, "Resistance Everywhere: The Gezi Revolt in Global Perspective," *New Perspectives on Turkey* 49(2013): 157–72.
4. Shaila Dewan, "In Many Cities Rent is Rising Out of Reach of Middle Class," *New York Times*, April 14, 2014, A1.
5. Ver o capítulo 17 de meu livro *Dezessete contradições e o fim do capitalismo* (Boitempo, no prelo).
6. Republic of Ecuador National Planning Council, *National Plan for Good Living: Building a Plurinational and Intercultural State* (Quito: Senplades, 2010).
7. As tendências para uma maior desigualdade social foram recentemente documentadas de forma espetacular em *Le capital ao xxi siècle*, de Thomas

Piketty.

8. Arzu Ozturkmen, "The Park, the Penguin and the Gas: Experience and Performance in Progress of Gezi Events", *Mimeo* (Bogazici University, Istanbul).



### **David Harvey aposta na radicalização das cidades**

Entrevistado no Brasil, ele sustenta: é nos grandes centros urbanos que capitalismo contemporâneo se reproduz — mas é de lá, também, que pode surgir alternativa

OUTRASPALAVRAS.NET

3. A cidade voraz

4.

**"A NOVA SOCIEDADE URBANA"! "NADA A LONGO PRAZO"!**

Trechos do artigo de Richard Sennett, Professor de sociologia na London School of Economics, no *Le Monde Diplomatique* de 11/09/2001.

1. Uma cidade é um lugar em que as pessoas podem aprender a viver com desconhecidos, compartilhar experiências e interesses não familiares. A uniformidade embrutece enquanto a diversidade estimula o espírito. A cidade também oferece a seus moradores a possibilidade de desenvolver uma consciência de si mais complexa e mais rica. Não são submetidos a um

esquema de identidade imutável. As pessoas podem desenvolver imagens múltiplas de suas identidades, na medida em que o que são varia de acordo com as pessoas com quem convivem. Aí está o poder da diversidade - a liberdade de uma identificação arbitrária. Com relação a isso, os arquitetos e os urbanistas têm novos desafios pela frente, pois a globalização revolucionou o modo de produção, permitindo aos assalariados trabalharem de maneira mais flexível. E obrigando-os a viver a cidade de uma outra maneira.

2. Há mais ou menos 20-25 anos, as empresas começaram a se revoltar contra a pirâmide weberiana. Tentou-se "diluir", suprimir, alguns postos administrativos (utilizando as novas tecnologias da informática para substituir os burocratas) e acabar com a prática da atividade fixa para substituí-la por equipes que trabalham em períodos curtos e tarefas específicas. Nessa nova estratégia, as equipes entram em competição umas com as outras, procurando satisfazer o mais rápido possível os objetivos fixados pelo topo da hierarquia. Não se trata mais de cada trabalhador ocupar um lugar específico em uma cadeia de comando bem definida. Assiste-se à duplicação das tarefas: equipes distintas confrontam-se para fazer o mesmo trabalho de forma mais rápida e eficiente. Dessa maneira, a empresa pode atender melhor às evoluções da demanda.

3. A palavra de ordem nesses locais de trabalho "flexíveis" é: "Nada a longo prazo!" Os planos de carreira foram substituídos por empregos que consistem em efetuar tarefas específicas e limitadas. Terminada a missão, o emprego é muitas vezes suprimido. No setor de alta tecnologia do Vale do Silício, a duração média de um emprego é de oito meses. As pessoas mudam constantemente de parceiros profissionais. As teorias modernas da gestão de empresas sustentam que o "prazo de validade" de uma equipe não deve ultrapassar um ano. Mas a flexibilidade não leva à solidariedade e tampouco proporciona a democracia. É difícil sentir-se envolvido em uma empresa que não tem a natureza bem definida; é difícil agir com lealdade em uma instituição instável, que não demonstra ser leal com você. Os dirigentes de empresas descobrem que a falta de envolvimento se traduz em uma redução da produtividade e uma certa indiferença à noção de confidencial. A ausência de solidariedade, que é explicável pelo princípio "Nada a longo prazo", é um fenômeno bem mais sutil. As taxas de mobilidade geográfica passam a ser muito elevadas entre os trabalhadores que vivem a flexibilidade. O temporário é o único setor do mercado de trabalho com crescimento rápido, levando os assalariados a mudarem de casa com frequência.

4. Alguns especialistas em estudos urbanos sustentam que, para essa elite, o modo de vida na cidade tem mais importância do que seus empregos. Alguns bairros - chiques, com restaurantes na moda e serviços específicos - substituem a própria empresa como ponto de referência. A segunda expressão do novo capitalismo é a padronização do ambiente. Há alguns anos, o diretor de uma grande empresa do setor da nova economia - durante uma visita ao Chanin Building, em Nova York, um palacete art déco, com escritórios ultramodernos e espaços públicos esplêndidos - declarou: "Isso não seria conveniente para nós, as pessoas poderiam se ligar exageradamente a seus escritórios, poderiam se apropriar deles."

5. Paralelamente a essa "arquitetura-envelope" assiste-se à padronização do consumo público - uma rede mundial de lojas que vendem os mesmos produtos nos mesmos tipos de espaço, seja em Manila, no México ou em Londres. É difícil se afeiçoar a uma loja específica da cadeia Gap, ou de uma Banana Republic; a padronização produz a indiferença. As cidades deixam de oferecer o desconhecido, o inesperado ou o estimulante. Do mesmo modo, as experiências de uma história compartilhada ou de uma memória coletiva desaparecem diante da neutralidade dos espaços públicos. O consumo padronizado acaba com as referências locais do mesmo modo que o novo local de trabalho mina a memória interiorizada, compartilhada pelos trabalhadores.

PUBLICADA POR Cesar Maia Newsletter – 26 outubro 2011

---

## **5. As 50 cidades mais violentas do mundo; Brasil tem 16 na lista**

---

Info  
Money

InfoMoney

<http://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/as-50-cidades-mais-violentas-do-mundo-brasil-tem-16-na-lista/ar-BBdyjVo?ocid=SNYDHP>



© Foto:

Lunae Parracho/Reuters Trinta e quatro das piores cidades do ranking estão localizadas na América Latina.

Antes de escolher um destino para viajar, muitos se preocupam em conferir se o local é seguro.

O Business Insider listou as 50 cidades mais violentas ao redor do mundo.

Trinta e quatro das piores cidades do ranking estão localizadas na América Latina, sendo que o assassinato é o crime mais comum na região do que em qualquer outra parte do mundo.

O destaque vai para San Pedro Sula, uma cidade em Honduras.

O Brasil não passa longe dessa lista negra e abriga 16 municípios violentos. Confira:

#### **Posição Cidade - País**

1º lugar San Pedro Sula - Honduras

2º lugar Caracas - Venezuela

3º lugar Acapulco - México

4º lugar Cali - Colômbia

**5º lugar Maceió - Brasil**

6º lugar Distrito Central - Honduras

**7º lugar Fortaleza - Brasil**

8º lugar Guatemala City - Guatemala

**9º lugar João Pessoa - Brasil**

10º lugar Barquisimeto - Venezuela

11º lugar Palmira - Colômbia

**12º lugar Natal - Brasil**

**13º lugar Salvador - Brasil**

**14º lugar Vitória - Brasil**

**15º lugar São Luís - Brasil**

16º lugar Culiacán - México

17º lugar Ciudad Guayana - Venezuela

18º lugar Torreón - México

19º lugar Kingston - Jamaica

20º lugar Cape Town - África do Sul

21º lugar Chihuahua City - México

22º lugar Victoria - México

**23º lugar Belém - Brasil**

24º lugar Detroit - Estados Unidos

**25º lugar Campina Grande - Brasil**

26º lugar Nova Orleans - Estados Unidos

27º lugar San Salvador - El Salvador

**28º lugar Goiânia - Brasil**

**29º lugar Cuiabá - Brasil**

30º lugar Nuevo Laredo - México

**31º lugar Manaus - Brasil**

32º lugar Santa Marta - Colômbia

- 33º lugar Cúcuta - Colômbia
- 34º lugar Pereira - Colômbia
- 35º lugar Medellín - Colômbia
- 36º lugar Baltimore - Estados Unidos
- 37º lugar Juárez - México
- 38º lugar San Juan - Porto Rico
- 39º lugar Recife - Brasil**
- 40º lugar Macapá Brasil**
- 41º lugar Nelson Mandela Bay - África do Sul
- 42º lugar Maracaibo - Venezuela
- 43º lugar Cuernavaca - México
- 44º lugar Belo Horizonte - Brasil**
- 45º lugar St. Louis - Estados Unidos
- 46º lugar Aracajú - Brasil**
- 47º lugar Tijuana - México
- 48º lugar Durban - África do Sul
- 49º lugar Porto Príncipe - Haiti
- 50º lugar Valencia - Velezuela

Além dos assassinatos, o tráfico de drogas, guerras de gangues, instabilidade política, corrupção e a pobreza influenciam na alta violência nas cidades da lista. Confira:

## **6. Cidade e arquitetura contemporânea: uma relação necessária**

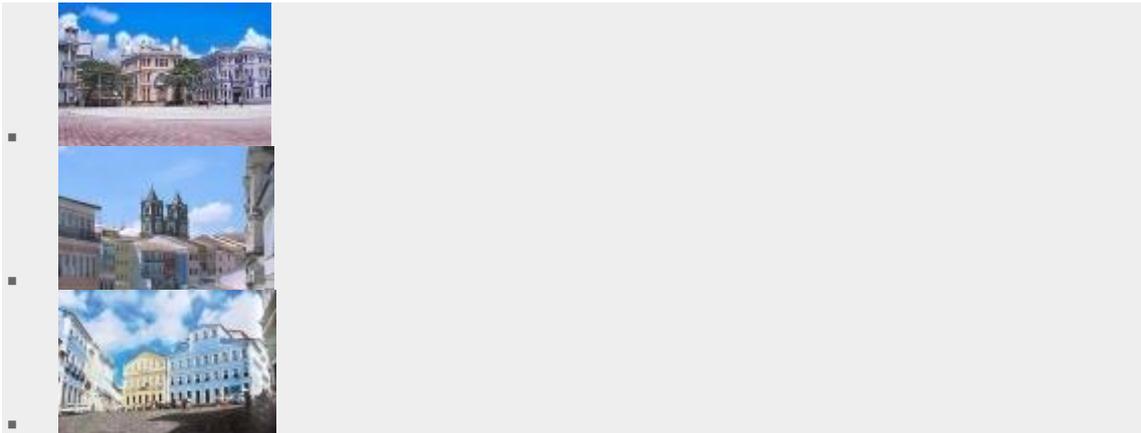
Eunice Helena Sguizzardi Abascal





Centro histórico da Cidade do México  
1/7





## abstracts

### português

Compreensão do espaço urbano atual, procurando fazer uma leitura da cidade contemporânea de diversos pontos de vista, entre eles a produção do espaço urbano como fruto de um projeto coletivo e de um evidente individualismo e fragmentação

### how to quote

ABASCAL, Eunice Helena Sguizzardi. Cidade e arquitetura contemporânea: uma relação necessária. *Arquitextos*, São Paulo, 06.066, Vitruvius, nov 2005 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.066/410>>.

O presente trabalho visa construir uma argumentação capaz de consolidar a estreita e necessária relação entre a cidade contemporânea e as arquiteturas que as constituem.

Para esta empresa, trilharemos o caminho de estabelecer e discutir parâmetros e fundamentos para a compreensão do espaço urbano atual, procurando fazer uma leitura da cidade contemporânea de diversos pontos de vista. Entre estes, abordaremos a produção do espaço urbano não somente como determinação topográfica, histórica e social, mas como fruto de um projeto coletivo (a idéia de espaço público e democrático) e de um evidente individualismo e fragmentação, opostos que parecem conviver como pressupostos do pensar a cidade hoje.

Neste espaço de oposição, em que convivem um projeto político que aponta para a sociedade e o ideal democrático e o espaço da fragmentação e do não-lugar, para usar a expressão instigante de Marc Augé, surge a arquitetura contemporânea.

Uma arquitetura que se afigura eminentemente urbana, parte ativa constituinte do espaço da cidade, é o que procuraremos esboçar como argumento.

A relação cidade e arquitetura: visão histórica

Uma relação estreita e necessária entre cidade e arquitetura pode ser evidenciada desde o Renascimento. No dizer de Giulio Carlo Argan (1), a arquitetura do Renascimento consagrou o edifício como monumento, como obra de arte instauradora do espaço urbano. Conforme este autor, Vasari referiu-se à magnífica cúpula de Santa Maria del Fiore, obra notável de Brunelleschi, observando com precisão que “Vendo-se ela elevar-se em tamanha altura, que os montes ao redor de Florença parecem semelhantes a ela” (2).

Neste período, os desenhos da arquitetura e do espaço da cidade nasceriam conjuntamente do traço dos arquitetos, que concebiam o espaço real como espelho de seu simulacro perspéctico e matemático. A arquitetura e o desenho da cidade se encontravam relacionados à perspectiva e à racionalização proporcionada pela geometria e interpretação matemática da realidade, que constituíam as bases e os fundamentos para a atuação do arquiteto.

O assinalar desta relação encontramos também nos Tratados, começando no Renascimento e chegando ao século XIX. Os tratados militares (séculos XVI e XVII), que proveram normas para os traçados urbanos, muralhas e estratégias de defesa também pensaram as relações entre a forma da cidade e o estabelecimento da arquitetura.

Ignasi de Solà-Morales (3) argumenta em favor da presença histórica do objeto de nosso interesse, ao lembrar que as catedrais, os templos, os grandes conjuntos públicos dos séculos XVII e XVIII sempre incorporaram a forma dos edifícios a intencionalidade urbana. Este autor menciona a imbricação entre cidade e arquitetura como uma relação inapelável, própria da natureza social de uma e de outra.

No entanto, embora seja possível realizar este trajeto histórico, em se tratando da cidade contemporânea o entendimento da relação de que nos ocupamos parece nem tão evidente, pois é necessário precisar os termos cidade e arquitetura.

A cidade contemporânea

Torna-se, por conseguinte, um objetivo a alcançar a conceituação do que se pode hoje compreender por cidade.

A partir dos clássicos estudos de Saskia Sassen (4) pode-se afirmar que os referenciais conhecidos de um ponto de vista histórico para a análise dos espaços urbanos se transformaram. Assiste-nos um novo imaginário para definir o espaço urbano contemporâneo, no qual a cidade, fonte histórica do assentamento e da permanência, constitui hoje mais do que nunca o espaço símbolo da mobilidade.

Mobilidade e fluxos configuram imagens paradigmáticas de redes digitais e aceleração, que se concretizam com a ênfase e os investimentos em infraestruturas e interconexões de massa. A preponderância dos fluxos, de informações, pessoas ou mercadorias em redes cuja máxima função reside na aceleração logística do sistema territorial e econômico, parece colidir com a lógica tradicional dos lugares e com o discurso da identidade.

As representações da cidade contemporânea

Octavio Ianni (5) descreve a grande cidade, cuja representação nasce com a modernidade e se estende à pós-modernidade como uma síntese do sistema

por meio do qual a sociedade constrói a imagem de si mesma e de suas relações com o espaço e o território. A vida contemporânea torna-se acirradamente urbana, e expressa a coexistência das diversidades e das desigualdades.

Sustenta igualmente nossa visão de cidade contemporânea a idéia de que a cidade atual é um campo experimental por excelência, sejam estas experimentações (culturais, produtivas, teóricas, artísticas ou arquitetônicas) bem-sucedidas ou geradoras de frustrações.

A condição experimental e em constante mudança, a fugacidade e a transitoriedade das relações sociais e a ausência ou impossibilidade de representar a cidade como uma totalidade, bem como entender a vida urbana ocorrendo num território fragmentado que é a negação da territorialidade se tornou imagem recorrente.

Paradoxalmente, Ianni afirma que historicidade, progresso, emancipação, evolução e desenvolvimento, legados do século das luzes, constituem ideário integrante do sistema de representação ou modelo da cidade contemporânea.

Imaginamos São Paulo como uma totalidade impossível de representar, fragmentada e palco de profundas desigualdades, dilacerada por sistemas de vias e acessos. Entretanto, buscamos a identidade, o reconhecimento na diversidade, o lugar em meio à rede de nós ou fragmentos urbanos.

Contraditoriamente, definimos uma nova forma de abordagem espacial, aquela que faz conviver o estranhamento e o lugar. Trata-se de uma duplicidade conceitual não excludente que requer ser trabalhada, significando no discurso teórico a convivência das representações daqueles espaços que, voltando-se aos fluxos de capital e deslocamentos humanos estão impregnados da lógica destes fluxos e não se configuram como lugares, e aqueles outros dotados de arquiteturas que dizem respeito ao usufruto do espaço urbano e à vida cotidiana.

Há um problema que então se define: o de saber qual é o papel e quais são as características, limites e possibilidades que a arquitetura contemporânea desempenha nestes novos lugares, que são a uma só vez ausência e território, pois a vida cotidiana segue nestes se desenrolando.

Cidade contemporânea e globalização

A cidade contemporânea não é tão somente a dualidade entre lugar e não-lugar, mas urbe que funciona como pólo de atração econômica e cultural. Concentra não apenas massas de populações, mas desigualdades sociais e territoriais.

A partir da década de noventa do século findo, assistiram os principais centros urbanos uma expansão intensa do caráter metropolitano, revelando transformações ocorridas no curto intervalo de tempo dos 80 e 90.

Presenciou-se a um processo de crescimento difuso em direção às regiões em que se integram, evidenciando uma fluidez ou dissolução dos limites urbanos. A cidade passou a configurar um nó num sistema em rede ou de fluxos.

Transformações nas bases econômicas e produtivas estão relacionadas a este processo de metropolização. Deslocadas para as bordas ou limites urbanos as instalações industriais remanescentes ou inovadoras ocuparam tecnopólos e permitiram a expansão metropolitana.

Por outro lado, áreas tradicionalmente industriais ou portuárias se fizeram degradadas, tornando-se obsoletas ou em processo de abandono e

descaracterização, os assim chamados *terrain vagues*, para utilizar a denominação de Solà-Morales (6).

Acompanhando as mudanças produtivas, uma revolução tecnológica digital possibilitou um sistema de comunicações transnacionais, bem como a cidade-rede. Modificou igualmente a concepção e produção da arquitetura, que vem absorvendo o impacto destas inovações digitais.

Alterações significativas das relações de trabalho e estabilidade do emprego industrial derivaram do quadro de mudanças descrito. Incentivou-se o setor terciário e de serviços avançados, concentrados em áreas dotadas de infra-estruturas e de arquitetura que seja capaz de abrigar empresas e profissionais qualificados.

Anthony Giddens (7) define a globalização como a conjunção destas mudanças tecnológicas e mercantis e a consolidação de mercados de natureza planetária, proporcionando a circulação global de dinheiro e informações, historicamente coincidentes com o desaparecimento da URSS e o esgotamento da divisão moderna do mundo bipolar. Por sua vez, Néstor Canclini (8) a identifica com a transnacionalização, em que há internacionalização do dinheiro e da cultura, gerando empresas e movimentos cuja sede não se encontra territorializada numa só nação.

Desta forma, a presença transnacional da economia e da cultura globais requer a disseminação de capital e de linguagens, intensificando a dependência de lugares e acelerando redes econômicas e culturais. Segundo Canclini, filmes, jogos, música, arquitetura, produtos simbólicos globais determinam esta dimensão icônica, fluida e migrante que marca a forma globalizada de produzir o tempo e o espaço, que é também discutida por Arjun Appadurai (9), Mike Featherstone (10), Anthony Giddens e Saskia Sassen.

O mesmo Canclini argumenta que a pretensão de que a globalização uniformiza o mundo e a sua produção cultural é um mito. Não há evidência empírica de que a globalização achate a diversidade ou decomponha a ordem social, sendo que a vida urbana consiste ainda em movimentos cotidianos, socialização e produção de espaços coletivos dos quais a perspectiva do arquiteto e urbanista não pode prescindir.

A globalização, segundo Canclini, não constitui um único modo de efetivação, não determina uma ordem mundial única, mas instaura uma dinâmica de movimentos contraditórios e que permitem distintas formas de conexão entre local e global, local e local. A idéia de um processo único e homogêneo é mais uma de nossas representações, uma globalização imaginada, e não fator absoluto para uma análise geral.

O que leva a concluir que uma relação entre cidade e arquitetura contemporâneas passa necessariamente pela geração de políticas públicas que enfrentem as diferenças e particularidades de cada um dos lugares. Políticas que incorporem o ouvir atento da sociedade e manifestação desta no processo de opção pelos bens culturais e arquitetônicos que devem ser inseridos no território.

A cidade como sistema de fluxos e redes simultâneos: o lugar da arquitetura  
Sistemas complexos de circulação, redes e fluxos coexistem com os espaços cotidianos, estabelecendo a simultaneidade e a heterogeneidade da experiência urbana contemporânea.

Solà-Morales chama a atenção para o fato de que nesta mudança de milênio surgem arquiteturas que possibilitam interconexões e intercâmbios entre

diferentes redes: “son estas yuxtaposiciones las que deben facilitarse, constituirse, hacerse visibles a través de estructuras arquitectónicas” (11).

Estas redes definem acúmulos de lugares, de pontos que concentram o encontro de distintos fluxos quer de sistemas de circulação e transportes, quer de malhas urbanas que necessitam se conectar a fim de permitir a vida econômica e a reestruturação do território. Espaços subutilizados e degradados, que guardam a ambigüidade de significado entre passado e presente ficam à margem desta lógica de fluxos e organização utilitária.

Tais espaços ociosos devem ser resgatados e reintegrados à vida urbana, sendo paradoxalmente simulacros ou imagens e geradores de projetos de subjetividade, dotados de contradição e potencialidades do estar urbano.

Cabe à arquitetura dar forma a estes lugares, dotando-os de uma flexibilidade até então desconhecida, uma fluidez ou natureza capaz de moldar-se às exigências de um espaço dinâmico e mutante. A matéria essencial talvez seja a futurista noção de velocidade e simultaneidade. Matéria e fonte esta de onde a arquitetura contemporânea bebeu e impregnou-se da ambição de espelhar leveza, precisão e de proporcionar múltiplas percepções e visões. Uma arquitetura que deseja respirar os mesmos conceitos de justaposição, simultaneidade e convivência da heterogeneidade e que em suas propriedades intrínsecas está totalmente voltada e aberta à cidade. A arquitetura transcende a condição solitária da autonomia da concepção e do egocentrismo do arquiteto enquanto artista criador e responde às necessidades urbanas e sociais.

A cidade contemporânea é bem mais do que sua arquitetura

A experiência urbana atual é bem mais do que simples aglutinação das arquiteturas presentes na cidade. O domínio urbano deve ser compreendido como um sistema capaz de abranger as mencionadas conexões. Transportes, telecomunicações, armazenagem, logística e localização industrial, serviços, cultura, lazer e turismo, eventos, negócios nacionais e internacionais, transcendendo o espaço intra-urbano e conectando-se à experiência metropolitana estão presentes. Estes domínios e a visão integrada à arquitetura ainda parecem escapar a prática projetiva, e a cidade global necessita de uma nova abordagem por parte dos arquitetos.

Os parâmetros e os meios de representação do espaço provindos das experiências clássica e moderna não mais são suficientes. A megalópole contemporânea deixa de ser representada como o espaço de uma democracia compreendida enquanto acesso e garantia ao mínimo necessário.

O modelo do espaço ordenado, tomando a natureza como enquadramento de edifícios “dispostos no verde”, em que uma renovação formal alimenta-se do ideário iluminista de “fé no progresso e na razão” veio sendo repensado.

Jorge Mário Jauregui (12) menciona que um novo paradigma para o que poderia conformar o relacionamento entre natureza e arquitetura, espaço público e privado, indivíduo e sociedade, sem subordinação ao mercado, mas articulando demandas sociais e o potencial tecnológico atual se faz necessário, constituindo o legado que a modernidade estendeu a sua face contemporânea. Se por um lado melhoria da qualidade de vida e a ênfase na revitalização do espaço público estão na ordem do dia, materializando a imagem de resgate do espaço coletivo e de construção do lugar que nos parece fugidio, a presença dos fluxos e diversidade urbana impele para a constituição de outro paradigma,

que questiona a espacialidade estática e a homogeneidade de tempo e espaço modernos.

Um novo tratamento conferido à arquitetura, alimentando-a por meio de parâmetros tais como leveza, transparência, desmaterialização do objeto, elaborando a correta inserção e articulação volumétrica e espacial deste na cidade estão incorporados à contemporaneidade.

A atualização dos ideais de vanguarda e experimentalismo modernos agilizados pela potência que as novas tecnologias digitais conferem ao projeto arquitetônico é realizada por meio de geometrias complexas (dobras, fractais e sistemas de representação assistidos por computador).

Uma nova topologia se faz inerente, para a qual o tratamento de superfícies exploradas como peles e revestimento dos edifícios é preponderante. Arquitetura e cidade passam a instituir a relação entre objeto arquitetônico e lugar, implicando na atuação específica e empírica que explora cada projeto em sua condição particular, estudando as formas de inserção e criação de vínculos com a cidade real. Global e local exibem consubstanciação arquitetônica, expressa na diversidade e heterogeneidade das manifestações dos arquitetos contemporâneos.

Não é estranho, sob esta perspectiva, que campos tais como recuperação de edifícios e sua revitalização e mudanças de uso surjam como perspectivas de trabalho, concomitantes com a inserção de objetos arquitetônicos de grande densidade estética e linguagem vanguardista.

A arquitetura se realiza de modo a propor objetos abstratos, negando toda referência a expressividade semiótica, em versões que passam pela fragmentação de Daniel Libeskind, a reinterpretação abstrata do lugar de Álvaro Siza, o ecletismo experimental de Rafael Moneo ou exploração das peles que determinam volumes em relação urbana, como no trabalho de Frank Gehry. Esta inusitada heterogeneidade de linguagens e seus desdobramentos caracterizam o que o crítico catalão Josep Maria Montaner (13) denomina posição arquitetônica, que vem a significar o desenvolvimento de metodologias projetuais distintas e personalizadas pelos arquitetos que atuam no circuito global.

As possibilidades inusitadas abertas para a arquitetura no que tange à linguagem e expressão possibilitam inexploradas manipulações volumétricas as quais permitem um outro grau de abstração e um enriquecimento da paisagem urbana.

Cria-se um horizonte insuspeitado de elaboração, tanto dos objetos arquitetônicos quanto do ambiente urbano, relacionando de forma estreita o entorno e a criação arquitetônica. Reconstrói-se a paisagem urbana, tornando fluidos os limites entre forma, espaço e contexto. Um novo sistema de pensamento, não-conservador e inclusivo, o qual admite flexibilidade e espaços urbanos cuja harmonia se faz pela coexistência de um jogo de antagonismos substitui aquele embasado nos ideais de unidade e equilíbrio.

No entanto, ao mesmo tempo em que a linguagem da arquitetura se transforma e se repositona no espaço urbano, as concepções urbanísticas alinhadas pelo movimento moderno também passam por aguda revisão crítica.

Intervenções na totalidade da cidade parecem inadequadas, à medida que a concepção para este todo parece fugir ao controle do arquiteto, impróprias para enfrentar a complexidade urbana atual.

Hoje, inúmeros são os países que em nome da elevação da qualidade de vida e necessidade de revitalizar espaços esvaziados de seus usos ou obsoletos buscam ações cujo objetivo último é o de resgate da condição de lugar, reintegrando-os à vida social e à cidadania.

Seguindo a múltipla representação da cidade contemporânea, a de conviver com a dualidade entre uma arquitetura de fundo global e outra singular, buscam hoje as cidades promover ações que permitam esta harmonia dissonante entre o que é exógeno e o local.

Ao mesmo tempo em que obras ou objetos arquitetônicos de feição global despontam, ações de revitalização de áreas centrais, criação e promoção de espaços públicos e de participação, bem como o objetivo de estender a urbanização às periferias comparece, no intuito de continuar expressando a feição cotidiana da arquitetura.

As cidades e as ações urbanas contemporâneas

A partir dos anos setenta, uma nova forma de abordagem que integrava a edificação inovadora e a conservação do patrimônio veio sendo desenvolvida e os seus resultados aplicados em cidades européias.

Na Itália, Bolonha, Ferrara e Brescia receberam atenção, com a aplicação de uma estratégia pública de ações que visava atuar simultaneamente em toda a cidade e não somente na área central.

Este tipo de intervenção, denominado conservação integrada por Silvio Zancheti, passou a constituir uma nova abordagem para o planejamento, embasado numa cultura qualitativa, para o qual o principal objetivo residia num "urbanismo de qualidade" (14).

O novo planejamento abdicava da pretensão modernista da ação genérica no todo da cidade, privilegiando ações locais com potencial transformador.

Criticava-se igualmente a expansão ilimitada das cidades, voltando atenção à sua transformação, resultante de ações capazes de redesenhar a economia urbana.

A prática destes anseios demandava pactos que permitissem todos os tipos de ações nas cidades, realizados entre múltiplos atores envolvidos. Tais práticas deveriam proporcionar conexão lógica entre inovação e conservação.

Pode-se depreender que os objetivos da conservação integrada expõem o modo operativo de como atingir a teorizada coexistência das diferenças e a harmonia dissonante.

Os casos italianos citados revelam um dos problemas inerentes à valorização de áreas centrais, o da gentrificação, ou valorização de terrenos e da propriedade imobiliária nas áreas trabalhadas, bem como conseqüente deslocamento e expulsão de habitantes.

Nos EUA, em Lowell, a gentrificação residencial se converteu em um dos objetivos do processo, e a mudança do perfil econômico local a base para a elaboração de um plano. Antigos edifícios antes destinados à indústria com suas infra-estruturas (canais e estradas) foram recuperados a fim de abrigar serviços e funções ligadas ao turismo cultural.

O caso de Lisboa revela aspectos inusitados no modo de gestão urbana e na maneira de priorizar as arquiteturas emergentes. Trata-se, conforme Zanchetti, de um bem-sucedido esforço de ampliar a toda cidade o processo de ação e conservação integrada.

Uma abordagem múltipla, ocorrendo simultaneamente nas áreas históricas e periféricas permitiu aliar a edificação de novas arquiteturas e proteção e

conservação do patrimônio e áreas históricas. Na Baixa e no bairro do Chiado e Av. da Liberdade tratou-se de empreender ações de recuperação de edifícios para serem convertidos para o uso comercial e de serviços. Grandes projetos de renovação e edificação nova foram realizados por arquitetos de renome internacional do circuito global. Parcerias entre poder público municipal e investidores privados possibilitam a gestão (o poder público melhora as infra-estruturas e os espaços públicos, bem como a rede telemática).

Em Lisboa, a gentrificação constitui uma das bases da ação urbana, no entanto, há escritórios gestores em cada um dos bairros populares em torno das áreas centrais (Alfama, Castelo, Bairro Alto e Madragoa). Os mencionados bairros, geridos por esses escritórios, empreendem ações monitoradas por uma administração paralela criada pela Câmara Municipal, a qual deve elaborar projetos, estudos e negociação com atores, bem como implantar os projetos. Nas periferias e áreas degradadas viram-se concretizados programas de renovação, tais como a área para a Expo 98 e docas de Alcântara.

Na Espanha, o processo mais discutido tem sido o de Barcelona, cidade que investiu na transformação do ambiente local aliado a especulação da terra urbana. A Vila Olímpica, projeto de Oriol Bohigas (1992) apostou em obras de arquitetos renomados no circuito global.

Mais recentemente, Bilbao empreendeu forma de recuperação urbana igualmente calcada na valorização de terrenos ocupados historicamente pelo Porto e suas instalações. Cabe, entretanto, frisar que a gentrificação vem sendo utilizada como instrumento de requalificação, com forte presença do poder público nas negociações com investidores privados. Outro ponto de destaque é o fato de os projetos para as principais áreas de intervenção, como Abandoibarra (antiga área portuária e dos estaleiros Ibarra) receberem modificações e atualizações, de modo que o desenho final resulta de diálogos e intermediações da sociedade civil organizada e órgãos de representação dos arquitetos e urbanistas locais.

A gentrificação em Bilbao não resultou em deslocamentos populacionais, uma vez que se encontrava a área renovada esvaziada e em ruínas. O projeto e o desenho urbano resultaram em instrumentos capazes de gerir as tensões e conflitos do processo, permitindo que constituíssem uma síntese das exigências e demandas urbanas. O Museu Guggenheim (1992-1997) de Gehry constitui apenas uma das obras de caráter emblemático e que desempenham função de rearticulação e integração das malhas urbanas tradicionais e renovadas.

A arquitetura veio sendo diligentemente relacionada ao desenho urbano, de modo que desempenha um caráter de singularização da área de Abandoibarra. É capaz de criar uma heterogeneidade arquitetônica diluída na área, de modo a proporcionar grandes espaços públicos e aumentando a qualidade do ambiente construído e remodelando a paisagem urbana.

Os excedentes obtidos pela intermediação do poder público na venda de terrenos e de cotas de construção investem-se na recuperação de áreas e bairros degradados, tais como Bilbao La Vieja e na reabilitação do patrimônio histórico.

Na América Latina, várias frentes de ações urbanas vêm sendo desenvolvidas. Buenos Aires assistiu a intensa metropolização, o que demandou atualização de suas infra-estruturas urbanas obsoletas, bem como investimentos em tecnologia a fim de atuar na vasta periferia que circunda a área central.

Estudos relativos à produção e forma dos espaços públicos e desenho de cenários locais capazes gerar uma re-significação urbana (15) se apresentam como tônica. Assinale-se a experiência de reconversão da área portuária de Porto Madero, em que se mesclou a presença de novas edificações e recuperação e reciclagem de antigos galpões remanescentes do uso histórico. O espaço público como elemento ordenador e a cidade como rede espacial em que se atua, a partir do espaço público, impõe-se como forma crítica das ações que transformam a cidade apenas num grande cenário midiático.

No Brasil, depois de uma experiência histórica no centro de Curitiba em meados dos setenta, o Rio de Janeiro consolidou o processo de aplicação de um planejamento dito estratégico com o Corredor Cultural. Vicente Del Rio afirma que, após pouco mais de duas décadas, a área passou a contar com 3.500 imóveis e diversos centros culturais (16).

Conforme Silvio Zancheti, o processo de planejamento de natureza integrada e que requer a gestão das relações entre as ações demanda a concretização desta gestão. Requer estratégias para conduzir a dialética inovação/conservação e instrumentos capazes de operacionalizar a estratégia, tais como o plano estratégico.

O Pelourinho em Salvador e o Bairro de Recife, na cidade do mesmo nome, exemplificam casos de interesse que abordam a utilização de planejamento estratégico em nosso país. Nestes casos, a recuperação urbana constituiu parte de estratégias de desenvolvimento local, geridas de modos totalmente distintos.

Enquanto que em Salvador optou-se por gentrificação de natureza desmobilizadora, transferindo a população de baixa renda que ocupava o Pelourinho, o processo foi totalmente gerido pelo Governo do Estado. Este obteve a propriedade de todos os imóveis abandonados, realizando a totalidade dos investimentos necessários para a recuperação física das edificações e infra-estruturas.

Os imóveis foram então cedidos ou alugados a empresas de serviços e comércio, a preços abaixo do mercado. Muitas das primeiras cessões fracassaram e os empreendimentos foram substituídos por outros mais adaptados aos mercados de Salvador.

A experiência demonstra a necessidade de realizar melhor avaliação das necessidades e demandas para que o investimento em arquitetura e recuperação de edifícios obtenha retorno. Como nos diz Silvio Zanchetti, Salvador exhibe ainda a face de um processo no qual o poder público investiu pesadamente, transferindo vultosos fundos a negócios privados.

O Bairro de Recife tem sido recuperado por meio de uma estratégia diferenciada, na qual o poder público investiu pouco e de forma precisa, gerando assim efeitos multiplicadores.

Obteve-se, com a intermediação do poder público municipal, a participação expressiva de investidores privados. O Estado agiu como negociador oferecendo vantagens e isenções para os que realizassem investimentos, processo este regulado em lei.

Sua atuação restringiu-se a melhorar as infra-estruturas, requalificar os espaços públicos e recuperar diretamente alguns edifícios históricos que funcionassem como marco de um processo o qual deveria ser potencializado.

A Lei 15.840/93 regulamentou a criação de uma Zona Turística do Bairro de Recife, a ZET 1, concedendo incentivos fiscais que visariam a estimular a

instalação de estabelecimentos voltados para o turismo, cultura e lazer. O objetivo assinalado pela Lei reside em criar uma dinâmica econômica capaz de reabilitar o bairro (17).

Desta maneira, arquiteturas preservadas e elementos de estrutura física e paisagem de reconhecido valor histórico e cultural faziam parte da estratégia de instalação de atividades produtivas voltadas para turismo, lazer e cultura. Isenções de IPTU e ISS, bem como de taxas de licença de localização e funcionamento seriam oferecidas, à guisa de os proprietários realizarem a Conservação Total ou Parcial do imóvel, recuperando fachadas, coberturas, estruturas afetadas, elementos destruídos ou descaracterizados, instalações internas e retirando quaisquer elementos estranhos.

Transformações dos usos existentes podem acontecer, contanto sejam efetuadas as ações reparadoras e de conservação previstas.

A atração de investimentos privados tem sido tarefa de negociação entre a municipalidade e proprietários e investidores. Projetos pactuados por investidores distintos e integrados à melhoria das infra-estruturas e ações no espaço público têm merecido igualmente atenção.

#### Conclusões

As estratégias de recuperação e revitalização urbanas vêm priorizando ações de natureza holística e integrada, de forma que a cidade como um todo possa outra vez estar incluída na pauta das preocupações e atuação do arquiteto e urbanista.

O movimento moderno trouxe à baila a intenção de desenhar a cidade se como um objeto controlável fosse, como se o arquiteto e o urbanista pudessem determiná-la a partir de um desenho mediação da totalidade urbana.

As complexas transformações urbanas e metropolitanas que vem ocorrendo, sobretudo a partir dos noventa, trazem-nos a dualidade dialética entre expansão/concentração, totalidade/fragmento, inovação/conservação, projeto/estratégia.

Na atualidade, ações em áreas degradadas ou obsoletas relacionam-se à necessidade de gerar efeitos multiplicadores da dinâmica econômica da cidade, bem como atrair investimentos. O que parece ser apenas uma ação pontual num tecido urbano na verdade se encontra relacionado à cidade em sua totalidade, suportando estratégias de alimentação e recuperação de periferias, patrimônio histórico, promoção de habitação e ações diretas sobre os espaços públicos. O poder público, na maior parte das vezes municipal ou estadual atua intensamente no objetivo de captar recursos gerados por meio de sua intermediação junto a investidores e proprietários, gerindo e equilibrando (ou não) a valorização de terrenos urbanos (gentrificação).

Em meio às estratégias empreendidas, quer no exterior ou no Brasil, é possível depreender a importância e a força da arquitetura na dinâmica das ações urbanas.

Procuramos indicar esta relação necessária dos campos arquitetônico e urbanístico na atualidade, chamando a atenção de que o papel contemporâneo do arquiteto se encontra relacionado ao desenho responsável, uma vez que vinculado a estratégias socialmente defensáveis ou passíveis de crítica.

A complexidade da cidade contemporânea torna a arquitetura realizada numa de suas partes fator de desenvolvimento ou abandono de outras, uma vez atrelada ao objetivo de potencializar a economia e a geração de recursos locais.

Como conclusão final, cremos que estas considerações abrem caminhos para a discussão da formação do arquiteto, bem como da fundamentação da disciplina projetual. O ato solitário de dar forma ao espaço careceria do compromisso com a cidade e sua gestão, para o que se conclamaría uma revisão dos pressupostos do fazer arquitetônico.

notas

1

ARGAN, Giulio Carlo. Clássico anticlássico. O Renascimento de Brunelleschi a Bruegel. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

2

VASARI, Giorgio. Apud ARGAN, Giulio Carlo. Op. cit., p. 95.

3

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Territorios. Barcelona, Gustavo Gili, 2002.

4

SASSEN, Saskia. The global city. Nova York, Princeton, University Press, 1991.

5

IANNI, Octavio. "Cidade e modernidade", em SOUZA, Maria Adélia de et al. (org.) MetrÓpole e globalização. São Paulo, CEDESP, 1999.

6

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Op. cit.

7

GIDDENS, Anthony. UNRISD News, "The United Nations Reaserch Institute for Social Development Bulletin", n.15, 1997.

8

CANCLINI, Nestor García. A globalização imaginada. São Paulo, Iluminuras, 2003.

9

APPADURAI, Arjun. Modernity at large: cultural dimensions of globalization. Minneapolis/Londres, University of Minnesota Press, 1996.

10

FEATHERSTONE, Mike. Cultura global. São Paulo, Hucitec, 1999.

11

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Op. cit., p. 8.

12

JÁUREGUI, Jorge Mário. "No lumiar do século XX", em [www.jauregui.arq.br/portas.html](http://www.jauregui.arq.br/portas.html). Acessado em jan. 2002.

13

MONTANER, Josep Maria. Después del movimiento moderno. Arquitectura de la segunda mitad del siglo XX. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1997.

14

ZANCHETI, Silvio Mendes. "Conservação Integrada e Planejamento urbano na atualidade", in: Espaço e Debates - Cidade, Cultura, (in) civilidade, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, v. 23, n. 43-44, jan/dez 2003, p. 97.

15

JÁUREGUI, Jorge Mário. Op. cit.

16

DEL RIO, Vicente. "Em busca do tempo perdido. O Renascimento dos centros urbanos". Arqutextos, Texto Especial nº 028. São Paulo, Portal Vitruvius, nov. 2000  
<<http://www.vitruvius.com.br/arqutextos/arg000/esp028.asp>>.

17

SECRETARIA DE FINANÇAS DO RECIFE, "Código Tributário do Município do Recife, Legislação Complementar – Lei n. 15.840/93"  
<[www2.recife.pe.gov.br/pcr/secfinancas/legislaçãolei15840.html](http://www2.recife.pe.gov.br/pcr/secfinancas/legislaçãolei15840.html)>. Acessado em 16 abr. 2005.  
referências bibliográficas ABASCAL, Eunice Helena. A recuperação urbana de Bilbao como processo dinâmico e polifônico. Tese de doutorado. São Paulo, FAU/USP, out. 2004.  
ACSELRAD, Henri (org.). A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro, DP & A, 2001.  
ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. São Paulo, Martins Fontes, 1987.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. A formação do homem moderno vista através da arquitetura.

Belo Horizonte, A&P Cultural, 1991.  
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. <[www.cm-lisboa.pt](http://www.cm-lisboa.pt)>. Acessado em 16 abr. 2005.  
FEATHERSTONE, Mike. O desmanche da cultura. Globalização, pós-modernismo e identidade. São Paulo, SESC/Nobel, 1995.  
GHIRARDO, Diane. Arquitetura contemporânea. Uma história concisa. São Paulo, Martins Fontes, 2002.  
GUELL, José Miguel Fernández. Planificación estratégica de ciudades. Barcelona, Gustavo Gili, 2000, 2ª ed.  
MONTANER, Josep Maria. As formas do século XX. Barcelona, Gustavo Gili, 2002.  
MONTANER, Josep Maria. A modernidade superada. Arquitetura, arte e pensamento do século XX. Barcelona, Gustavo Gili, 2001.  
ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo, Martins Fontes, 1995.  
SOLÀ-MORALES, Ignasi de. Diferencias. Topografía de la arquitectura contemporânea. Barcelona, Gustavo Gili, 1995.  
SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; LINS, Sônia Correia; SANTOS, Maria do Pilar Costa; SANTOS, Murilo da Costa (org). MetrÓpole e globalização. Conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo, CEDESP, 1999.

ZANCHETI, Silvio Mendes. “Conservação Integrada e novas estratégias de gestão”  
<[www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal14/ZanchetiVPT.htm](http://www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal14/ZanchetiVPT.htm)> Acessado em 28 mar. 2005.  
sobre o autor

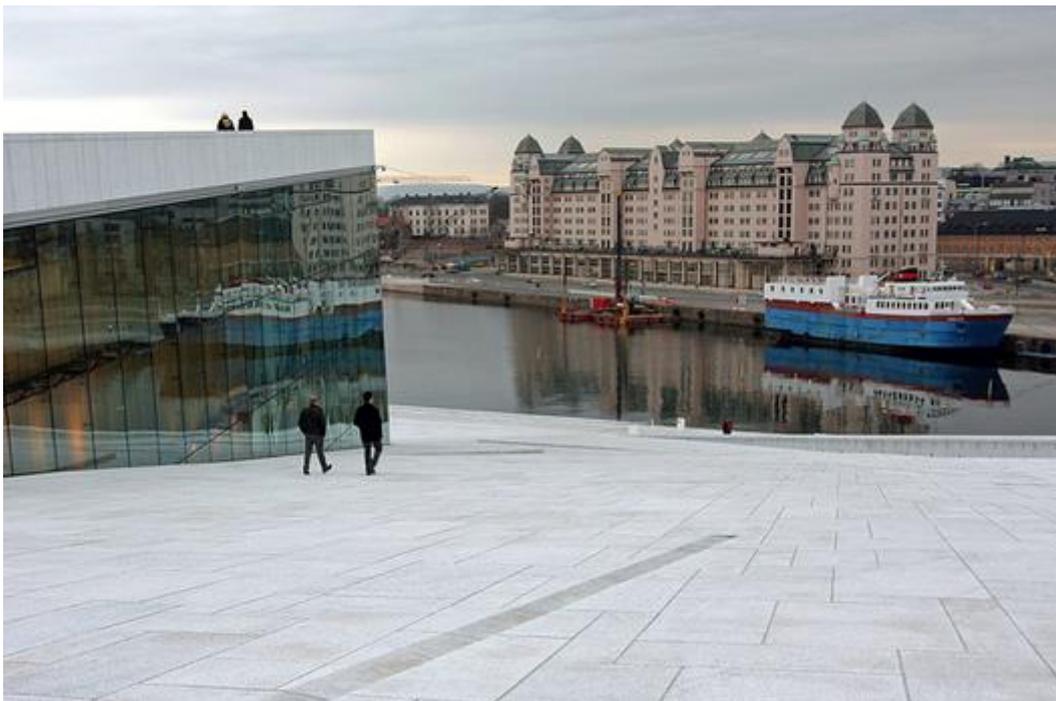
Eunice Helena Sguizzardi Abascal é Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela FAUUSP. Professora de História e Teoria da Arquitetura da FAU-Universidade Presbiteriana Mackenzie.

[http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.066/410?fb\\_comment\\_id=fbclid=10150234210126232\\_22896832\\_10150961827871232#fc6f603d6ef9cb](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.066/410?fb_comment_id=fbclid=10150234210126232_22896832_10150961827871232#fc6f603d6ef9cb)

## **7. “Cidade Escandinava de 8 milhões”: A conectividade terrestre como sinônimo de posicionamento global**

<http://www.archdaily.com.br/br/01-105026/cidade-escandinava-de-8-milhoes-a-conectividade-terrestre-como-sinonimo-de-posicionamento-global>

**Publicado em 23 março 2013**



Oslo, Noruega. © mauro\_ventura; via Flickr

*Texto escrito por [Constanza Martínez Gaete](#) via Plataforma Urbana. Tradução Archdaily Brasil.*

Atualmente, no corredor de 600 quilômetros que vai de Oslo (Noruega), passando por Gotemburg e Malmö (Suécia) até Copenhague (Dinamarca), vivem 8 milhões de pessoas. Viajar desde a capital norueguesa até sua parceira dinamarquesa demora oito horas, entretanto, se está estudando a possibilidade de conectar em 2025 ambas cidades com um trem de alta velocidade que demore somente 140 minutos, dando origem a "**Cidade Escandinava de 8 milhões**".

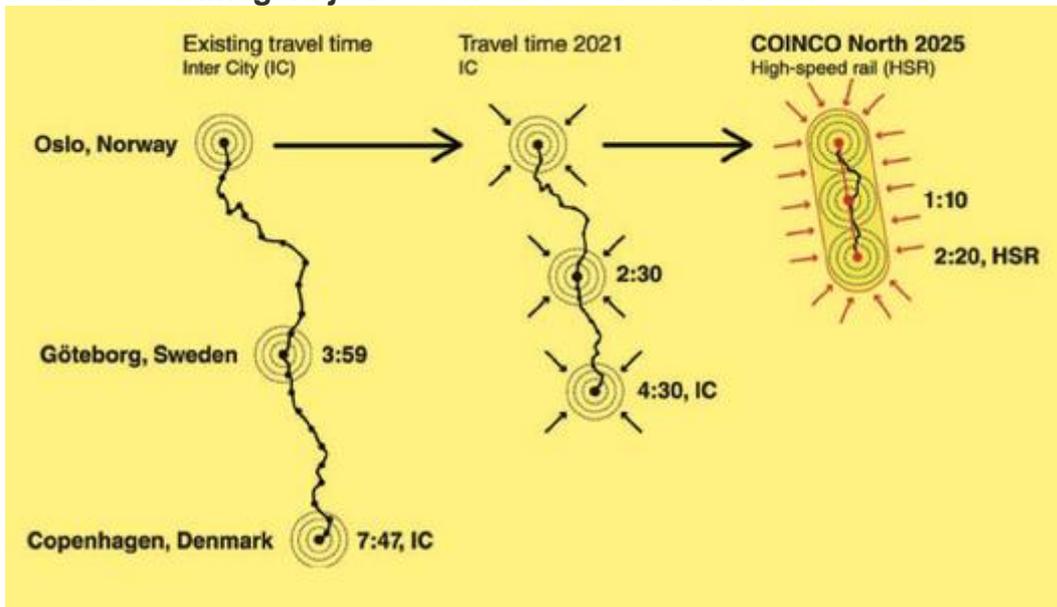
Esta região, composta por quatro cidade metropolitanas - duas delas capitais - de três países, encontra-se em uma das regiões mais dinâmicas e inovadoras da Europa. Não obstante, apesar de que diversos indicadores a nível europeu e mundial refletem que nestas cidades serão desenvolvidas atividades econômicas positivas, sua baixa densidade populacional levou a situação de que as concentrações de massa deem lugar a um novo desafio: competir em escala global para atrair e reter talento.

Por isso, o corredor que dará origem a Cidade Escandinava de 8 milhões não somente busca melhorar a conectividade entre suas cidades e converter-se em um transporte atrativo a nível mundial, mas também paralelamente, dezenas de

estratégias para converter-se em um dos corredores mais competitivos do mundo, mantendo as qualidade ambientais e sociais que já o fazem um lugar único do planeta.

Mais informações a seguir.

**Guarde esta imagem junto com tuas outras favoritas!**



Courtesy of Plataforma Urbana

Com a finalidade de estabelecer esta região, a filosofia de trabalho por parte das autoridades se centrará em explorar o potencial da cooperação, entendida como base para o progresso em um mundo globalizado. Desta forma, ao explorar este potencial, buscarão criar novos e melhores postos de trabalho e ambientes de inovação.

Este projeto de "nova cidade" considera que a cooperação entre suas metrópoles requer de uma infraestrutura de transportes adequada, tanto para seus habitantes como para o traslado de bens. Por isso, os países escandinavos buscam instalar trens de alta velocidade com o objetivo de estimular o crescimento em outras áreas de desenvolvimento a nível nacional.

**Guarde esta imagem junto com tuas outras favoritas!**



Gotemburgo, Suécia © Ignacio Gallego; via Flickr

Mas não somente na cooperação transnacional está radicado este projeto, mas também na busca de aproveitar o potencial como fortes motores de crescimento em nível regional, aproveitando o potencial de inovação e desenvolvimento (I + D) de cada uma delas.

Também será incentivada a colaboração transnacional em assuntos essenciais - ou "duras" como postula o projeto - para o desenvolvimento do trem de alta velocidade e outras infraestruturas em transportes. Além disso, serão fomentados elementos "brandos" para estabelecer linhas de cooperação direta entre cidadãos através de alianças educacionais e empresariais.

**Guarde esta imagem junto com tuas outras favoritas!**



Malmö, Suécia. © Karen Chan 16; via Flickr

A "Cidade Escandinava" considera cinco pontos que asseguram mais oportunidades operacionais para o desenvolvimento econômico:

1. Discutir coletivamente as próximas estratégias para as redes transnacionais, sejam estas políticas, profissionais, sociais e de transporte.
2. Construir uma cultura da comunicação entre os países com capacidade para adaptar-se às mudanças.
3. Criar ferramentas adequadas para a previsão e a avaliação de novas oportunidades.
4. Detectar novos competidores globais antes dos outros.
5. Assegurar produtos da melhor qualidade.

Atualmente, a região escandinava tem suas fortalezas nas áreas de logística, meio ambiente, nanotecnologia, TIC's, entre outras, que poderiam se posicionar como líderes a nível europeu com o novo trem de alta velocidade.

**Guarde esta imagem junto com tuas outras favoritas!**



Copenhague, Dinamarca. © Marionzetta; via Flickr

Entre as múltiplas vantagens que teria esta nova região, destacam-se as seguintes:

1. Uma estratégia transnacional para um crescimento equilibrado e competitivo.
2. Um sistema de transporte multinacional que cumpra com todos os níveis: local, regional e internacional.
3. Intensificação da rede de governabilidade, dentro e através das fronteiras nacionais.
- 4 . Maior disponibilidade de recursos de conhecimento, presentes em empresas globais e investidores.
5. Maior influência devido ao seu maior tamanho, convertendo-se em uma mega-região competitiva em nível mundial.

<

**Downtown / Cherem Architectos**

Projetos Seleccionados

>

## Residência San Lorenzo / Mike Jacobs Architecture

Projetos Selecionados

*Cita:* Fernanda Britto. "“Cidade Escandinava de 8 milhões”: A conectividade terrestre como sinônimo de posicionamento global" 16 May 2013. *ArchDaily Brasil*. Acessado 27 Abr 2015. <<http://www.archdaily.com.br/105026/cidade-escandinava-de-8-milhoes-a-conectividade-terrestre-como-sinonimo-de-posicionamento-global>>

## 8. Cidades inovadoras CWT

Sociedade em Rede - 23/03/2010

### Organizações apostam em análise de redes

Especialista diz que conhecimento sobre o assunto pode ampliar mercado e lucros

Se você está à procura de um campo de atuação promissor, que tal pensar em ser analista de redes sociais? É um tipo de trabalho pelo qual a procura só tende a crescer, conforme disse ontem, durante a Conferência Internacional de Redes Sociais, a palestrante Clara Alvarez, analista de sistemas pela PUC de São Paulo, especialista em Neurometria (mapeamento, desenho e análise de redes de conhecimento) e CEO da NeuroRedes, empresa brasileira de consultoria em gerenciamento.

Segundo ela, o trabalho de análise de redes está sendo cada vez mais valorizado em muitas organizações. É uma forma de ganhar mercado e aumentar os lucros. "Acredito que as redes irão definir o terceiro milênio. A sensação que tenho é de que estamos no ponto de fazer história. Acho que redes são mudança de paradigma, da forma como a gente raciocina", afirma Clara Alvarez, que ministrou o minicurso Introdução à Análise de Redes Sociais.

Segundo a palestrante, tudo que há na sociedade é produto de uma rede de pessoas. "A comunicação é o elemento central", reforça. Além de abordar como pequenos estímulos podem provocar grandes mudanças no comportamento social, a analista de redes sociais falou sobre o processo aplicado para identificar o funcionamento das redes nas empresas e em qualquer outro segmento. "A análise tem a ver com a forma como a rede de pessoas está integrada, estudando a estrutura e as dinâmicas das redes sociais e sua evolução ao longo do tempo", explica.

Confira mais em [www.escoladeredes.ning.com](http://www.escoladeredes.ning.com)

[WWW.OPENSADORSELVAGEM.ORG](http://WWW.OPENSADORSELVAGEM.ORG)

## Algumas conclusões da Conferência Internacional de Cidades Inovadoras e de Redes Sociais, em frases soltas...

### OPS - Editorial

Rafael Reinehr

Mar 15 |21:45



Abaixo, algumas percepções esparsas, aparentemente desconexas, que perfazem, juntas, a compreensão de que algo novo e inspirador está acontecendo, aqui e acolá.

### **Introdução ao Netweaving - Augusto de Franco**

O emocional do languagear é cooperativo ( Maturana )

Muitas pessoas aqui pensam redes. Quantas, afinal, PRATICAM relações em rede?

A hierarquia causa uma deformação no campo social.

Redes sociais são ambientes de interação, não de participação.

Redes com mais de 150 pessoas dificilmente conseguirão promover a conexão de todos com todos.

### **The Power of Organizing without Organization - Clay Shirky**

Porquê só agora as ferramentas da internet são utilizadas como ferramentas de transformação social?

Grandes cidades tornam eventos improváveis prováveis.

Ninguém pode modelar a complexidade do mundo em uma só organização.

Patients like me: <http://patientslikeme.com>

### **Sistemas Sócios Educativos: Comunidades de Aprendizagem em Rede - Arranjos Educativos Locais - José Pacheco**

"É preciso sulear a educação" ( Paulo Freire )

Precisamos todos, educandos e educadores, aprender a aprender.

Se cada pai colocar na justiça o Estado por um filho que não aprende...

### **A cidade como organismo vivo - Steven Johnson**

Idéias são redes.

Innovation time off - que tal 20% do tempo no seu trabalho livre para criar?

Para criar cidades inovadoras, é importante olhar para os padrões vivos.

As cidades tem a maldição - ou a bênção - da diversidade.

Certas emoções e sutilidades surgem apenas no espaço físico. Nada vai superar isso.

### **Análise de Redes Sociais - Clara Pelaez Alvarez**

A transmissão da informação depende do estado de cada nodo (da rede).

O cérebro é um órgão social: onde não há conexão não há vida ( John Rate )

Construímos a realidade com nossa consciência.

### **Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis**

A sociedade civil fiscalizando e mudando a realidade social, no movimento  
Bogotá, Como vamos?

IRBEM x FIB X Índice de Desconforto Social - aumentando o bem-estar da  
população.

Uma cidade é um projeto ético ( Bernardo Toro )

### **Redes e Emergência - Steven B. Johnson**

Redes Sociais são um terceiro lugar. Não são casa nem trabalho.

@waffletruck e seus 5 mil seguidores - exemplo curioso de uso do twitter.

É possível financiar causas locais com sistemas baseados em doações SMS?

Usar KickStarter para melhorar as comunidades. Alguém pra criar o  
Kickstarter.br?

Seria poderoso saber o que as pessoas estão fazendo/querendo nas  
comunidades.

**A Cidade como uma Rede Sustentável Animada por uma Conversação**

## **Criativa - Pierre Levy**

Oralidade > Escrita > Alfabeto > Mídia de Massa > Mídia digital.

A cidade como uma rede de redes.

Espiritualidade é a Unidade no Todo.

## **Humberto Maturana e Xymena Dávila**

Precisamos reativar a CANDURA!

Nossa ontologia constitutiva nos fez inovadores.

Futuro? Vivemos em um presente em mudança contínua!

Passado e futuro são modos de viver AGORA!

A democracia é uma obra de arte do conviver juntos.

## **Inconsciente coletivo**

A escola tradicional já morreu. Apenas não assinaram o atestado de óbito.

Criar bens comuns - coisas e serviços que não são de ninguém e são de todos

Em uma democracia falsa todo voto é nulo.

Os anarquistas estão chegando: cidades por todos e para todos.

Cidades inovadoras xxx

## **DOCUMENTOS DO MERCOSUL**

### **Declaração do México**

#### **Terceiro Encontro Da Sociedade Civil Organizada União Europeia – América Latina e Caribe**

Cidade do México, 13, 14 E 15 de abril de 2004

### **Declaração Final**

O Terceiro Encontro da Sociedade Civil Organizada União Europeia – América Latina e Caraíbas foi organizado pelo Comité Económico e Social Europeu, representante das categorias económicas e sociais da sociedade civil organizada da União Europeia, com o apoio da Comissão Europeia e a colaboração da Secretaria das Relações Externas do México. Este encontro reuniu representantes da sociedade civil de todos os países da América Latina e das Caraíbas, bem como representantes das seguintes entidades regionais: Fórum Consultivo Económico e Social do Mercosul, Comité Consultivo do Sistema de Integração da América Central e Conselhos Consultivos dos Trabalhadores e dos Empresários da Comunidade Andina.

Os representantes da sociedade civil organizada da União Europeia e dos países da América Latina e das Caraíbas adoptaram, no seu Terceiro Encontro, a declaração infra, que se destina à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo a realizar em 28 e 29 de Maio, em Guadalajara (México).

### **Declaração do México**

Síntese:

#### **I. Pelo aprofundamento da associação União Europeia – América Latina e Caraíbas:**

O reforço das relações entre a União Europeia e a América Latina e as Caraíbas é um elemento estratégico para o desenvolvimento de ambas as regiões e para a consecução de uma ordem internacional mais equilibrada. Para tal, deveria constituir-se:

1. uma associação baseada, numa primeira fase, numa rede de acordos entre a UE e as diferentes associações regionais e países da ALC, com o objectivo de alcançar um acordo global de associação entre as duas regiões;
2. uma alta componente de dimensão económica, social, laboral, política e cultural, bem como a promoção, o fortalecimento e a participação da sociedade civil organizada nos acordos entre a UE e a ALC;
3. uma nova governação mundial baseada na concertação das nações e no respeito pelo direito internacional e pelos compromissos a favor dos equilíbrios

ecológicos e sociais do planeta.

## II. Pela criação de uma Agenda em favor da coesão social:

A desigualdade e a pobreza representam uma ameaça potencial para a democracia, a paz e o desenvolvimento económico. Apelamos a uma mobilização urgente, por parte dos governos e da comunidade internacional, no sentido de se adoptar uma Agenda em favor da coesão social, em cuja formulação, desenvolvimento e execução a sociedade civil organizada tenha um papel de destaque.

Por seu lado, os representantes da sociedade civil da ALC comprometem-se a impulsionar o seu próprio Programa de Acção em prol da coesão social, solicitando os meios materiais e logísticos necessários à sua execução.

Para se alcançar uma maior coesão social, importa favorecer:

- a. um crescimento e um desenvolvimento económicos sustentáveis, num contexto de integração regional, que tenham por objectivo prioritário a redução da pobreza e das desigualdades;
- b. a credibilidade das instituições públicas, que lhes permita criar um quadro coerente que impulse o desenvolvimento económico e a coesão social;
- c. acções prioritárias em favor dos sectores sociais mais vulneráveis;
36. iniciativas para a redução da dívida externa, vinculadas prioritariamente à coesão social e à redução da pobreza;
- d. políticas que diminuam as desigualdades através da melhoria da educação, da saúde, da protecção social, do acesso aos serviços básicos e da luta contra a discriminação;
- e. uma abertura substancial, equilibrada e recíproca dos mercados;
- f. um mercado de trabalho estruturado, com trabalho digno e com mecanismos institucionalizados que favoreçam as negociações entre os interlocutores sociais;
- g. a identificação e o compromisso de toda a sociedade com a agenda que se venha a estabelecer em prol da coesão social;
- h. o fortalecimento do papel das instituições públicas no combate à corrupção;
- i. o apoio da União Europeia e da comunidade internacional e a coerência das relações económicas e comerciais com tal objectivo.

## III. Pelo reforço do papel da sociedade civil organizada:

É necessária uma maior articulação da sociedade civil, para a qual é imprescindível:

- a. o reconhecimento por parte dos poderes públicos do papel que ela desempenha na governação dos processos de integração e na consecução de uma maior coesão social;
- b. a criação e o reforço de instâncias estruturadas de diálogo a nível nacional e regional;
- c. o reforço, nos programas de cooperação, de medidas orientadas especificamente para o fortalecimento das organizações que integram a sociedade civil organizada, tendo em vista o seu desenvolvimento;
- d. a criação e a promoção de redes entre organizações dos mesmos sectores socioprofissionais da UE e da ALC.

### Os participantes:

1. entendem que o reforço das relações entre a União Europeia e a América Latina e Caraíbas é um elemento estratégico para o desenvolvimento de ambas as regiões e para o estabelecimento de uma ordem internacional mais equilibrada e preconizam o estabelecimento de uma associação assente, inicialmente, num conjunto de acordos entre a União Europeia (UE) e as diferentes associações regionais e nações da América Latina e das Caraíbas (ALC);
2. instam a que se conclua nos próximos meses as negociações para a celebração de um Acordo de Associação entre a UE e o Mercosul e que este acordo, para além de uma abordagem equilibrada dos aspectos comerciais, inclua uma dimensão política, social, laboral e cultural; solicitam a promoção de idênticas negociações entre a UE e a Comunidade Andina, por um lado, e entre a UE e a América Central, por outro. Solicitam ainda que, no quadro do Acordo de Cotonou, se lancem, sem tardar, as negociações sobre os acordos de associação económica entre a União Europeia e os países das Caraíbas;
3. solicitam que os acordos a celebrar com a UE incluam também uma importante componente de dimensão social, bem como a promoção e o reforço das organizações sociais e dos órgãos de participação e consulta da sociedade civil organizada;
4. consideram que a associação UE-ALC se reveste de primordial importância num contexto em que se expressam dois pontos de vista diferentes sobre a mundialização. A aliança estratégica entre a UE e a ALC poderia contribuir de modo muito positivo para incentivar o multilateralismo, em especial no plano

político, e promover um desenvolvimento sustentável assente nos pilares económico, social e ambiental;

5. consideram indispensável que se atribua um papel importante à sociedade civil nas relações UE-ALC. Neste contexto, congratulam-se com o facto de, após os Encontros do Rio de Janeiro e de Madrid, este Terceiro Encontro ter contado pela primeira vez com a presença de todos os conselhos consultivos das diversas regiões. Solicitam que tanto os acordos em curso de negociação como os que vierem a ser celebrados mencionem explicitamente a participação efectiva da sociedade civil. Reafirmam a determinação em incentivar as relações recíprocas entre os órgãos consultivos regionais da ALC, bem como as relações entre o CESE e os referidos organismos.

### Por uma Agenda favorável à coesão social

6. exprimem profunda preocupação pela situação de pobreza e desigualdade e os défices profundos de coesão social que se registam nas sociedades da América Latina e Caraíbas e que afectam, em primeiro lugar, a vida quotidiana dos latino-americanos e caribenhos;

7. manifestam preocupação pelo facto de a situação de desigualdade e pobreza representar uma ameaça potencial à democracia, à paz e ao desenvolvimento económico;

8. apelam à mobilização prioritária e urgente dos seus governos e da comunidade internacional a favor da coesão social na América Latina e nas Caraíbas e solicitam que tal se materialize numa agenda propícia à coesão social, que deve contar com a participação da sociedade civil organizada;

9. confiam em que a UE desempenhe um papel determinante nessa mobilização internacional a favor da coesão social na América Latina e Caraíbas;

10. manifestam a sua satisfação pelo facto de os representantes da sociedade civil organizada da América Latina, com o apoio do Comité Económico e Social Europeu (CESE), enquanto representante institucional da sociedade civil organizada europeia se comprometerem a impulsionar o seu próprio programa de acção a favor da coesão social na América Latina e Caraíbas. Neste sentido, solicitam que lhes sejam facultados os meios materiais e logísticos necessários à concretização de tal programa;

### Promover o crescimento e o desenvolvimento económicos num contexto de integração regional

11. consideram que, para reforçar substancialmente a coesão social na ALC, é

necessário um crescimento e um desenvolvimento económicos que tenham por objectivo eliminar as desigualdades sociais;

12. instam a que se acelerem e aprofundem os processos de integração económica regional na América Latina e Caraíbas a fim de tornar possível o desenvolvimento económico, integrado e articulado, que tenha em consideração as assimetrias nacionais e regionais, sobretudo favorecendo as políticas económicas eficientes e eficazes e medidas que atraiam o investimento estrangeiro. Estes processos de integração na ALC não devem cingir-se apenas a aspectos económicos; têm também que promover a convergência entre países e no seu interior. Os participantes apoiam, por outro lado, as negociações entre processos de integração regionais;

13. sublinham que, apesar da geração de riqueza, as economias latino-americanas e caribenhas apresentam fragilidades em relação ao exterior devido à sua grande dependência dos fluxos externos e à falta de diversificação das suas economias. Destacam o peso esmagador do serviço da dívida, que obsta à aplicação de uma verdadeira política de desenvolvimento económico;

14. solicitam que, nos acordos comerciais de integração, se verifique uma abertura substancial, equilibrada e recíproca dos mercados;

15. sugerem que se lancem bases para um plano internacional de redução da pobreza, que inclua estratégias ao nível nacional, à semelhança do que alguns países da região já levaram a cabo. Tais programas deveriam, por um lado, ter ampla aceitação das populações e, por outro, ser elaborados, acompanhados e avaliados em estreita concertação com os representantes da sociedade civil. Deveriam também beneficiar de apoio financeiro e de assistência técnica da comunidade internacional e mormente da União Europeia;

16. verificam que o baixo nível de investimentos, a ausência de condições para aforro e, de forma geral, a falta de recursos financeiros constituem um forte obstáculo ao desenvolvimento da actividade económica. Por isso, recomendam que se favoreça o aforro, se criem condições adequadas para o investimento e se concedam micro-empréstimos para apoiar as pequenas empresas, os trabalhadores por conta própria e as empresas de economia social;

### **Instituições públicas ao serviço do crescimento e do desenvolvimento económicos e da coesão social**

20. consideram que, para conciliar crescimento e desenvolvimento económicos com sociedades mais coesas, é absolutamente necessário aprofundar e melhorar a institucionalização dos países da região. A qualidade do quadro institucional e a eficácia e a transparência da administração, do sistema de justiça e dos mecanismos de governo são factores imprescindíveis

desta estratégia. O capítulo institucional é, pois, um requisito fundamental para que as medidas de política macro e micro-económicas possam levar o crescimento e o desenvolvimento a beneficiar os estratos mais desfavorecidos da população;

21. concordam em que, para se alcançar um crescimento e um desenvolvimento económicos integrais, é necessário um maior equilíbrio entre as dimensões económica e social. Neste sentido, importa aplicar políticas que favoreçam a equidade social e o emprego de qualidade e estabelecer mecanismos institucionalizados que favoreçam as negociações entre os interlocutores sociais;

22. constatarem que, em alguns países, os sistemas fiscais não servem os objectivos de desenvolvimento económico e de justiça social. Salientam que a corrupção e a ilegalidade institucionalizada rompem os vínculos éticos, normativos e comunitários essenciais à convivência social e que, para os reatar, é imprescindível agir ao nível da educação, da vigência plena do Estado de direito e da eficácia da lei;

### Prioridade para as acções em prol dos mais vulneráveis

23. solicitam acções a favor das categorias da população mais vulneráveis, como as mulheres, as crianças, os jovens, os idosos, as pessoas com deficiência, as populações indígenas e, em alguns países, outras populações similares. Pedem que a União Europeia apoie estas actividades, algumas delas inovadoras e de grande impacto social, promovendo, nomeadamente, as capacidades empreendedoras. A acção em prol dos direitos humanos deverá igualmente ser uma acção prioritária dos poderes públicos e da sociedade civil organizada;

Reduzir as desigualdades mercê de políticas que promovam a educação, o acesso aos serviços básicos e à saúde e o combate às discriminações

24. vincam a necessidade de políticas que garantam o acesso aos serviços básicos, especialmente em matéria de educação, saúde, protecção contra a violência e acesso à justiça;

25. solicitam igualmente que seja concedida prioridade à instauração de sistemas de protecção social, caracterizados pela sustentabilidade, pela garantia de condições dignas de reforma aos beneficiários e pela universalização da cobertura;

### Estruturar o mercado de trabalho

26. registam com preocupação a forte tendência para a chamada "informalização" do emprego e a precarização do trabalho na ALC. Em alguns casos, tal deve-se ao não cumprimento das normas vigentes e à falta de

controlo por parte dos governos;

27. sublinham que as relações de trabalho testemunham, consoante os países, de um reconhecimento e uma aplicação desiguais dos direitos fundamentais dos trabalhadores. Apela à promoção do trabalho digno e assente nos princípios e direitos fundamentais do trabalho reconhecidos na Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1998, bem como à aplicação dos pertinentes instrumentos regulamentares vigentes nos diferentes países da ALC;

28. sublinham a necessidade de intensificar o diálogo social. A este propósito, regozijam-se com o lançamento do projecto sobre a dimensão socioprofissional do Mercosul encetado pelo Comité Económico e Social Europeu e o Fórum Consultivo Económico e Social do Mercosul. Solicitam que se aja do mesmo modo no âmbito da Comunidade Andina, América Central, Caraíbas, México e Chile;

29 reconhecem, em sintonia com a Recomendação 193 da OIT e com a Comunicação da Comissão Europeia sobre a promoção das cooperativas, o papel das cooperativas e demais empresas da economia social no desenvolvimento integral dos seus países. Neste contexto, instam as correspondentes organizações da União Europeia e dos países da América Latina e Caraíbas a trocarem experiências e levarem à prática programas de cooperação;

30 entendem que as empresas multinacionais, mormente as europeias, deveriam, para além das normas estabelecidas nos países da ALC, ter um papel importante na promoção dos direitos laborais e ambientais, através de iniciativas voluntárias de responsabilidade social;

31. propõem aos empregadores de todo o tipo, aos sindicatos e aos governos da América Latina e das Caraíbas que se empenhem em acções concretas com vista à coesão social e laboral. Neste sentido, deveriam reger-se pelas orientações das Nações Unidas e da OIT sobre o trabalho digno, promover as capacidades de trabalho, proporcionando habilitações e competências a quem não as tenha, desenvolver políticas de igualdade entre os sexos, erradicar o trabalho infantil, zelar pelo respeito da legislação laboral e fomentar a cultura da segurança no local de trabalho, como outras iniciativas destinadas a melhorar a qualidade de vida das pessoas;

### **Associar a sociedade civil à coesão social**

32 consideram que, para conferir profundidade e dimensão a longo prazo às políticas de coesão social, é necessário que a sociedade se identifique com as mesmas. Para tal, as organizações da sociedade civil (empregadores, sindicatos, organizações de economia social e demais organizações que visam a coesão social) e os órgãos de poder públicos deverão promover a

informação, o debate e a participação dos cidadãos na definição e desenvolvimento das referidas políticas;

33. acolhem com satisfação as iniciativas lançadas para reduzir a dívida dos países mais endividados – por exemplo, a conversão da dívida em investimentos – e solicitam que sejam tomadas idênticas medidas a favor da maior parte dos países não incluídos nesta categoria;

### Beneficiar do apoio da União Europeia e da comunidade internacional

34. recomendam que as instituições financeiras internacionais e demais prestadores de assistência financeira e técnica, para além das auditorias financeiras, utilizem sempre indicadores sociais no acompanhamento e na avaliação das acções que desenvolvem;

35. reconhecem que as iniciativas de cooperação, de partilha de experiências e de competência técnica entre a UE e a ALC, em matéria de elaboração e aplicação das políticas sociais, contribuem para a coesão social. Ao mesmo tempo, registam com satisfação o apoio da UE ao fortalecimento institucional do processo de integração. Solicitam que esta acção seja prosseguida e alargada e se torne mais eficaz, tendo em conta que, embora a UE seja o principal dador de ajuda internacional à ALC, nos últimos anos o montante dessa ajuda tem decrescido. Solicitam igualmente que esta acção se realize através de uma melhor coordenação entre a Comissão Europeia e os Estados-Membros. Apoiam, por outro lado, a proposta do Parlamento Europeu que tem em vista criar um fundo de solidariedade bi-regional;

### Reforçar as instituições da sociedade civil

36. assinalam que é necessária uma maior articulação da sociedade civil; para tal, é imprescindível que os órgãos de poder públicos reconheçam e promovam o papel preponderante da mesma na consecução da coesão social;

37. entendem que o reforço das organizações económicas e sociais representativas é condição essencial para que se instaure um diálogo social e civil frutuoso. Nesta ordem de ideias, solicitam o reforço dos programas de cooperação para permitir o desenvolvimento dessas organizações e a criação de redes entre organizações da UE e da ALC de uma mesma categoria socioprofissional;

38. propõem a criação de instâncias estruturadas de diálogo a nível nacional e regional e manifestam a sua total disponibilidade para se empenharem a fundo no processo de fortalecimento dessas estruturas. A este propósito, solicitam o apoio do Comité Económico e Social Europeu no que toca à transferência de experiências e de diálogo, bem como à ajuda financeira da União Europeia

para reforçar as capacidades institucionais. Por seu lado, as instâncias de participação da sociedade civil organizada da ALC comprometem-se a apresentar relatórios periódicos sobre as iniciativas que hajam tomado na região e nos respectivos países para promover o diálogo na sociedade civil.

### Maior debate mundial sobre cidades atraiu mais de 3.500 participantes

CICI2010, que encerrou no sábado, foi o primeiro evento inteiramente tuitado do país

Cidades inovadoras L Na rede - 13/03/2010

A Conferência Internacional de Cidades Inovadoras - CICI2010, realizada pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) encerrou neste sábado (13) com expressiva participação de público. Nos quatro dias do evento, 3.500 pessoas circularam pelos quase 7 mil metros quadrados destinados à conferência, no Cietep, em Curitiba, participando de 15 conferências simultâneas diárias e conhecendo idéias, experiências e propostas de 105 conferencistas de todo o mundo. "A CICI2010 foi um sucesso sob todos os aspectos. Mas é importante que este grande resultado alcançado conjuntamente não seja restrito ao debate. A partir de agora, é fundamental que haja uma mobilização das redes que abraçam a iniciativa das Cidades Inovadoras, pois essa é uma causa que visa o bem-estar de todos", disse o presidente da Fiep, Rodrigo da Rocha Loures. De acordo com o empresário, o compromisso da Fiep é o de ser uma catalisadora das ações de desenvolvimento local. "Vamos nos empenhar para que esse movimento se espalhe por todo o Estado", completa Rocha Loures. Pela sua dimensão, qualidade de conteúdo e também pela interatividade digital inédita que proporcionou, a conferência foi considerada por especialistas e pela mídia como o maior debate mundial sobre planejamento urbano e desenvolvimento.

O encontro teve a copromoção das prefeituras de Londres (Inglaterra), Lyon (França), Bengaluru (Índia), Austin (EUA) e Curitiba e apoio das Nações Unidas e Banco Mundial.

Nomes de peso apresentaram palestras, participaram de painéis e compartilharam informações que têm o poder de melhorar a vida dos cidadãos e abrir novas perspectivas de desenvolvimento econômico e social sustentável. Entre eles, o especialista em espaços verdes e transporte alternativo, Jeff Olson, o educador José Pacheco, o conselheiro das Nações Unidas, Jonas Rabinovitch, o urbanista Jordi Borja, o presidente da Global Urban Development, Marc Weiss, o presidente do Environment Design Institute, Mitsuru Senda, o especialista em cibercultura, Pierre Lévy, o escritor Steven Johnson, o arquiteto e ex-prefeito de

Curitiba, Jaime Lerner, além de prefeitos e vice-prefeitos de Londres, Austin, Lyon, Chattanooga, Santa Maria, Maringá, Monobamba, Belo Horizonte, Curitiba e Campinas.

A indústria e as cidades - Um dos destaques da CICI2010 foi o lançamento do programa Cidades Inovadoras, uma iniciativa do Sistema Fiep que engloba um conjunto de ações de curto, médio e longo prazos voltadas ao desenvolvimento local. O objetivo é criar ambientes urbanos propícios à inovação e negócios sustentáveis.

A cidade de Curitiba foi escolhida para iniciar o programa, dentro do projeto "Curitiba 2030", desenvolvido em parceria com a prefeitura e a Fundação OPTI (Observatório de Prospectiva Tecnológica Industrial da Espanha). Iniciado no ano passado, o projeto "Curitiba 2030" tem potencial para influenciar o planejamento da cidade no longo prazo e para criar um ambiente urbano que atraia, retenha e desenvolva pessoas, empresas e investimentos. Twitter, a estrela - Os participantes inscritos para assistir à conferência tiveram à disposição uma estrutura que permitiu total interatividade, tornando mais interessante os debates. Da platéia, laptop ou celular na mão, davam sua opinião via twitter, que apareciam em telões instalados nos locais das palestras, gravavam e transmitiam palestras ou publicavam em seus blogs. O twitter, aliás, entrou para a lista dos resultados expressivos da CICI2010. Já no primeiro dia do evento, a "tag" #2010CICI foi para o topo da lista das mais citadas no microblog, desbancando políticos e artistas de sucesso. Proposta de continuidade - No encerramento, o netweaver da Escola de Redes e articulador do comitê científico da CICI2010, Augusto de Franco, encaminhou a proposta de constituição de uma Rede Global de Cidades Inovadoras (RCI). Criada em um ambiente virtual, a RCI vai unir pessoas de todo o mundo envolvidas com inovações em áreas urbanas, possibilitando a troca de experiências e soluções entre as cidades. "Essa não vai ser uma rede de governos, mas uma rede de pessoas", afirma o analista político Augusto de Franco, netweaver da Escola de Redes e articulador do comitê científico da CICI2010. "Ela estará aberta para que prefeitos e governantes participem, mas não como governos e sim como pessoas interessadas em inovação nas cidades", acrescenta.

Franco explica que a rede funcionará em um ambiente virtual acessado pelo endereço <http://redeci.ning.com> - com a intenção de congregar o maior número possível de pessoas envolvidas em inovação. A proposta é viabilizar a construção de conhecimento sobre cidades inovadoras por meio da livre troca de informações e experiências na rede, disseminando metodologias e tecnologias de qualquer tipo, inclusive sociais, que possam ser apropriadas, reinventadas e aplicadas por pessoas envolvidas com inovações em cidades em qualquer parte.

"A ideia não é dizer como as cidades devem ser administradas dentro dos métodos tradicionais de gestão, mas mostrar como podem ser adotadas práticas inovadoras para o desenvolvimento das áreas urbanas", afirma

Franco. A RCI não terá nenhum comitê organizar formal, apenas um núcleo de animadores e articuladores, responsável por estimular a troca de informações pela rede.

## **VI Conferência Mundial do Observatório da Democracia Participativa**

Rudá Ricci\*

Recife já havia sediado o último Fórum Social Brasileiro, em abril, agregando milhares de brasileiros e brasileiras que representaram pesquisadores sociais(as), educadores(as) populares, integrantes de movimentos sociais, ONGs, pastorais, libertários(as) solitários(as), curiosos(as). Ali estiveram as principais lideranças sociais do país que se espalharam pelas salas e auditórios da universidade federal e realizaram fóruns, seminários, reuniões de trabalho, assembléias de dezenas de fóruns.

No final deste ano, a cidade volta a ser sede de outro encontro significativo para a articulação de lideranças de alternativas democráticas. Desta vez, lideranças da gestão participativa. Foi sede, de 28 de novembro a 2 de dezembro, da 6ª Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP).

Oficialmente, o Observatório se apresenta como um espaço aberto a todas as cidades do mundo, assim como entidades, organizações e centros de investigação, que queiram conhecer, trocar ou aplicar experiências sobre democracia participativa no âmbito local para aprofundar a democracia no governo das cidades, para conhecer práticas inovadoras de participação ativa dos cidadãos e cidadãs na planificação e gestão urbana, para promover a integração de todos os habitantes no governo local e para aplicar políticas locais de desenvolvimento sustentável e coesão social. Procura compartilhar experiências inovadoras no campo da democracia participativa.

Anualmente realiza-se uma conferência internacional para avançar no debate sobre a participação nas democracias locais e facilitar o intercâmbio de conhecimento entre os projetos das distintas cidades. O OIDP foi apresentado e ratificado no encontro do Programa URB-AL Rede 3, realizado em Belo Horizonte, e na Conferência Internacional de Saint Denis (França). Sua constituição oficial se deu em novembro de 2001 na I Conferência do OIDP, realizada em Barcelona, onde foi aprovado seu regulamento.

Foi a primeira vez que um município brasileiro sediou uma conferência do OIDP. Antes, haviam sido realizadas em Barcelona, Quetzaltenango, Lille, Buenos Aires, e Donostia. Em Recife, estiveram presentes delegações da Venezuela, Equador, França, Espanha, Chile, Brasil, EUA, Banco Mundial, entre outras, que concentraram sua análise ao redor do eixo temático Planificação Estratégica Participativa para a Construção Democrática das Cidades. Esse eixo se dividiu em outros três subtemas: a) Implementação de Instrumentos Participativos; b) Formação para o Exercício de uma Democracia Plena e; c) Inclusão Social e Convivência nas Cidades.

A programação teve início com a reunião interna dos Observatórios Locais de Democracia Participativa. Mas, a partir do dia 30, tiveram início as mesas e grupos de trabalho. Foram três mesas. Instrumentos de Planejamento Participativo objetivava aprofundar os instrumentos de planejamento do orçamento local, do plano-diretor das cidades e planos temáticos, a partir do foco na construção coletiva dos municípios e no controle social das políticas públicas.

Esse tema, que ganha maior projeção e interesse em todo o país, envolve sobremaneira países latinos (europeus e latino-americanos). Para citar alguns exemplos, fóruns juvenis se multiplicam no Chile, principalmente na região metropolitana de Santiago (Talca e El Bosque são destaques nesta experiência); Lei de Transparência à Informação Pública, no Peru; Red de Solidariedad, sistema público de controle e monitoramento de políticas sociais da Colômbia; Lei Orgânica dos Municípios, que implanta em toda Venezuela mecanismos de gestão participativa; orçamento participativo em Sevilha, na Espanha; gestão comunitária de mulheres e jovens indígenas do Equador.

São inúmeras experiências que desfilaram e mereceram atenção nos grupos de trabalho. A mesa que tratou desse tema contou com a contribuição de Maria da Glória Gohn, da Unicamp, especialista em estudos sobre movimentos sociais brasileiros; e João da Costa, secretário de Planejamento Participativo de Recife.

João da Costa descreveu o orçamento participativo e citou uma das experiências mais interessantes e pouco estudadas em nosso país: o orçamento participativo mirim, que envolve alunos(as) de todas escolas as municipais. Maria da Glória Gohn analisou e classificou diversas experiências de controle social vinculadas aos movimentos sociais, destacando a superação de certa ingenuidade política da década de 1980, quando se negava a intervenção social no interior do Estado. Contudo, sustentou que o valor da autonomia da organização social deve ser preservada como centro da identidade política da participação social.

A segunda mesa, dedicada à Pedagogia da Participação, foi composta por mim e Eva Salaberria, diretora de participação da prefeitura de Donsita (Espanha). A mesa descreveu inúmeras experiências dos dois países. O centro das intervenções, contudo, foi observar a trilha aberta pelos conselhos de gestão pública e o orçamento participativo. São, efetivamente, portas de entrada e não de chegada. Estabelecem, necessariamente, a possibilidade de reforma democrática do Estado, tornando-o poroso, fundindo e descentralizando os espaços de tomada de decisão.

Contudo, essa possibilidade deve ser acompanhada de uma nova cultura política. E aí, entra a experiência de educação popular. A proposta lançada foi a criação de uma rede de escolas da cidadania, instaladas nos municípios, contando com dotação orçamentária, mas dirigidas autonomamente por um comitê gestor e um corpo de monitores vinculado aos órgãos estatais e movimentos sociais locais.

Finalmente, a última mesa teve como tema Inclusão Social e Convivência na Cidade. A mesa contou com as exposições de Alejandro Socorro, da Universidade de Cienfuegos (Cuba) e Oscar Sogliano, da prefeitura de La Paz

(Bolívia). O objetivo foi encarnar múltiplos olhares das populações locais, principalmente aquelas não reconhecidas culturalmente, caso das populações indígenas. A palavra-chave das discussões foi diversidade, tendo como elo as políticas de inclusão social e a construção de espaços públicos de acolhimento e discussão sobre a utopia das cidades.

Além das mesas, os grupos temáticos encaminharam sugestões práticas sobre cada um dos três subtemas. Uma mesa final, contudo, apresentou uma visão extremamente inovadora a respeito das políticas participacionistas, em especial, as que definem os investimentos orçamentários.

Sobre o tema Papel das Instituições Supramunicipais nos Processos de Aprofundamento Democrático falaram André Herzog (Banco Mundial), Jaime Vasconéz (Centro Internacional de Gestión Urbana), Michelangelo Secchi (Rete del Nuvo Município, Itália), João Paulo Silva (da Frente Nacional de Prefeitos), tendo como moderador Yves Cabannes (Londres, Rede URB-AL).

Cabannes vem incentivando um amplo debate para a ampliação da leitura sobre a dimensão territorial da experiência do orçamento participativo. Sugere duas ações instigantes: a criação de sistemas de OP macrorregionais ou metropolitanos, envolvendo vários municípios de uma mesma base territorial e o OP em rede, em que um morador ou migrante de um país possa definir políticas em sua localidade de origem, já que sua identidade permanece em lugar distante.

Essa última proposição retoma o que os geógrafos vêm denominando de espaço em rede, ou rede de relações espaciais. O caso mais emblemático é de muitos migrantes do município mineiro de Governador Valadares que residem nos EUA, mas mantêm laços fortes com sua base territorial de origem, enviando mensalmente muitas quantias em dólares que se destinam a movimentar o mercado imobiliário da região do entorno de Valadares. O município é, inclusive, jocosamente denominado de Governadores Valadólares. Yves Cabannes procura, assim, introduzir uma leitura globalizada de instrumentos de participação que têm na identidade cultural o ponto de partida para fortalecimento do capital social. Algo ainda não pensado por gestores e movimentos sociais brasileiros.

## Declaração

final

Ao final do encontro, foi aprovada uma declaração final da 6ª Conferência. Nela estão apontados os cinco grupos a serem trabalhados no próximo ano: gestão da informação, coordenado por La Paz; impactos e efeitos da participação, coordenado por Fortaleza; novos enfoques avaliativos, coordenado por comissão de membros da rede; gestão do tempo, coordenado por Saint Denis (França); metodologias da Participação, coordenado por El Bosque (Chile).

O documento sugere, ainda, a necessidade urgente de criação de uma referência, que vem se constituindo a partir do OIDP, na construção de processos democráticos das cidades, principalmente em um momento em que a guerra e os conflitos territoriais violam direitos e organismos de mediação internacional.

A realização da 6ª Conferência em Recife sinalizou, afirma a Declaração Final, a importância de governos eleitos na região que estão diretamente comprometidos com lutas sociais históricas. Além disso, a referência ao Nordeste brasileiro tem significado especial neste momento porque passa a política latino-americana. Finaliza afirmando que os efeitos negativos da globalização impelem à articulações freqüentes como as que a OIDP sustenta.

Trata-se da criação de um pólo de divulgação e articulação de práticas de gestão democrática no mundo. Articula-se, assim, a outras iniciativas de natureza ideológica similar, como são as reuniões do Fórum Social Mundial.

É fato que construir uma alternativa de gestão num mundo globalizado não é tarefa simples. Mas articulações e eventos como esse deixam até o mais cético dos mortais com dúvidas se essa utopia não tem lá sua possibilidade de vingar.

Durante alguns dias, lideranças latino-americanas e européias fincaram pé nessa possibilidade. Fóruns e articulações dessa natureza se multiplicam. Um exemplo foi uma das iniciativas forjada nos corredores da 6ª Conferência: a partir de 2007, chilenos(as) e brasileiros(as) estarão se visitando, procurando perceber as suas experiências de gestão participativa.

Em poucos minutos, delegações da Venezuela, Espanha e Equador foram se aproximando dessa roda de chilenos(as) e brasileiros(as). Ali, começava mais uma rede de troca de experiências. Os(as) céticos(as), de fato, terão que pensar em novos argumentos.

\* Doutor em Ciências Sociais, coordenador do Instituto Cultiva e membro do Fórum Brasil do Orçamento

Publicado em 08/12/2006.

### CICI 2010 - Institucional



ASSISTA ▶

Conferência reúne 3.500 pessoas para discutir inovações urbanas

### Debate Mundial



ASSISTA ▶

CICI 2010 traz participantes de mais de 200 cidades de todo o mundo

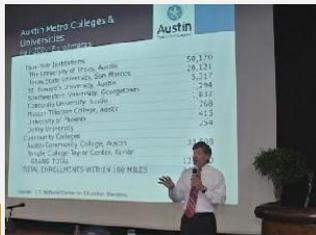
### Daqui a 20 anos



ASSISTA ▶

Curitiba 2030 indica ações para a capital ser uma cidade inovadora

## União



ASSISTA ▶

Painel durante a CIC1010 aborda a força das cidades de médio porte

## Lições da Rede



ASSISTA ▶

Redes sociais contribuem para o desenvolvimento das cidades

## Tecnologia e Governo



ASSISTA ▶

Novas tecnologias da informação ajudam na reinvenção dos governos

## 9.O que estamos fazendo?

A derrota da arquitetura na moradia popular

WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR

Curtir · Comentar · Compartilhar

## 10. Da (Anti)Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades

ESCRITO POR PEDRO FIORI ARANTES

[http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9047%3Asubmanchete091113&catid=72%3Aimagens-rolantes&](http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9047%3Asubmanchete091113&catid=72%3Aimagens-rolantes&)

SEXTA, 08 DE NOVEMBRO DE 2013

Nos países avançados, em que a crise econômica bateu mais forte e trilhões de dólares foram drenados do orçamento público para o sistema financeiro, o desemprego e o desalento dos jovens levaram às ruas e praças das grandes cidades indignados e *occupies*. Nos países árabes, foi o “basta!” (*kifaya*) às ditaduras e às diversas formas de opressão militar-religiosa. Mas, qual o motivo das revoltas recentes no Brasil, país “emergente” e até pouco tempo “sensação” da economia global? Pico da inflação, redução dos níveis de crescimento, escândalos de corrupção são causas insuficientes para justificar milhões de pessoas nas ruas nos atos diários de junho em todo o país, sobretudo nas grandes cidades, e que seguem ainda hoje, esparsos, mas latentes.

Afinal, vivíamos no Brasil da última década certo nível de crescimento econômico continuado; aumento do emprego, do consumo e do crédito; mobilidade social, programas compensatórios de transferência de renda; incentivo ao “empreendedorismo” de todos os tipos; recordes na produção, de carros a *commodities*; *status* de potência agrícola e mineral; descoberta das reservas do pré-sal com a miragem da renda petroleira irrigando o país; deixamos de ser devedores para sermos credores do FMI, de alunos passamos a exemplo do Banco Mundial; barramos a ALCA, ampliamos o Mercosul, levamos nossas empresas para a África e alcançamos a presidência da OMC; para arrematar, ganhamos a corrida para hospedar espetáculos globais, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Enfim, o país deixou de ser coadjuvante e tornou-se um dos protagonistas no concerto mundial das nações.

Se é assim, como, de uma hora para outra, tudo que ia bem parece ir mal? Muitas coisas desmentem ou relativizam esse cenário cor-de-rosa do Brasil emergente, mas talvez a principal delas seja a inviabilidade crônica de nossas

metrópoles. O crescimento econômico e os níveis recordes de investimento não melhoraram as condições urbanas, mas, pelo contrário, levaram ao limite do impossível a vida nas cidades. Esse é um dos paradoxos de fundo, na origem do nosso “basta!”.

Se a forma urbana das metrópoles pode dizer algo sobre a sociedade brasileira e os sentidos da nossa (de)formação nacional, ou de nossa precária e incompleta cidadania, não é preciso ser especialista para perceber que o Brasil, como projeto de civilização – visto pelo ângulo das nossas cidades –, está longe de resultar em algo integrado, coerente e igualitário. Há um avanço da barbárie urbana concomitante ao avanço da cidade-mercadoria. A maioria de nossas principais cidades vive situações recorrentes de caos e calamidade, apesar da abundância relativa recente. Nos últimos anos, vivemos o *boom* imobiliário e o *boom* automobilístico – ambos impulsionados pelo governo federal – que colaboraram não para o crescimento da qualidade da vida urbana, mas para sua crescente deterioração.

### **Aquilo deu nisso**

Temos, supostamente, as leis e os instrumentos urbanísticos considerados os mais avançados do mundo, um Ministério das Cidades, o Estatuto das Cidades (nossa lei da Reforma Urbana), planos, conselhos, fundos, em vários níveis administrativos. Tudo resultado de anos de luta popular, mas também da sua institucionalização, graças à prevalência de certa tecnocracia espalhada em centenas de administrações públicas, universidades, gabinetes e ONGs, que canalizou a ação direta de desobediência civil (o ciclo das ocupações) na direção da prática “responsável” de quem propõe novos instrumentos legais, participa de conselhos de fundos públicos e seus programas governamentais, tudo dentro da ordem (o ciclo institucional).

Constatamos hoje que a quase totalidade desses instrumentos legais não é aplicada, sobretudo no que diz respeito a garantir a função social da propriedade, sobretaxar grandes propriedades privadas, imóveis abandonados ou especulativos, forçar a urbanização de terrenos ociosos, cobrar a dívida ativa de devedores por meio da dação de imóveis, combater os crimes ambientais realizados pelos ricos, barrar despejos forçados fazendo valer o direito inalienável à moradia (pela Constituição Federal, o direito à propriedade privada no Brasil é relativo) e, por fim, orientar e planejar o crescimento das cidades em favor das maiorias, da qualidade de vida dos cidadãos e contra sua apropriação como mais um negócio do capital, agora em sua fase financeira e globalizada.

O Programa Democrático-Popular e seu capítulo da Reforma Urbana não apenas não realizou o que prometeu, mas deu no seu contrário, numa Anti-Reforma, ou numa privatização/mercantilização crescente das cidades, tratadas como mais um ramo dos negócios. A face social da Reforma Urbana democrático-popular foi sendo recalçada a favor de soluções de mercado, das parcerias público-privadas e da gestão focalizada da pobreza – receituário do Banco Mundial bem aplicado pelo Brasil (hoje na condição de formulador das mesmas receitas e seus ajustes).

Façamos um breve recuo histórico. Nos anos 1980 e início dos 1990, houve um primeiro ciclo da Reforma Urbana, ainda menos institucionalizada, que esteve combinada com as primeiras administrações municipais do PT, a ação dos núcleos de base e das comunidades eclesiais de base, com suas diversas associações de moradores, a formação dos movimentos urbanos e suas articulações, entre elas com um pensamento renovado na universidade, com seus laboratórios e ações de campo em favelas e periferias. Foi quando se reconheceu, pela primeira vez, nas políticas públicas e na academia, a cidade “oculta”, fora dos planos e leis, autoconstruída pelos trabalhadores.

Surgem naquele momento políticas dirigidas a essas áreas, fora da cidade do mercado, e que em muitas capitais abrigavam (e ainda abrigam) mais da metade da população. O novo urbanismo democrático-popular promove inversões de prioridades, projetos e obras de urbanização de favelas – no lugar da remoção forçada, que era a prática comum anterior –, a regularização fundiária, a construção de praças, escolas, saneamento e drenagem urbana, a produção de moradias por mutirão e autogestão, com qualidade superior às construtoras, políticas de assistência social de novo tipo, com experiências de economia solidária, além dos orçamentos participativos, que caracterizavam o “modo petista de governar”. Iniciativas que foram naquele momento importantes referências da transformação social, de diálogo entre intelectuais, ativistas e trabalhadores, mas que passaram a ser esvaziadas de sentido político e transformadas numa espécie de tecnologia de gestão de massas urbanas empobrecidas. A ênfase na participação, da construção das casas à peça orçamentária, perdeu o sentido de construção de poder popular e tornou-se uma forma de atrelar os movimentos à agenda dos governos e ocupar mais tempo que o necessário dos militantes em inúmeras reuniões e representações pouco efetivas, enredados em decisões secundárias dentro de um jogo em que as cartas, frequentemente marcadas, já estavam sendo dadas pelo setor privado.

O movimento pela Reforma Urbana, mesmo na sua fase mais criativa, também não chegou a ultrapassar algumas barreiras fundamentais, sobretudo não avançou no questionamento da propriedade privada do solo urbano – que por 350 anos da história brasileira foi de livre acesso. A terra tornou-se cativa, isto é, foi privatizada no momento em que a escravidão ruía e que os homens cativos eram alforriados. A Lei de Terras, de 1850, ano em que o tráfico negreiro tornou-se ilegal, antecipava a despossessão dos trabalhadores assalariados em relação à terra para morar. O sistema se modernizava e armava o jogo para a venda da força de trabalho como único meio para alcançar a moradia e qualquer outro bem de subsistência: o trabalhador assalariado deveria pagar pela terra cativa, que até então fora livre.

No programa da Reforma Urbana democrático-popular, a propriedade privada não foi questionada e combatida. Ao contrário, deveria ser regulada e distribuída a todos. Contra o latifúndio urbano a solução era o minifúndio privado, como na Reforma Agrária. Na prática, isso significou, mesmo nas experiências mais avançadas, projetar e construir loteamentos convencionais, em geral com lotes abaixo do mínimo permitido pela legislação, único meio de

equacionar a compra da terra, até a construção de prédios em condomínios fechados. A propriedade privada seguiu ditando o modelo (da política à arquitetura), pois o objetivo não foi superá-la, mas reparti-la com todos.

Pleiteava-se o lote, a casa e alguma infraestrutura urbana. Avançou-se pouco em relação aos espaços coletivos, em direção a novas formas de produção, educação e saúde sob gestão dos movimentos populares, como ocorreu com mais frequência nos assentamentos de Reforma Agrária. No máximo, ao lado das moradias, erguia-se um centro comunitário, uma padaria, uma quadra esportiva e, se possível, guaritas e muros.

Formas de propriedade pública e estatização do solo eram recusadas (com exceção do caso especial de Diadema, e de poucos projetos de aluguel social em São Paulo, tidos hoje como “equivocos”), vistas como planificação antidemocrática, típica do socialismo real ou de regimes autoritários, como nossa ditadura militar. Contudo, a base da Reforma Urbana europeia e de seus Estados de bem-estar social também foi o controle parcial da terra pela propriedade pública, com moradias estatais de aluguel subsidiado, construídas e reguladas pelo governo, como forma de alocação planejada e relativamente igualitária das populações nos territórios. Tal modelo, como se sabe, supostamente em crise desde meados dos anos 1970, foi parcialmente desmontado por políticas neoliberais (a Inglaterra de Thatcher, por exemplo, chegou a privatizar todo seu parque público de moradias).

Mesmo formas de propriedade coletiva ou cooperativada também não foram amplamente defendidas e testadas pelos ativistas da Reforma Urbana. O influente modelo uruguaio de construção de moradias por ajuda mútua em suas cooperativas de habitação chegou ao Brasil pela metade: veio o trabalho em mutirão mas sem a propriedade coletiva, ou seja, o momento de produção das casas era associativo mas seu consumo fragmentado em propriedades privadas individuais (e os espaços comunitários, culturais e educacionais ficaram aqui atrofiados). A insurgência e autogestão dos trabalhadores não teve como prosperar, cerceada por um sistema de valores e práticas que lhe era contrário, pois dependia, depois do mutirão, da expansão do ato cooperativo para a propriedade coletiva em todos os níveis.

A aceitação da propriedade privada também encontrou apoio nas comunidades de base da Igreja, que pregavam um socialismo cristão de pequenos proprietários. Os militantes da Economia Solidária, por sua vez, não deram importância devida à produção solidária da cidade, dirigindo seus esforços para apoiar cooperativas de produção de mercadorias, como a reciclagem de lixo, artesanato, alimentos e alguns poucos produtos industrializados.

Assim, entre os movimentos sociais havia uma confusão/sobreposição entre direito à moradia e direito à propriedade, apresentados como sinônimos. No regime militar ganhara a alcunha de “sonho da casa própria”. Ampliar o acesso à moradia parecia ser o mesmo que ampliar o acesso à propriedade privada – agora com o slogan renovado de “minha casa, minha vida”. Confusão que interessa às elites, evidentemente, ao reforçar a propriedade

privada como regra e princípio positivo perseguido por todos.

Pode-se comparar esse “freio” político-ideológico da Reforma Urbana brasileira ao que Florestan Fernandes indicou a respeito da visão positiva do assalariamento pela classe trabalhadora brasileira. O mito do emprego como inclusão social dirigiu a energia dos trabalhadores para a luta por ascensão social ao invés da crítica ao capitalismo – daí a prevalência do sindicalismo de resultados, sem defesa da autogestão da produção, sem enfrentamento com o sistema.

Em ambos os casos, na cidade e na fábrica, nos movimentos urbanos e nos sindicatos, não se levou adiante o combate à propriedade privada e ao assalariamento. Daí que nunca se defendeu no Brasil (e mesmo pouco se conheceu) o modelo cubano de Reforma Urbana, com expropriação de imóveis ociosos, mansões ou casas de veraneio (apesar da acusação de Collor de que, com Lula presidente, uma família de sem-teto iria morar em cada casa da classe média), ou ainda o fim do aluguel – banido em Cuba antes mesmo de declarado o caráter socialista da Revolução. Nunca se reivindicou moradia gratuita aos que precisam (“a gente não quer nada de graça” é o senso comum incutido), apesar da luta para que a moradia constasse na Constituição Federal como direito fundamental do cidadão.

Aceitou-se a regularização fundiária nas favelas e loteamentos informais, mesmo sem infraestrutura e moradia adequadas. Pretendeu-se aplicar programas de titulação em massa, em nome da “segurança na posse” e também como regularização do capitalzinho-moradia (a casa titulada) para que os moradores tomassem mais crédito (como no Peru de Fujimori, com 5 milhões de títulos de propriedade, incluindo favelas nos Andes sem infraestrutura alguma, como forma de criar capital hipotecável para pequenos empreendedores, como defendia De Soto). Ou, ainda, financiamentos aos mutuários da casa própria, representando décadas de endividamento para famílias com baixíssima seguridade social, riscos de despejo e inadimplência. E o pior, o tamanho e a qualidade da moradia definidos de acordo com a renda e a capacidade de pagamento de cada morador (resultando em acintosas moradias de trinta e tantos metros quadrados e em faixas de atendimento “focalizadas”), não de acordo com as necessidades de sua família, do bairro ou da cidade. Modelo que gera iniquidade, mas atende à minimização de riscos e à “viabilidade econômica da operação de crédito” envolvida, segundo o Banco Mundial, que assessorou e financiou programas similares no Chile, México, África do Sul etc.

A aceitação da propriedade privada como regra inviolável do jogo, a falta de ousadia e um certo pragmatismo na gestão da pobreza empurraram a agenda da Reforma Urbana a ponto desta confundir-se com os discursos e práticas do setor imobiliário, dos governos de direita e do Banco Mundial. Afinal, não sabemos mais como seria essa cidade da Reforma Urbana. Quais suas qualidades outras, contrárias ao que está aí? Como seria viver nela e construí-la? Quais os nexos entre Reforma Urbana e transformação social, que se expressariam numa nova forma de cidade?

Os inúmeros instrumentos, programas, conselhos, fundos e o próprio Estatuto das Cidades não resultaram em uma nova visão da cidade e dos sentidos da vida urbana, das relações entre sociedade, território e ambiente construído. Mesmo os projetos para mutirões e favelas, restritos a lotes e perímetros bem definidos, não se desdobravam em perspectivas mais amplas de cidade, suas infraestruturas, seus espaços públicos. De fato, não se imaginou (desenhou ou escreveu) como seria essa (re)Forma Urbana, suas qualidades materiais e simbólicas, as novas condições de vida, as características dos bairros e dos centros urbanos, seus lugares de uso público, a relação com a natureza e a paisagem, as formas de mobilidade, os sistemas de saneamento, os espaços da política, da memória, do corpo etc.

A Reforma Urbana democrático-popular, focada nos meios, nos instrumentos, pouco avançou no pensamento substantivo sobre a cidade, nos fins. Não há imagem, não há forma, não há narrativa para essa cidade almejada – não há projeto e utopia. Se a Reforma Urbana recusou o urbanismo moderno, sua forma e sua ideologia, que tem em Brasília sua expressão/contradição máxima – cidade para um novo país, construída pelos que não puderam nela morar –, por sua vez, abdicou da própria disciplina do urbanismo, enquanto capacidade projetual articuladora e antecipadora da cidade pensada. Negação que impediu antecipações mais claras do que se pretendia.

O desafio seria reassumir o urbanismo, noutros termos, não como ideologia do Estado e do capital, mas como campo projetual igualmente renovado, como exercício de criação coletiva, capaz de imaginar essa cidade (re)formada – da cidade como experiência vivida à sua dimensão política, simbólica e mesmo utópica.

O conservadorismo político-ideológico e a falta de imaginação e vontade projetual da Reforma Urbana levaram a esquerda a entregar o desenho da cidade ora aos urbanizadores de favelas ora, o que é muito pior, ao próprio mercado imobiliário – e a aceitar a sua forma urbana. Levou-a também a rechaçar outras propostas ousadas, entre elas a da tarifa zero nos transportes, ainda nos anos 1980, o que implicaria noutra forma de mobilidade e de cidade.

A tarifa zero era defendida por um grupo pequeno na gestão de Luiza Erundina (1989-92) e foi derrotada não apenas pela mídia e a “opinião pública”, mas também dentro do próprio PT. Ônibus gratuito e sem catraca era visto como um “delírio”, apesar de hoje novamente em pauta e com apoio de uma parcela significativa da população. O movimento de Reforma Urbana, centrado no problema da moradia, não chegou a constituir uma agenda sobre mobilidade como direito urbano fundamental, meio de acesso a outros direitos, muito menos sua gratuidade. A catraca não foi posta em questão, tal como a propriedade privada. E ainda aceitou-se a gestão e prestação privada (e cartelizada) de serviços de transportes urbanos. Trataremos disso adiante.

É possível reconhecer um movimento de capitulação paralelo, na base e nas lideranças, em questões decisivas da Reforma Urbana. Na base, como mencionamos, era estimulado o sentimento pró casa própria e o direito à

moradia como direito à propriedade. Na cúpula do movimento disseminava-se posição similar, a favor do sistema: convencer o capital imobiliário a atender os mais pobres e não apenas o topo da pirâmide social brasileira. Assim, adubavam-se as sementes que promoveriam a inversão de sentido da nossa Reforma Urbana: a naturalização da propriedade privada e a aliança com o capital para ampliar o mercado e “incluir” a classe trabalhadora na sua máquina de (des)fazer cidade. Os pobres deveriam parar de autoconstruir a moradia ou fazer mutirão, meios arcaicos de se produzir habitação no mundo da mercadoria, para tornarem-se compradores, a prazo e com certo subsídio, da mercadoria-moradia. As bases estavam lançadas: o projeto democrático-popular propunha uma aliança de classes por uma Reforma Urbana sem conflitos e com “mercado para todos”.

Basta rever o debate dos anos 1990, os textos desse período, os consultores internacionais que por aqui passaram e o Projeto Moradia elaborado pelo Instituto Cidadania, do PT. Na agenda da Reforma Urbana, no final dos anos 1990, as construtoras e o mercado imobiliário seriam os protagonistas, e não mais os movimentos sociais em luta. Mas o capital, agora aliado, teria que aceitar algum controle, daí a necessidade de “regulá-lo”, com leis, conselhos, instrumentos, que pouco puderam refrear sua natural voracidade. “Ampliar o mercado” era uma palavra de ordem, “queremos capitalismo de verdade nas nossas cidades”, outra. Consultores do modelo habitacional chileno, do Banco Mundial, BID e de institutos norte-americanos acorriam para nos dizer o que fazer.

No PT, com a alegação de acabar com o déficit habitacional a qualquer custo, eram elaborados estudos e planilhas da engenharia financeira para reativar uma máquina de crescimento habitacional parecida com o BNH dos militares (visto até com saudosismo por alguns). O que levou o Partido e movimentos de luta por Reforma Urbana, por exemplo, a defenderem, nos anos 2000, a “PEC da moradia”, lado a lado com os empresários do setor – todos pela causa da habitação...

### **Fazer o bolo urbano crescer para depois dividi-lo**

É importante lembrar, quando avaliamos as metamorfoses da Reforma Urbana brasileira, que os formuladores de políticas urbanas ligados ao PT defenderam e mesmo introduziram, a partir dos anos 1990, vários dos mecanismos pós-modernos de privatização das cidades: operações urbanas, operações interligadas, concessões urbanísticas, venda de certificados de potencial construtivo adicional, parcerias público-privadas, grandes projetos urbanos, megaeventos etc. Os urbanistas do Partido foram personagens importantes na circulação e importação de modelos internacionais de gestão urbana financeirizada e seu *city marketing* (apesar de alguns terem revisto essa posição nos últimos anos). Foram divulgadores no Brasil dos sistema chileno de habitação e seu mercado financeiro-imobiliário, de Puerto Madero em Buenos Aires e do “modelo Barcelona”, levando consultores internacionais e operações urbanas a todos os rincões do país, a cidades que queriam atrair investidores e participar do competitivo mercado de “cidades à venda” (com suas vocações, isenções fiscais e golpes de marketing).

O mantra era acelerar a acumulação capitalista nos circuitos imobiliários, fazer as cidades máquinas de crescimento para arrecadar “mais-valias urbanas” e aumentar o orçamento público em tempos de restrição fiscal a novos endividamentos. Uma fórmula mágica que logo se mostrou ilusória para os fins sociais, e que serviu a outros propósitos, incluindo o financiamento de campanhas. Na gestão Marta Suplicy (2000-2004), em São Paulo, uma parcela dos urbanistas petistas começou a perceber que a aliança com o capital e a difusão de operações urbanas tinham saído de controle quando onze operações foram introduzidas no Plano Diretor e aprovadas sem o devido debate – algumas delas beneficiando grupos específicos e levantando outras suspeitas.

**Acabada a era do “modo petista de governar”, que marcou a primeira fase da Reforma Urbana democrática-popular, agora prevalecia o pragmatismo da aliança com os produtores capitalistas da cidade.**

As forças sociais, levadas a segundo plano, foram conduzidas a participar de conselhos e discutir Planos Diretores, delimitar ZEIS (zonas especiais de interesse social) e opinar na alocação de recursos ainda exíguos para enfrentar os enormes problemas urbanos. A anestesia do movimento social era ampliada com a distribuição de cargos em mandatos parlamentares e nas administrações públicas, o que reduzia a autonomia e colaborava para ampliar o consenso dos gabinetes.

No fim dos anos 1990 e início dos 2000, resultado dos estragos promovidos pelo neoliberalismo – desemprego e desamparo social, despejos e políticas urbanas higienistas –, e com o PT na oposição, ocorre um miniciclo de ascensão popular e novas ocupações. Em São Paulo, no Rio, Porto Alegre, Recife, entre outras cidades, eram ocupados por movimentos organizados dezenas de imóveis vazios nos centros, trazendo à cena moradores de cortiços e o tema da “gentrificação” (substituição de populações) nas renovações urbanas (cujo modelo era o Pelourinho higienizado de ACM), o direito à cidade e aos seus centros com infraestrutura. Articulações novas aparecem, entre encortiçados, moradores de rua, ambulantes, estudantes, grupos de teatro e de direitos humanos, resultando em São Paulo, por exemplo, no Fórum Centro Vivo. Ocorrem rachas no movimento de Reforma Urbana e surgem outros movimentos de luta por moradia fora da órbita direta do PT, autônomos ou ligados a partidos mais à esquerda. Os movimentos rurais também ensaiam criar movimentos urbanos próprios e projetos de moradia de novo tipo. Na luta por transportes, com a articulação dos jovens por passe livre, começa a surgir um movimento nacional pela tarifa zero e pela qualidade na prestação dos serviços de transportes coletivos.

Na eleição de Lula, em 2002, um sopro de esperança (ou de ilusão) veio com a criação do Ministério das Cidades. Apesar das inovações políticas e administrativas que o Ministério permitiu – com a articulação de programas setoriais de transportes, saneamento, habitação e desenvolvimento urbano, a ampliação da participação com novos conselhos e fundos –, a política habitacional patinava (com o pífio programa de Crédito Solidário e o rescaldo do PAR, de FHC), o Estatuto das Cidades não era aplicado nos Planos

Diretores municipais, não havia uma política pública de terras, enquanto ampliava-se o crédito para as empresas imobiliárias brasileiras crescerem, produzindo um *boom* imobiliário estrondoso e uma onda de valorização sem precedentes das propriedades urbanas.

Com o objetivo de injetar recursos nas cidades via mercado financeiro e construtoras, os petistas faziam o bolo imobiliário crescer, supostamente para depois dividir. Não à toa, Delfim Netto, ex-ministro da fazenda do Regime Militar (quando inventou a metáfora do bolo) e conselheiro econômico número um de Lula, e seu partido, o PP, ganham em 2005 o Ministério das Cidades, indicando o novo ministro – como forma também de acalmar a base em mais um escândalo de corrupção. Desde então, o PP está à frente das Cidades e, em São Paulo, controla a máquina de fazer casas estadual (a CDHU) e a Secretaria de Habitação da Prefeitura Haddad. Se é para fazer a política do capital, nada melhor do que entregar diretamente aos seus representantes, abrigados num partido de extrema direita, herdeiro da ditadura.

O ponto de chegada da (Anti)Reforma Urbana petista, ao mesmo tempo seu fim de linha e sua realização, é o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Três milhões de moradias estão sendo produzidas nos últimos cinco anos, com a alegação de ataque em grande escala ao déficit habitacional, quase integralmente (cerca de 98%) sob a batuta do setor privado, usando recursos públicos e promovendo uma onda de aumento do preço da terra em todo o país. No MCMV, quem faz política de terras é o setor privado, como é também ele quem define o local e o padrão de urbanização, a arquitetura, a tecnologia a ser adotada, e assim por diante. O Estado abdicou de uma política pública de terras e desenvolvimento urbano, abdicou de ter inteligência projetual sobre as cidades e de qualificá-las. Quem “opera” o MCMV, além de 13 grandes construtoras, é um banco – a Caixa Econômica Federal, cujo presidente é um dos urbanistas do PT –, que segue a racionalidade financeira de cálculo de riscos comerciais de crédito consignado e um *check list* de requisitos mínimos para aprovação dos empreendimentos (fiscalização que muitas vezes é até terceirizada). Apoiar-se na lei de alienação fiduciária, que dá segurança às empresas na retomada de imóveis de inadimplentes e permite, afinal, avançar no mercado para populações precarizadas.

A promoção da casa popular é apresentada, assim, como solução compensatória da Reforma Urbana que não ocorreu, e melhor elo da conciliação de classes entre capital e trabalho – uma vez que beneficiaria a ambos. Na “aliança pela casa própria” não haveria interesses opostos: forja-se um consenso entre a necessária lucratividade dos capitais, os ganhos eleitorais dos políticos, a venda de terras valorizadas pelos proprietários e o benefício social dos atendidos pelo programa. A valorização imobiliária produzida pelo MCMV e pela ampliação do crédito imobiliário levou a crescimentos vertiginosos do preço da terra (180% em São Paulo e 250% no Rio de Janeiro nos últimos 5 anos). A própria tabela do MCMV para a sua casa mais simples (com menos de 40 m<sup>2</sup>), em São Paulo, começou com R\$ 52 mil em 2009 e hoje está em R\$ 96 mil (com o complemento estadual), e mesmo ultrapassando este valor, com doação de terras públicas via desapropriação municipal, crescendo assim bem acima da inflação.

Trata-se, à primeira vista, de uma onda de valorização imobiliária rentista que parece beneficiar a todos, dos grandes proprietários aos pequenos, que veem seu capitalzinho imobiliário valorizar-se e têm a certeza de que sempre valeu a pena estar ao lado da propriedade privada. Contudo, essa valorização da terra cria uma situação desfavorável aos trabalhadores, ampliando a diferença entre renda imobiliária e renda do trabalho (salários). Hoje é cada vez mais caro comprar e alugar a moradia, os aumentos de IPTU serão inevitáveis, acima da inflação e dos salários. Daí a chance de ampliação do endividamento e da inadimplência, chegando atualmente a 70% em algumas faixas de financiamento, incluindo o MCMV, que, por isso, parece estar com os dias contados.

Dessa valorização não surgiram cidades melhores, mais justas e integradas. Quanto mais se investe, mais caras e piores ficam – um aparente paradoxo, mas explicável no sistema em que vivemos. Países com grandes projetos habitacionais como o nosso, no qual se privilegiam quantidades ao invés de qualidades, e desconsidera-se o processo complexo de fazer cidades, produziram uma série de desastres urbanos e sociais, muitos deles irreversíveis. Por mais que se ataque o déficit de teto para morar, esse modelo de produção da casa-mercadoria não reverte nosso principal déficit, que é o de falta de qualidade urbana, pois a urbanização que promove é desurbanizadora (e desoladora). Inspiradas na produção em massa de carros populares, e dispostas na cidade como se fossem pátios de estacionamento, essas casas não por acaso foram batizadas (pelo atual presidente do BNDES) de “moradias 1.0”.

### **Crédito e renúncia fiscal para nosso apocalipse motorizado**

Aí está a outra ponta de nosso desastre urbano: o “carro para todos” e a apologia do automóvel, do petróleo e da cana como motores da economia.

A aposta petista de crescimento econômico com conciliação de classes também ocorreu com o abraço entre metalúrgicos e indústrias multinacionais de automóveis (aliança que já vinha sendo sinalizada desde as câmaras setoriais, nos anos 1990, com a premissa de gerar empregos e entupir as cidades de carros). Essa aposta foi reforçada pelos inúmeros e escandalosos incentivos e renúncias fiscais para as multinacionais, substituição das lavouras de alimentos por plantação de cana-combustível (baseada no trabalho degradante do boia-fria) e direcionamento da construção pesada para a ampliação das infraestruturas destinadas aos automóveis. O caso emblemático, além dos túneis bilionários, é a ponte estaiada na Marginal Pinheiros em São Paulo, projeto do PT, chamariz para o mercado imobiliário, cenário de fundo do jornal da Globo e novo “cartão postal” da cidade. Selando a aliança das mídias com o capital automotivo-imobiliário e os governantes de plantão, a obra, cujo acesso é reservado a carros (ônibus, bicicletas e pedestres são proibidos), consumiu quase 400 milhões de reais (recursos que deveriam ter sido destinados, por lei, para habitação social dos atingidos na Operação Urbana) e ao fim foi batizada com o nome do falecido dono da Folha de S. Paulo, Otávio Frias, despejando o trânsito na Avenida Roberto

## Marinho, falecido dono da Globo.

De outro lado, a expansão vertiginosa do crédito ao consumo de automóveis, a juros zero e parcelas a perder de vista, permitiu o crescimento artificial do setor, com altos riscos, como demonstrou a crise do crédito *subprime* nos Estados Unidos. Por aqui as taxas de inadimplência também cresceram, com veículos sendo retomados pelas financiadoras, gerando prejuízos a ponto de a principal financeira de automóveis ter sido semiestatizada pelo governo: o Banco Votorantim, do ex-mais rico do Brasil, Antonio Ermírio de Moraes, teve 49,9% de suas ações compradas por quase R\$ 5 bilhões pelo Banco do Brasil para tampar o rombo na inadimplência da BV Financeira de automóveis. O Itaú foi outro a perder bilhões com inadimplência no crédito de veículos.

Os males do “apocalipse motorizado” são conhecidos e os números, alarmantes. Acidentes no trânsito são a principal causa de morte não natural no Brasil, com 61 mil pessoas em 2012, além das doenças e mortes de origem respiratória causadas pela poluição do ar. Além disso, o automóvel é responsável por grande parte da impermeabilização do solo nas cidades – ele consome 30% do solo urbano, entregues ao asfalto e pátios de estacionamento – e pela descaracterização de seus rios e fundos de vale, a degradação de várzeas, morros e áreas verdes, o que tem resultado em inúmeras enchentes e outras catástrofes.

O carro é ainda uma mercadoria *sui generis*. Tomado individualmente, como objeto técnico cada vez mais aperfeiçoado para locomoção individual ponto a ponto, ele é uma das maravilhas do progresso técnico e do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Contudo, do ponto de vista do consumo coletivo do automóvel, enfileiram-se (ou engavetam-se) os paradoxos. Trata-se de uma mercadoria que, quanto mais vendida e consumida, mais torna-se inoperante. Isso porque o automóvel é um bem privado consumido no espaço público, que é limitado, por mais que se ampliem as obras de ruas e avenidas. Como dois corpos não ocupam o mesmo espaço, quanto mais carros nas ruas, menos andam. A trava do sistema de mobilidades produz um efeito dominó de irracionalidades: desgaste dos equipamentos, consumo excessivo de combustíveis, poluição do ar e sonora, stress, acidentes, gastos em saúde pública etc. Mesmo assim a indústria especializa-se em carros superpotentes e gigantes, que ficam parados em congestionamentos monstro.

Mas o carro é ainda a mercadoria vedete do capitalismo. O fetiche do automóvel e sua promessa de liberdade e potência individuais estão no cerne do sistema: vou para onde quiser – mesmo se o resultado geral do uso do automóvel seja a morte de milhares de pessoas e a inviabilização das cidades. A propaganda de carro e suas “fábulas”, que mobilizam de forma aterradora valores individualistas e arrivistas dominantes (potência, velocidades além do limite, status social, conquista de mulheres, liberdade para ir onde outros não vão, desprezo ao riscos e aos sem carro etc.), é um tema central para uma análise sociológica da sociedade de consumo. Deveria ser restringida, como a de cigarro e qualquer droga prejudicial à saúde. Mas elas povoam (e pagam) jornais e revistas, os mesmos que informam em seus outros cadernos os novos números recordes de engarrafamentos e poluição.

Os poucos orçamentos públicos para investimento em obras urbanas são tragados em proporção acintosa por mais pontes, avenidas e túneis (o último, recém-cancelado graças aos protestos, custaria quase R\$ 3 bilhões, entre a Água Espraiada e a Rodovia dos Imigrantes, novamente com acesso restrito a carros; e o prefeito Haddad acaba de anunciar que não fará as avenidas prometidas do Arco do Futuro, ao menos não com recurso público). Sem falar na isenção de impostos, como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados): o transporte privado individual no Brasil recebe 11 vezes mais recursos públicos do que o transporte coletivo, segundo pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas).

O tempo cada vez mais longo de transporte na cidade, entre casa, trabalho, escola e outros serviços, tem deixado as pessoas apertadas em ônibus ou solitárias em sua mônada de lata, de duas a três horas por dia em deslocamentos. Somados às nove horas no trabalho (oito mais uma de almoço, sem contar a hora extra), oito horas dormindo (ao menos é o que recomenda a OMS), duas a três horas ao menos entre higiene, trabalhos domésticos e demais refeições, sobram de uma a duas horas por dia – quando muito, para viver, momento de tempo livre e atividade supostamente autodeliberada.

Mas sabemos que nem isso é assim, pois o tempo se esvai entre a televisão, o shopping e outros “tempos livres” programados pela sociedade de consumo e idiotização de massas. Essa miséria da vida cotidiana em nossas grandes cidades não se restringe aos mais pobres, mas afeta de um jeito ou de outro também a classe média. Para os primeiros, evidentemente, é bem pior, pois, aos problemas já vividos pelas camadas médias, somam-se os riscos de vida por razões ambientais (deslizamentos, alagamentos), riscos de despejos, maior dificuldade de mobilidade, emprego, serviços públicos precários, falta de qualidades urbanas etc. Mas todos estão “travados” em cidades que deram errado, procurando formas de autodefesa, blindagens e segregações entre grupos típicas de anomia social. O colapso das cidades – enquanto fim da experiência comum de vida social e civilização – democratiza-se, por certo, de forma desigual, e alcança a todos.

### **Aprendizados para um novo ciclo de lutas urbanas**

Há 40 anos, num estudo pioneiro sobre São Paulo, falava-se de uma “lógica da desordem” urbana, do *laissez-faire* na produção da cidade, criando um caos do qual alguns capitais obviamente se beneficiavam. Hoje a situação se agravou tanto que mesmo esses beneficiários, ainda que lucrem enquanto pessoas jurídicas, não têm mais como viver como pessoas físicas, no próprio caos que criaram. A irracionalidade do capital entregue a si mesmo na produção da cidade e seus serviços torna-se a cada dia mais evidente.

Se nossas cidades ainda são negócio lucrativo para alguns, elas chegaram ao fim da linha: no modelo atual, como já assinalado, quanto mais se investe, mais caras e inviáveis ficam, tal como os carros, que quanto mais se produzem, menos andam. A urbanização não produz mais qualidades

urbanas próprias ao que se entendia como cidade – trata-se de uma urbanização desurbanizadora –, assim como o crescimento econômico não produz necessariamente desenvolvimento e equidade social.

A inundação de crédito e mercadorias colapsou nossa frágil estrutura urbana. A aliança com o mercado imobiliário, com as construtoras, com as montadoras, com as máfias de serviços urbanos – o que antigamente era chamado de aliança com a burguesia nacional – serviu mais aos interesses dos que tratam a cidade como negócio do que às necessidades dos cidadãos, que precisam da cidade como meio de vida. As grandes cidades brasileiras, longe de serem espaços animadores de se viver, são hoje produtoras de insegurança, doenças e traumas de todos os tipos.

Ainda assim, a cidade é isso tudo e sua “negação determinada”. Nela estão os sujeitos que tornam possível sua transformação, estudam, pensam, mobilizam-se, têm propostas e desejos. Esses sujeitos são diferentes dos velhos/novos “personagens que entraram em cena” com a Reforma Urbana do ciclo anterior e que tiveram seus méritos reconhecidos naquele momento. Os atuais ativistas urbanos olham para a cidade de outro modo, sem as mesmas ilusões e sem concessões ao capital – não aceitam cidades à venda para os cartéis de sempre, de imobiliárias, transportes, lixo e eventos. Suas demandas são precisas, ao mesmo tempo ousadas e de bom senso, parecem mínimas (vinte centavos a menos na tarifa) mas também máximas (transporte gratuito para todos).

O MPL (Movimento do Passe Livre) e outros grupos de luta por transportes (como o Bloco de Luta por Transporte Público, de Porto Alegre) não apenas obtiveram na rua a vitória dos vinte centavos em dezenas de cidades como conseguiram disseminar no imaginário coletivo a possibilidade da tarifa zero nos transportes, como direito urbano fundamental que conecta os cidadãos a outros direitos (educação, saúde, lazer, cultura, esportes). Afinal, sabe-se que o transporte onera excessivamente a renda de muitos trabalhadores e que 1/3 das populações das cidades não tem sequer como arcar com a tarifa, tendo que andar a pé. Ter que pagar para ir à escola, ao hospital, ao centro cultural, ao museu, ao parque e à praça, quase todos serviços gratuitos, pode ser um impedimento ao seu acesso para muitos cidadãos.

Por isso, a tarifa zero põe em dúvida a mercantilização da cidade – por que pagamos por esse direito? Afinal já pagamos tantos impostos, sendo que os trabalhadores contribuem percentualmente mais do que os ricos. Mesmo que a população não saiba tecnicamente como implantar a tarifa zero, percebe politicamente sua justiça e pergunta-se, afinal, por que pagar pelo transporte público, que é um direito do cidadão, por que passar por catracas humilhantes como gado e apinhar-se em ônibus feitos sobre carroceria de caminhões. Por que aceitávamos tudo isso?

A “descatracalização” dos ônibus, da cidade, do acesso aos direitos, enfim, a descatracalização da vida, que está expressa nas falas e cartazes do MPL (as catracas são puladas e destruídas das mais diversas formas na vida e no material gráfico do movimento), é uma forma de retomar a “imaginação no

poder”, lema de maio de 1968 (ou ainda: “sejamos realistas, exijamos o impossível”). A ousadia da reivindicação faz com que sejam acusados, por isso, de irresponsáveis, ao não indicar a origem dos recursos para pagar a conta do sistema, ou ainda de ingênuos, por não perceberem que o subsídio para todos iria também beneficiar empresários que deixariam de gastar com vale transporte.

Mas então a questão torna-se ainda mais interessante. É preciso voltar ao que foi, inclusive, uma das bandeiras fortes do PT em seu princípio: a justiça fiscal. Que se taxem as grandes propriedades, fortunas e heranças (na Inglaterra, por exemplo, 50% do valor das heranças vão para o Estado, no Brasil, 4%), e também que se recolha de outra forma o vale transporte (que voltaria para o sistema), que se penalizem as mercadorias que fazem mal à cidade e aos cidadãos, que poluem, matam e tomam o espaço público (ampliando rodízios, pedágios urbanos, impostos sobre combustíveis). O transporte gratuito, como direito que conecta outros direitos, só se viabiliza com um movimento mais amplo de justiça social, fiscal e urbana.

É preciso estranhar o que foi tido como natural: a insanidade das cidades que criamos e nas quais vivemos (ou tentamos viver). Que indivíduos e coletivos em luta aproveitem o momento dessa eclosão nas ruas e de ideias novas para imaginar a transformação radical da cidade/sociedade, passado o ciclo da (Anti)Reforma Urbana petista e do seu correspondente projeto democrático-popular. Qual o novo ciclo de lutas urbanas? Quais seus novos métodos, programas e atores?

De fato, o tema da mobilidade urbana é um bom ponto de partida, mas não de chegada, que ainda deve ser a cidade como projeto de civilização. Se ele atrai um nó de questões que, ao ser desatado, ajuda a questionar a lógica de todo o sistema, é preciso pensar quais os movimentos desse desenrolar, qual o caminho para se mudar a cidade a partir da tarifa zero e para todas as esferas da vida urbana. Quais outras pautas são “conectoras” com a da mobilidade? Quais são integradoras e inter-territoriais (incluindo a aliança campo-cidade, que alimenta a todos)?

Um dos limites da Reforma Urbana do ciclo anterior foi fragmentar a luta popular em lutas setoriais, que iam bater em portas de secretarias para pedir programas igualmente fragmentados. Agora interessa bater às grandes portas. Não deixemos que a força das revoltas de junho seja dirigida apenas para políticas setoriais e seus conselhos, fundos e instrumentos. A cidade é uma só. Aprendemos com o ciclo anterior os limites da luta institucional. Saberemos usá-la quando necessário, mas com as últimas jornadas vimos que as conquistas podem se dar de outro modo – inesperado e radical.

De outro lado, frações do capital já se orientam para esse renovado filão de negócios: a mobilidade urbana. A presidente Dilma anunciou recentemente um pacote de mais de R\$ 50 bilhões para o setor, que pode ganhar no novo contexto simbólico gerado pelas manifestações condições políticas para “alavancar” um novo ciclo de investimentos, terminados os estádios da Copa. Obras se anunciam, diversas delas necessárias, outras não, algumas

corretamente planejadas, outras mirabolantes ou feitas às pressas para captar recursos do governo federal. Veja-se a farra dos metrôes pelo Brasil: poucos saem do papel, mas todos geram negócios e negociatas. Modalidades de transportes e sua gestão estarão em disputa e muitos lobistas seguirão tentando passar seus trens de dinheiro em cada novo túnel.

Para contrabalançar os interesses privados de mais um ramo do *business* com os interesses públicos e dos cidadãos, será preciso deixar claro o que distingue nossa pauta da dos comerciantes de mobilidade. Qual o divisor de águas? O que separa o transporte-mercadoria do transporte como direito do cidadão? Ou poderiam ser convergentes, como o modelo Lerner-Curitiba faz crer?

O desafio é fazer a ação direta acompanhada de uma teoria que a oriente e problematize, que indique os pontos frágeis do adversário e nossas forças (nem todas ainda conhecidas). É preciso que as universidades renovem o ensino e a pesquisa e formem profissionais com outra visão dos problemas urbanos, das suas infraestruturas, da mobilidade, do saneamento e meio ambiente, da qualidade dos espaços e edificações e que novas práticas sejam orientadas por pressupostos até então pouco considerados. Que os partidos, sindicatos e organizações de esquerda também possam se dedicar mais profundamente ao tema das lutas urbanas – quase sempre relegadas a segundo plano –, ao entendimento das cidades, de seus agentes e meios de transformação, sem descuidar do “desenho” e das qualidades dessa cidade (trans)formada.

Mesmo o cidadão comum, a partir da sua experiência vivida e apoiado por canais de informação independentes, grupos de debate e novas pesquisas acadêmicas sérias, pode ser estimulado a pensar sua cidade, compreender sua história e sentido de mudança, e também tornar-se um integrante de coletivos de imaginadores urbanos ou de uma imaginação coletiva da cidade em transformação. Pelo desenho, texto, teatro, música, pintura, grafite, cinema, as cidades precisam continuar sendo imaginadas.

E no país o futebol, se as horas dedicadas a assistir, jogar e debater o mundo da bola pudessem ser em parte destinadas a pensar e transformar nossas cidades... Os comitês e grupos de resistência e denúncia das obras e despejos da Copa do Mundo podem ser importantes deflagradores dessa inversão de atenções, entre futebol e cidade, como ocorreu durante a Copa das Confederações, também em junho passado. E mesmo torcidas, comentaristas e jogadores mais politizados, que olhem para o país que está fora das quatro linhas, e percebam os interesses em jogo (como ocorreu no final da ditadura e no movimento pela democracia e eleições diretas), poderiam levar o debate para outros campos.

A cidades entraram novamente em movimento. Mesmo ainda sem unidade possível, sujeitos e ações, combinados ou dispersos, articulados ou não, no mais diversos lugares do país, precisam imaginar o que será a **Revolução Urbana Brasileira** – que suplante as contradições e limites da Anti-Reforma vigente. As visões dessa nova cidade e o poder das imagens, diálogos e

narrativas que elas possam estimular serão, sem dúvida, força motora para nos provocar a agir e a assumir as outras revoluções que serão necessárias.

Este texto é o resultado de uma intervenção na “Conversa aberta sobre as manifestações”, com Luiza Erundina, Peter Pelbart, Olgária Matos e Marcelo do MPL, realizada na FAU USP no dia 18 de agosto de 2013, organizada por um grupo de jovens artistas e intelectuais.

Pedro Fiori Arantes é arquiteto e urbanista, integrante do coletivo Usina e professor da Unifesp.

## 11. La dimensión urbana de la desigualdad

| 05 de abril de 2015

Por, **Alicia Ziccardi**, directora del Programa Universitario sobre Estudios de la Ciudad de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)

**La persistencia de las desigualdades en América Latina, 4**

<http://blogs.elpais.com/contrapuntos/2015/04/la-dimension-urbana-de-la-desigualdad.html>



**Graffiti en una calle de Lima, Perú. Fuente:** Cazadores de Graffitis

En el marco de una nueva oleada modernizadora del espacio urbano -  
impuesta para adecuar el territorio a los requerimientos de la economía global -

las ciudades han transformado rápida y profundamente no sólo su fisonomía, sino también las relaciones entre la economía, la sociedad y el territorio. Se trata de construir nuevas relaciones que sustituyan a las construidas durante el proceso industrializador fordista característico del siglo XX. En este contexto **uno de los rasgos que signa el espacio urbano en la región es la expansión de las condiciones de pobreza y desigualdad.**

En este sentido, las ciudades latinoamericanas no sólo son la expresión espacial de profundas desigualdades económicas y sociales sino que son producto de un intenso proceso de apropiación y uso del espacio urbano de corte neoliberal, generador de nuevas y diferentes inequidades en el acceso a los bienes y servicios de la ciudad. Precisamente son estas desigualdades urbanas las que modifican y amplifican las desigualdades estructurales que han caracterizado históricamente a nuestras sociedades.

Por ello interesa analizar particularmente las dinámicas urbanas de las grandes regiones urbanas (como Ciudad de México, San Pablo o Buenos Aires), en las que existen marcadas desigualdades territoriales asociadas a procesos de diferente naturaleza. Por un lado, se trata de particulares procesos de pobreza urbana y segregación residencial. Por otro, de obstáculos que persisten para el ejercicio pleno de la ciudadanía y los desafíos que enfrentan los nuevos movimientos sociales urbanos para hacer efectivo el derecho a la ciudad.

### ***Desigualdades estructurales y refuncionalización del espacio urbano***

Como lo ha señalado **Manuel Castells** las ciudades son el motor de la economía y asumen el papel de ser los principales medios productores de innovación y riqueza. Más aún actualmente son el espacio de flujos y redes de capital que desterritorializan la producción, el espacio propicio para generar condiciones de competitividad urbana que logren atraer y retener la inversión y generar empleo.

Sin duda, las ciudades albergan los sectores económicos más modernos de la sociedad del conocimiento, generando empleos bien remunerados para la mano de obra que posee alta escolaridad formal y que se inserta los servicios avanzados (la banca, las finanzas, la informática). En particular, se crean elites gerenciales que viven en barrios o zonas exclusivas de la ciudad acordes a sus altas expectativas de vida.

También viven en las ciudades los sectores medios de la población, conformados por heterogéneos conjuntos sociales que se insertan predominantemente en las actividades propias de los servicios a la producción y los servicios personales. Estos sectores logran obtener remuneraciones adecuadas, seguridad social y acceder a múltiples opciones habitacionales en función de su capacidad de ingreso. Sin embargo, la principal es la adquisición o la renta de una vivienda en conjuntos habitacionales.

Pero en un contexto modernizador el hecho socio-económico más contrastante de las grandes regiones urbanas es su evidente desindustrialización y la expansión de actividades del terciario de su economía. Se trata de diferentes formas de empleo precario e informal, muchas veces íntimamente vinculadas a la economía global, pero de muy baja productividad, propias de los servicios personales y del comercio popular pero que permiten obtener un ingreso que en ocasiones es mayor que el de la industria manufacturera. Este es el principal mercado de empleo de los trabajadores con baja o nula calificación que en el caso del comercio popular de calle se

apropian de espacios y que confronta cotidianamente el derecho al trabajo con el derecho a la ciudad generando condiciones de conflictividad social y poniendo en tensión el ejercicio de gobierno y de administración urbana de las autoridades locales. Para estos sectores populares la principal forma de habitación es en barrios populares que han tenido distintas denominaciones en las diferentes ciudades de la región (favelas, villas miseria, colonias populares o barriadas) y que se caracterizan por ser el resultado de masivos procesos de auto-producción de viviendas, en terrenos baratos o invadidos, los cuales gradualmente y muchas veces a partir de la lucha social son dotados de infraestructuras y equipamientos básicos.

El resultado de este mosaico de intensas transformaciones económicas y territoriales registradas en muchas ciudades latinoamericanas, en las tres últimas décadas, lleva a que estos espacios urbanos pierdan su principal función de ser un mecanismo de integración social, tal como lo había observado el sociólogo italo-argentino **Gino Germani** en sus tempranos análisis sobre el **populismo**. A cambio de ello, surge una nueva morfología urbana, grandes regiones urbanas, dispersas y fragmentadas, en las que persisten o se profundizan las desigualdades socio-económicas y territoriales.

### ***Pobreza urbana y desigualdad territorial***

Las relaciones entre las condiciones de pobreza y desigualdad de ingreso que se registra en las ciudades de la región son complejas y su evolución no muestra necesariamente el un comportamiento o tendencia únicos. **Un estudio reciente de ONU-HABITAT y la Corporación Andina de Fomento (CAF)**, realizado en nueve ciudades, indica que la disminución de la población pobre no necesariamente significó una disminución la desigualdad de ingresos. Se observa que en Montevideo, Lima y Panamá la brecha del ingreso se redujo; en el Alto y en Santiago se incrementó; en Santo Domingo, La Paz, Quito y Buenos Aires se mantuvo estable. Por ello puede afirmarse que **no existe una tendencia única entre la evolución de la pobreza y la desigualdad de ingresos en las ciudades latinoamericanas**.

Ahora bien muchos académicos han señalado ya que, tanto la pobreza y como la desigualdad, son fenómenos muy complejos cuyo análisis no puede restringirse a la dimensión económica; requieren adoptar una perspectiva multidimensional utilizando indicadores tales como: educación, salud o a los bienes de la ciudad cuyo acceso, calidad y distribución suele ser muy inequitativo.

Por ello conviene definir los límites conceptuales que existen entre la pobreza y la desigualdad urbana ya que son conceptos que aunque suelen usarse indistintamente y están interrelacionados son sustancialmente diferentes. La pobreza es un complejo proceso de privación y escasez de recursos económicos sociales, culturales, institucionales, políticos y también territoriales que afecta a los sectores populares y que está asociado principalmente a las condiciones de inserción que prevalecen en el mercado de trabajo: inestabilidad, informalidad, bajos salarios, precariedad laboral. En cierta medida a diferencia de la pobreza rural, que es principalmente *pobreza alimentaria* y de capacidades, *la pobreza urbana es patrimonial*, está vinculada a las dificultades para acceder a los bienes básicos de la ciudad, principalmente vivienda, equipamientos y servicios urbanos, transporte o espacios públicos. Por ello como apuntó Townsend en los años setenta del siglo pasado, la pobreza

urbana es una *pobreza relativa* al estándar de vida que es aceptado en una sociedad y un tiempo dado, que está más vinculada a la distribución de los recursos que ofrece la ciudad que a los ingresos de cada ciudadano, que debe vincularse con los patrones y las trayectorias de vida, las costumbres y las actividades particulares que se realizan en el medio urbano. Esto lleva a afirmar que el alto porcentaje de los hogares urbanos pobres en nuestras ciudades es principalmente consecuencia de las bajas remuneraciones que perciben grandes mayorías que se insertan de manera precaria en el sistema productivo, del desempleo puede afectar a varios miembros de una familia, del peso de los hogares para mujeres que son jefa de familias y que se incorporan en el mercado de trabajo de manera desventajosa, recibiendo menores remuneraciones y del elevado número de jóvenes que no logra dar continuidad a sus estudios de nivel medio superior ni incorporarse plenamente al sistema productivo.

Pero también es cierto que a este proceso de acumulación de desventajas sociales que deben aceptar estos colectivos sociales se agregan las desventajas urbanas que genera la localización de las viviendas que habitan, ya sea en zonas centrales degradadas o en masivas periferias urbanas cada vez más lejanas, donde autoproducen precarias viviendas en terrenos de muy bajo precio, carentes de infraestructuras y equipamientos adecuados. En otros casos se trata de viviendas completas en grandes conjuntos habitacionales que son adquiridas a través del financiamiento que otorgan organismos públicos. Se trata de los financiamientos que otorgan los organismos responsables de administrar los ahorros de los trabajadores que acceden a la seguridad social y que forman parte de las políticas de vivienda diseñadas y aplicadas por los gobiernos nacionales. Lo cierto es que estamos en presencia de un proceso de urbanización de la pobreza, es decir, que el peso de la población urbana pobre en el total nacional de los pobres es cada vez mayor respecto a la población rural.

La desigualdad, en cambio, es un concepto relacional, de diferencias y dispersión de la distribución del ingreso y de los recursos en una sociedad. Es claro entonces que la desigualdad está fuertemente relacionada con la pobreza, pero también con la riqueza. Esto es así aun cuando se pueda constatar que dado un ingreso medio, cuanto más desigual es la distribución del ingreso mayor será el porcentaje de la población en situación de pobreza. Pero a ello se agrega que en las grandes ciudades es donde las formas diferenciadas de acceso y calidad de la vivienda y los bienes y servicios colectivos – agua, drenaje, equipamientos, espacios públicos o transporte de calidad- son indicadores inequívocos de grandes desigualdades que existen en el territorio.

### ***Desigualdades urbanas y segregación residencial***

En el estudio de [ONU-Habitat](#) y [la CAF](#) al que ya se hizo referencia se afirma que cuando los procesos de desigualdad de ingresos se acentúan, **los ricos se auto-segregan en condominios y los pobres en la periferia**. Cuando esto ocurre se agudiza la condición de ciudades divididas, fragmentadas y segmentadas. Pero lo importante es reconocer las diferencias que existen entre estos dos tipos de procesos de segregación residencial aún cuando lo común de ambos es la amplificación de las desigualdades estructurales que se observa en nuestras sociedades.

En el caso de los procesos de segregación de los sectores populares es el acceso a suelo barato lo que ha determinado la concentración de amplios segmentos de trabajadores de más bajo ingreso en barrios de autoproducción social de viviendas, carentes de equipamientos y servicios, los cuales se han ido consolidando con el trabajo colectivo y familiar realizado por sus habitantes y por su capacidad de lucha y negociación frente a los gobiernos locales, responsables de la provisión de estos bienes colectivos de la ciudad.

Pero en el caso de México, más recientemente, se asiste a procesos de segregación residencial de naturaleza diferente producidos por la política de vivienda impulsada desde principios de las década del 2000 por el gobierno federal para lo cual se creó la Comisión Nacional de la Vivienda. La misma se funda en procesos de desregulación del uso del suelo de origen ejidal o comunal y en la disponibilidad de los recursos de los fondos de vivienda de los trabajadores que pasan a ser administrados privilegiando criterios financieros y no de política social. Debe decirse que la ambiciosa meta cuantitativa de producir cientos de miles de viviendas anuales fue alcanzada gracias a la existencia de una industria de la construcción en la que se advierte la presencia dominante de un pequeño número de grandes grupos de desarrolladores inmobiliarios que poseen mucha experiencia en el submercado de la vivienda popular y que pudieron expandir su producción recibiendo subsidio gubernamental. Sin embargo, el objetivo de abatir el déficit cuantitativo de la vivienda no alcanza a cubrir la demanda de los sectores de menores recursos, sino a cubrir en el mejor de los casos logra atender las necesidades de los sectores medios bajos. La oferta es principalmente de masivos conjuntos habitacionales ubicados en la periferia cada vez más lejana, en terrenos baratos y en conjuntos constituidos por casas de muy pequeño tamaño que condenan a las familias al hacinamiento; sus diseños y materiales son de baja calidad y muchas veces de la infraestructura, los equipamientos básicos y de recreación que debe ofrecer cualquier ciudad.

Por ello puede decirse que la presencia de estos nuevos y masivos barrios periféricos acrecienta las desigualdades en las ciudades del siglo XXI ya que se construyen muchas viviendas y muy poca ciudad. Ante esto la respuesta de las familias trabajadoras que adquirieron una de estas viviendas, principalmente con la intención de mejorar su calidad de vida y construir un patrimonio familiar, ha sido abandonarlas masivamente lo cual trae como consecuencia el deterioro de ese parque habitacional y la creación de condiciones para que proliferen en estos espacios el vandalismo y la violencia.

En el lado opuesto están los procesos de suburbanización producidos por una oferta de vivienda en enclaves periféricos de clase alta, que pretenden materializar valores como la privacidad, la exclusividad, el medio ambiente saludable, la seguridad privada y las actividades sociales. Estas nuevas formas urbanas, que son formas de autosegregación de las clases altas, también constituye una oferta de vivienda segregada, productora de un enclave urbano sin conexión con estructura urbana consolidada ni con la ciudad central, debilitando el sentido de pertenencia y exigiendo que se inviertan muchas horas de traslado en carro particular lo cual genera efectos ambientales negativos. Lo cierto es que éstos y otros procesos de *periferización* de la vivienda constituyen fuentes de grandes desigualdades urbanas y sociales.

Ambos procesos están presentes en la mayor parte de las grandes ciudades latinoamericanas y son considerados por la ciudadanía como las principales

causas de las marcadas desigualdades urbanas actualmente existentes. Según una encuesta de percepción realizada por ONU-HABITAT la localización de los barrios de la ciudad es considerada el principal componente de la desigualdad urbana. Así, el 37% de los entrevistados consideró que son los barrios pobres y el 34% que eran las urbanizaciones cerradas, producto de la autosegregación de las elites.

Pero no es sólo la vivienda y su localización sino el acceso a los equipamientos servicios básicos otros de los indicadores que expresan claramente el vínculo entre pobreza urbana y desigualdad territorial. Mientras que en las grandes regiones urbanas los sectores populares que viven en la periferia pasan por todo tipo de penurias cotidianas para acceder al agua en los barrios de las clases altas la dotación está ampliamente garantizada y los excesos en su consumo suelen ser penalizados sólo a través tarifas más altas. Por ejemplo, en la Ciudad de México, el acceso al agua por día por habitante es marcadamente inequitativo. El promedio del Distrito Federal es de 327 litros por habitante y por día. Una de sus divisiones administrativas internas, denominada Cuajimalpa, dispone de una dotación es de 525 litros, porque allí se localiza un enclave de modernidad denominado Santa Fe, que es el espacio de trabajo y de vida de las elites gerenciales y las clases altas. Mientras que en otra denominada Tláhuac, una de las demarcaciones más pobre que aun conserva actividades rurales de la ciudad, sus habitantes sólo cuentan con cuenta con 177. Es decir la diferencia entre estas zonas de la ciudad es casi de 3 a 1 e indica las dificultades que tienen los sectores populares de la capital para hacer efectivo su derecho al agua.

Pero además otros indicadores tales como hacinamiento y calidad de los materiales de las viviendas, la existencia de espacios públicos abiertos o el acceso a los servicios de basura, transporte público o alumbrado público, tienen comportamientos particulares. Sin embargo, cada uno nutre el proceso de acumulación de desventajas urbanas que comparten ciertos colectivos pobres de la ciudad y que, como afirmamos, amplifican las desigualdades socio-económicas y ponen en evidencia el cúmulo de obstáculos que existen para el ejercicio pleno de los más elementales derechos ciudadanos.

### ***Ciudad, ciudadanía y gobernanza local democrática***

Debe decirse que a pesar de que América Latina es la región más desigual del mundo, en la última década se registra una disminución de la desigualdad del ingreso, medida según el coeficiente de Gini. Sin duda, estas mediciones presentan dificultades ya que sus resultados son altamente sensibles a la unidad de análisis territorial considerada, puesto que no es lo mismo medir la desigualdad de la ciudad central o sus divisiones internas que de la gran región urbana donde se registran principalmente los procesos de segregación residencial que describimos. Pero además de estas primeras mediciones puede corroborarse que ha habido un paulatino mejoramiento de la calidad de vida de los barrios populares más centrales, principalmente por tener actualmente una mejor dotación de infraestructura social y equipamientos básicos.

Sin embargo, es mucho lo que resta por hacer para que existan espacios urbanos en los que prevalezcan condiciones materiales y ambientales dignas, haciéndose efectivos los derechos ciudadanos para todos los habitantes de nuestras ciudades, transitando por el camino de construir ciudadanía, de hacer

de los habitantes de las ciudades, ciudadanos con derechos cívicos, sociales, culturales, políticos y urbanos.

**En un contexto en el que se acrecientan las desigualdades y la pobreza no cede terreno, es difícil lograr la democratización de la gestión urbana y, por el contrario, existen las condiciones propicias para que persistan las viejas prácticas clientelísticas de intercambio de bienes básicos por votos lo cual no permiten avanzar en la construcción de una gobernanza local democrática.**

Esto se traduce en cierto desencanto por la democracia representativa como forma de gobierno capaz de garantizar una mejor calidad de vida para el conjunto de la ciudadanía. Asimismo, supone aceptar la existencia de una ciudadanía fragmentada que expresa las grandes desigualdades del ingreso y el acceso diferenciado a los bienes y servicios básicos. Una realidad en la que los derechos son plenamente ejercidos sólo por algunos ciudadanos, mientras que un amplio conjunto de la población vive en condiciones precarias y para acceder a los mismos debe crear organizaciones y movimientos sociales con capacidad de transformar no sólo el espacio urbano sino la institucionalidad del aparato gubernamental y la misma vida social.

Por ello, en años recientes, han surgido nuevos y originales movimientos sociales en varias ciudades de la región, particularmente de Brasil, los cuales reivindican a través de diferentes formas de lucha y negociación el derecho a la ciudad. Se trata de movimientos que apelan a que una parte del excedente, que se genera principalmente a partir de las actividades inmobiliarias, sea redistribuido en zonas populares de la ciudad que requieren de inversión pública para mejorar su calidad de vida. Cuando estos movimientos logran su objetivo alteran sustancialmente las condiciones de desigualdad urbana que caracteriza a nuestras ciudades y avanzan sustancialmente en el ejercicio del derecho a la ciudad.

## Referencias

Alicia Ziccardi. [Compiladora] *Procesos de urbanización de la pobreza y nuevas formas de exclusión social. Los retos de las políticas sociales de las ciudades latinoamericanas del siglo XXI*. CLACSO, Buenos Aires, 2008.

Alicia Ziccardi, Carmen Midaglia, Verónica Villarespe Reyes. [Coordinadoras] *Persistencias de la pobreza y esquemas de protección social en América Latina y el Caribe*. CLACSO, Buenos Aires, 2013.

María Mercedes Di Virgilio, Mariano D. Perelman. [Coordinadores] *Ciudades latinoamericanas. Desigualdad, segregación y tolerancia*. CLACSO, Buenos Aires, 2014.

T. Bolívar Barreto, M. Guerrero Echegaray, M. Rodríguez Mancilla. [Compiladores] *Casas de infinitas privaciones. ¿Germen de ciudades para todos? Volumen I*. Abya-Yala, CLACSO; Universidad Central de Venezuela. Quito, 2014.

Teolinda Bolívar, Marcelo Rodríguez Mancilla, Jaime Erazo Espinosa. [Coordinadores] *Ciudades en construcción permanente ¿Destino de casas para todos? Volumen II*. Abya-Yala, CLACSO, Universidad Central de Venezuela. Quito, 2015.

**Alicia Ziccardi** es investigadora del Instituto de Investigaciones Sociales (IIS) y Directora del Programa Universitario sobre Estudios de la Ciudad de la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Investigadora del Sistema Nacional de Investigadores de México.

## **12. Las ruinas que dejó el boom de la vivienda popular en México**

Después de más de una década de construcción de vivienda de bajo costo en la periferia de las grandes ciudades mexicanas, muchas familias han terminado por...

MAGIS.ITESO.MX

[Curtir](#) · [Comentar](#) · [Compartilhar](#)

## **13. MINHA CASA, MINHA VIDA -- O LIXO URBANÍSTICO**

**Cesar Benjamin**

Na minha opinião, o Projeto Minha Casa, Minha Vida, objeto de tanta exploração eleitoral, é um crime cometido pelo governo (em parceria com as empreiteiras) contra a sociedade. Em alguns anos teremos grande número de comunidades isoladas, abandonadas, decadentes e sem perspectivas. Áreas sem oportunidades e sem lei, um desastre social de grandes proporções. É o pior programa habitacional feito por qualquer governo, incluindo aí os governos militares. Um programa desenhado para maximizar o lucro das empresas, tendo a carência das famílias como pretexto. Por essas e outras é que defendo, em meu artigo na Piauí, que o lulismo é um movimento essencialmente conservador. Abraços. Cesar Benjamin.

Abaixo, trecho da matéria de hoje na Folha. "Eleito, Lula criou o Ministério das Cidades com quadros da ala "daqueles que não gostam de arquitetura". Tudo caminhava bem --de um lado, havia apoio político para estruturar a parte legal; do outro, existiam recursos para o financiamento; e, entre eles, técnicos competentes para implantar o plano--, até explodir o mensalão.

Fragilizado, em nome da "governabilidade", o governo loteou o ministério para o PP de Paulo Maluf, --que o transformou "numa federação de secretarias desarticuladas", segundo Bonduki.

Para piorar, veio a crise financeira de 2008, e --como se urbanismo fosse um bem de consumo, como geladeiras--, o Ministério da Fazenda articulou com empresários um plano de crédito imobiliário para baixa renda, que estancaria os problemas do setor, estimularia a economia e diminuiria o desemprego. Ao mesmo tempo, no plano político, se transformaria em uma plataforma eleitoral.

Foi criado assim o Minha Casa, Minha Vida, aproveitando somente o viés financeiro do plano original --delegando-se ao mercado a solução urbanística.

Em que pese a escala, "como nunca havia acontecido", Nabil Bonduki constata que o Minha Casa, Minha Vida "não deu atenção às questões urbanas e fundiárias, enfrentando o problema habitacional, de modo predominante, com a construção de casinhas e predinhos nas periferias urbanas, com projetos de baixa qualidade arquitetônica e urbanística".

## 14. Não há espaço para a arquitetura cordial

Por Daniela Chiaretti

O arquiteto Jorge Wilhelm, 84 anos, começou a carreira estagiando no Rino Levi Arquitetos, um dos escritórios responsáveis por importantes alterações na paisagem de São Paulo. "Calcular diagramas de insolação foi a primeira coisa que aprendi", conta o urbanista que ocupou mais de uma vez a pasta do Planejamento do município e do Estado.

O código de obras dizia que os prédios daquela época, de 10, 15 andares, não podiam jogar mais do que uma hora de sombra no vizinho. "Agora vivo em uma casa, em Perdizes, e, ao lado, há um prédio de 25 andares. Não tenho mais sol à tarde, só um pouco nos quartos, no fim da manhã", conta. Não há mais espaço para arquitetura cordial nas cidades brasileiras.

Em São Paulo, basta olhar em volta, entre um congestionamento e outro, para perceber: pequenos sobrados vão ao chão em questão de dias e novos edifícios despontam no lugar como cogumelos. Na Vila Madalena, que há 25 anos era reduto de estudantes e professores universitários, e depois atraiu lojas modernas, restaurantes simpáticos e bares lotados, a proliferação de tapumes é impressionante. "Mais gente, no mesmo terreno, não é a questão", surpreende Wilhelm, para quem bairro bom é o que tem diversidade.

Drama vivido por paulistanos pode se reproduzir pelo Brasil

Adensamento pode justificar o pequeno comércio de abastecimento, a padaria, o cabeleireiro, a farmácia, o mecânico e a butique da tia, que sobrevivem nas casas que sobram, apertadas entre prédios. "Ruim é quando essa gente se faz acompanhar de seu automóvel", completa. É o começo do pandemônio. Onde antes havia uma casinha, uma família e um carro, agora há 40 apartamentos empilhados e 80 automóveis saindo do mesmo lugar, na mesma rua de 14 metros de largura. Não precisa ser gênio da prancheta para entender que não cabe.

O professor da Faculdade de Arquitetura da USP Alvaro Puntoni fez as contas em artigo publicado na "Folha de S. Paulo". A cidade tem 7 milhões de carros registrados. Se para estacionar cada um são necessários 25 m<sup>2</sup>, há que se disponibilizar 175 km<sup>2</sup> só para guardar a frota - o que dá quase 20% da área urbanizada. O cálculo não leva em conta estacionamentos no subsolo ou em andares, mas fica claro que se trata de muito espaço para carro e pouco para calçadas, árvores e bípedes. É por isso que na Vila Olímpia, bairro da zona sul que passou por hiperverticalização recente, o congestionamento já começa na garagem.

O drama dos paulistanos pode se reproduzir pelo Brasil. Dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), indicam que o investimento em operações contratadas com recursos da poupança se multiplicou por 40 em dez anos. O enorme aumento do crédito, a expansão econômica e a abertura do capital de empresas do setor provocaram uma explosão na produção imobiliária no país. "O que precisamos é planejar o processo de transformação das cidades", recomenda o urbanista Nabil Bonduki.

Em São Paulo, Wilhelm acredita que não há como esperar por mais metrô ou corredores de ônibus - as ações terão que ser simultâneas. Talvez não seja preciso ser tão radical quanto em Cingapura, onde só rico tem carro - quem compra um automóvel tem que adquirir também uma licença de circulação, tão cara quanto o veículo. Mas talvez as caçambas de entulho terão que ficar dentro dos edifícios, as garagens nos prédios serão menores, os estacionamentos, muito caros.

As transformações em São Paulo não são apenas verticais, não são privilégio paulistano e nem atingem somente a classe média. Tendência frequente nos centros urbanos do mundo é a "gentrification", palavrão que vem de "gentry", ou "bem-nascidos". Por esse fenômeno, bairros populares passam por forte intervenção urbana, tornam-se muito valorizados e atraem gente de maior poder aquisitivo. São processos que podem ser excludentes e criar áreas elitizadas. Os moradores tradicionais não conseguem mais pagar os novos aluguéis e têm que migrar para zonas distantes.

O bairro de Kreuzberg, em Berlim, habitado por famílias turcas e estudantes à época do Muro, tornou-se hipervalorizado depois, expulsando os antigos habitantes. Em São Paulo, um exemplo recente é o do largo da Batata. Até

recentemente, o lugar, em Pinheiros, era tomado pelos camelôs, em um mercado a céu aberto que se beneficiava da passagem constante de trabalhadores desembarcando dos ônibus. A área, lotada de sobrados e cortiços, muito viva e decadente, ficava na borda da avenida Faria Lima, uma das mais valorizadas da cidade. Então veio o projeto de revitalização do pedaço. Sumiram os barbeiros, as casas de artigos religiosos, a fiação medonha, o feijão de corda, o pequi e as favas brancas. Agora há uma praça larga e despovoada, metrô e os alicerces de grandes torres de escritórios.

Movimentos espontâneos de moradores têm pipocado em bairros de classe média de São Paulo como resistência à verticalização da cidade. São cidadãos da Vila Mariana, da Aclimação, de Pompeia, de Perdizes, da Vila Madalena, da Lapa, que vêm se articulando nas redes sociais e procurando bloquear a demolição de antigas casas, requisitando áreas verdes, brigando com as construtoras.

A oposição à verticalização de Pinheiros, bairro de classe média paulistana que nasceu de uma aldeia indígena lá por 1560, surgiu informalmente em uma festa. Foi no fim do ano passado, em uma conversa entre cineastas, cantores e intelectuais, perplexos com as mudanças na cidade e o que percebiam como deterioração na qualidade de vida. Em poucos meses conquistou mais de mil adeptos, conta um dos líderes do movimento de Pinheiros, Eduardo Abramovay. "A cidade está vindo abaixo. Aqui se constrói o que se quer, como se quer. Se você vai a Buenos Aires, não tem nada disso, a cidade é bem cuidada, tem critérios. Em São Paulo estão detonando tudo, a cidade está perdendo identidade", desabafa.

A face mais abrutalhada das metamorfoses urbanas - e que infelizmente algumas cidades brasileiras conhecem bem - é aquela que afasta dos olhos o que é pobre, feio e caótico. O Brasil tem vários registros de "higienização" de áreas. Esse é um vexame que, se ocorrer, dificilmente passará despercebido durante a Olimpíada e a Copa do Mundo.

Daniela Chiaretti é repórter especial. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Antonio Delfim Netto

© 2000 – 2012. Todos os direitos reservados ao Valor Econômico S.A. .  
Verifique nossos Termos de Uso em <http://www.valor.com.br/termos-de-uso>.  
Este material não pode ser publicado, reescrito, redistribuído ou transmitido por  
broadcast sem autorização do Valor Econômico.

Leia mais em:

<http://www.valor.com.br/brasil/2743892/nao-ha-espaco-para-arquitetura-cordial#ixzz20EK5oL3I>

## 15. O Desafio das Cidades no Brasil



*Por Luiz Alfredo Salomão*

### 1. Introdução

#### Demografia e Ocupação do Território

O processo de colonização do Brasil por um país europeu pouco populoso, que praticava um mercantilismo baseado na exploração primária de recursos naturais para exportação, dependente de mão de obra escrava, e cuja metrópole doava terras através das sesmarias<sup>1</sup> e, por isso, era incapaz de exercer controle sobre uma elite local violenta, socialmente excludente não apenas dos

africanos importados, mas também dos brasileiros pobres aqui nascidos, deixa marcas até hoje na ocupação do nosso território.

Após 50 anos do “descobrimento”, ainda não havia portugueses vivendo aqui. Durante os 350 anos seguintes, a ocupação seguiu o modelo da colônia de exploração, ou seja, era basicamente litorânea, dispersa e itinerante de acordo com as necessidades das atividades econômicas, não havendo vias de comunicação e de transporte terrestre.

As feitorias na costa, inicialmente criadas para o controle do extrativismo e a exportação de seus produtos, como em África, foram complementadas por assentamentos humanos instalados para viabilizar a produção do açúcar, da pecuária extensiva, mineração de metais preciosos, etc. até o final do século XVIII. Outros aglomerados urbanos foram criados por razões de defesa (fortificações) e da necessidade de gestão de um vasto território.

No entanto, alguns autores (NATAL-2014) mostram que não faz sentido examinar a questão das cidades no Brasil antes de 1870, quando tem início o processo de industrialização consistente, no bojo da expansão da moderna cafeicultura exportadora paulista, quando são deflagrados também os processos sociais e políticos característicos da chamada Modernização Conservadora do País (1870-1979).

Dentre esses processos deste período pouco mais que centenário, avulta a acelerada urbanização, sem qualquer planejamento estatal e impulsionada por diferentes fatores, com destaque para: a retenção das terras como reserva de valor, sob a forma de latifúndios improdutivos, onde vigiam más condições de trabalho e baixa/nenhuma remuneração dos trabalhadores rurais, conjugadas com a dificuldade deles de ter acesso à propriedade da terra e sua busca por melhores padrões de vida, que só a cidade oferecia (escola, saúde, emprego, proteção social etc.)

Hoje, o Brasil é um país superurbanizado (cerca de 85% da população atual vive em cidades) e, de acordo com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, a taxa de urbanização deverá atingir 90%, até 2020 (HABITAT-2012).

Quem examina os Censos do IBGE fica impressionado com a verdadeira revolução demográfica verificada no período 1940-1980, que arrefeceu um pouco nas décadas seguintes, sem que, no

entanto, cessassem as migrações campo-cidade, que se medem aos milhões por década.

Em 1940, a população rural era de 28,4 milhões de habitantes (68,8% da população total), contra apenas 12,8 milhões de pessoas vivendo nas cidades (31,2%). Proporção aproximada de 2:1 de população rural para urbana. Já no Censo de 1970, verifica-se que a população urbana ultrapassou a rural (taxa de urbanização de 55%) e foi na contagem da população de 1980 que as proporções se inverteram em relação a 1940. Ou seja, no começo dos anos 80 apenas 1/3 dos brasileiros ainda viviam no campo, enquanto 2/3 estavam nas cidades.

O crescimento explosivo das cidades brasileiras<sup>2</sup> nas quatro décadas de 1940-80, foi em grande parte induzido, também, pelo acelerado processo de industrialização, no qual predominavam indústrias intensivas no uso de mão de obra, constituindo assim fator de atração das migrações para os grandes centros fabris. A crise fiscal e a crise da dívida externa, deflagradas no início dos anos 1980, porém, estancaram a industrialização. Mas novos fatores surgiram para impulsionar o crescimento das cidades, especialmente as médias e pequenas.

Um deles foi a extraordinária expansão da fronteira agrícola para o Norte, o Centro Oeste e o Nordeste, acompanhada da introdução de inúmeras inovações tecnológicas na agropecuária brasileira, a partir dos anos 1970/80, capazes de desenvolver e difundir uma nova agricultura tropical<sup>3</sup> em substituição às práticas da agricultura temperada da Europa, utilizadas desde o Brasil-colônia. Tal expansão teve dois efeitos importantes para o crescimento das cidades: aumentou consideravelmente a produtividade agrícola e liberou, através da mecanização extensiva, grandes contingentes de mão de obra para as atividades de serviços no meio urbano, que cresceram intensamente.

Ou seja, a agropecuária brasileira viabilizou as ininterruptas migrações campo-cidade, baixando o custo de reprodução da mão de obra (custo da alimentação na cidade) e permitindo que menos gente produzisse mais. De outra parte, a expansão da fronteira agrícola levou à conversão de muitos distritos municipais, que eram rurais, em novas cidades.

O número de municípios brasileiros saltou de 3.952, em 1970, para 5.507, em 2000, ou seja, um aumento de 39%. Porém, se

consideradas as regiões Norte e Centro-Oeste, onde se deu a maior dinâmica de expansão agrícola, os números são ainda mais surpreendentes: de 195 para 449 municípios, na região Norte (+130%) e de 254 para 446 municípios (+75%) no Centro-Oeste, em apenas 30 anos

Como seria de se esperar, esta urbanização tão rápida da população num país eufemisticamente chamado de “em desenvolvimento” e agora de “emergente”, com limitados recursos para investimento em infraestrutura, só poderia resultar em enormes déficits de habitação e de serviços públicos de infraestrutura a ela associados (saneamento, transportes urbanos, telecomunicações, etc.) além de carências sérias nos serviços sociais (educação, saúde, assistência social).

---

Este texto é uma parte da introdução do artigo de mais de 50 páginas de mesmo título. Aos interessados, segue o link para download da íntegra:

[http://www.4shared.com/file/RIBOP61Hce/Brasil\\_-\\_o\\_desafio\\_das\\_cidade.html](http://www.4shared.com/file/RIBOP61Hce/Brasil_-_o_desafio_das_cidade.html)

- See more at:

<http://www.desenvolvimentistas.com.br/blog/blog/2014/06/04/brasil-o-desafio-das-cidades/#sthash.BZwQI0TT.dpuf>

## **16. Como viver em mansões ao redor do mundo sem pagar aluguel**

por Michaela Cross dezembro 11, 2015



*Você pode morar aqui de graça! Foto pela autora.*

Você quer morar num castelo? Tipo, um castelo normando de verdade na França, grátis? Claro que sim, mesmo que o castelo seja "pequeno" e venha com dois cachorros e três gatos para cuidar – isso é trivial comparado com o fato de que você está vivendo numa porra de um castelo.

Parece uma oportunidade única na vida, mas esse tipo de arranjo é relativamente comum em sites internacionais de cuidadores de casas, onde estranhos convencem outros estranhos a tomar conta de suas vilas e seus gatos em troca de moradia grátis. O negócio que mencionei acima é real, atualmente em oferta no meu site favorito de *housesitting*, o Mind My House. Pagando a assinatura de US\$ 20 e criando um perfil convincente, você pode estar alimentando um labrador num castelo vazio na França daqui algumas semanas.

Fiquei sabendo dessa história um ano atrás quando era estudante da Universidade de Chicago, uma cidade congelada e cheia de desespero. Eu tinha tirado um tempo para terminar minha tese, então não tinha nada me prendendo em Chicago, exceto minhas economias limitadas. Quando descobri que eu podia voar para Europa por apenas \$180 pela Norwegian Air, passar um tempo no exterior se tornou uma questão de achar um lugar para ficar.

Então mergulhei na internet das viagens grátis, e 20 paus depois achei minha resposta. Encontrei um mapa do mundo coberto com gotas de ponta

cabeça, cada uma sendo a oportunidade de morar num país novo sem pagar aluguel.

**Relacionado: [Um hacker de viagens explica como voar pelo mundo de graça](#)**

O site que escolhi foi o Mind My House, mas ele não é o único. **Nomador**, **Trusted Housesitters** e **House Carers** são mais conhecidos e especializados em negócios de housesitting nos EUA, Canadá, Austrália e Europa.

Um anúncio típico segue a linha: "Lindíssima Vila no Sul da França: Meu marido e eu vamos viajar no final do ano e precisamos de uma pessoa/casal responsável para tomar conta do nosso cachorro Snookypuss. Ele é um golden retriever carinhoso que precisa de muito amor". Aí você manda uma mensagem tentando convencer o anunciante de que você é a pessoa certa para o Snookypuss e torce para ser o escolhido.

Mind My House tem uma seleção menor de anúncios, mas é o site mais relaxado e barato (a assinatura custa US\$ 20 por ano, comparado com US\$ 50 para o House Carers, US\$ 89 para o Nomador e US\$ 100 para o Trusted Housesitters). Diferente do Nomador, um site francês, o MMH não exige prova de identidade, domicílio e detalhes bancários. Também há menos competição que em sites como o Trusted Housesitter, onde os donos das casas recebem centenas de respostas para seus anúncios numa questão de horas, e os cuidadores recebem notas. Nesse tipo de site, os donos são mais cuidadosos e cuidadores mais experientes levam vantagem sobre viajantes jovens como eu. O Mind My House parece mais com o Couchsurfing.com, com uma comunidade pequena construída com base na confiança dos viajantes.

### Short term sitting for our family pets in France



[Apply now](#)

- This house is in: France, Parthenay
- Period available: 2 weeks
- Starts: 20 December 2015
- Ends: 3 January 2016
- Are there any pets to look after?  
2 dogs, 1 cat, 5 chickens, 2 budgies, pond goldfish

[VIEW IMAGES](#)

**About this assignment**  
We are looking for a friendly, caring sitter(s) for our pets. We have 2 small dogs, a cat, 4 hens, 2 budgies and some goldfish in the laverie!!  
This is not a long term sit, we take short 7-14 day holidays.

**What responsibilities are required of the house sitter**  
We need the sitters primarily to care for and feed our animals. We would like our animals to have minimum disruption whilst we take our holiday. The animals are friendly and need minimum care so you can enjoy the town and region too.

**What are the good features of the property and location**  
Our home is recently refurbished and is located close to the historic town of Parthenay, Dept.79 Deux-Sevres, France. The house is within walking distance of the town centre, shops and the historic quarter.

**What does the house sitter need to consider before applying for this assignment**  
This is for short holiday cover (7-14 days at a time) for our pets and home.

Discover an adventure today!  
[Register now](#)

**Search for assignments**  
Search for all house sitting opportunities by **location**, or **search by keyword** to find the assignment that's just right for you.

**Featured assignment**  
France  
**France-based animal lover - 8 days January 2016.**  
Single person or couple who like animals and can care for our friendly...  
[view assignment](#)

Mas a pergunta continua: Que tipo de pessoa empresta seu castelo para estranhos?

"Quando eles chegaram, eu não conseguia mais chamá-los de estranhos", disse Paul Nash, dono de casa que usa o Trusted Housesitters. "Depois da troca inicial de e-mails, sempre falamos com os cuidadores em potencial por Skype ou FaceTime antes de tomar a decisão. O conceito de poder tirar férias sabendo que, em primeiro lugar, nossos bichos de estimação estão sendo bem cuidados e não passam pelo trauma de ficarem sozinhos ou ir para um canil, o que eles acham extremamente estressante, foi a grande atração. Isso também te dá a segurança de saber que sua casa não vai ficar vazia por semanas. E quando você volta, a casa está limpa, seus gatos estão felizes e relaxados, e às vezes tem até uma refeição esperando por você.

"Os cuidadores também apresentam referências e certificado de bons antecedentes se você pedir", ele acrescentou.

Em outras palavras, da perspectiva dos donos das casas, essa é uma opção barata, você tem menos chances de ser roubado e seu gato não precisa ir para o canil. E mesmo existindo serviços de housesitting pagos, uma das grandes leis da economia se aplica aqui: Por que pagar por algo que as pessoas fariam de graça?

"A maioria das pessoas, se não todas, de quem cuidamos das casas são verdadeiros viajantes", disse **Dalene Heck**, uma cuidadora experiente. Ano

passado, ela e o marido ganharam o prêmio "**Viajantes do Ano**" da *National Geographic* por seu estilo de vida nômade, e hoje ela consegue a maioria de seus acordos pelo boca a boca. Sua própria casa fica no Canadá, mas nos últimos seis anos ela tem vivido cuidando de uma casa após a outra, viajando pelo mundo.

"Eles entendem os conceitos de consumo colaborativo e de confiar em alguém que vive na estrada, o que eu acho que pessoas que não viajam tanto têm mais reservas", ela me disse.

Segundo Heck, muitos dos donos de casas são estrangeiros de classe média que visitam a família nas férias. "Muitas das casas de que cuidamos são no interior, onde você não quer deixar sua casa vazia por muito tempo, porque não tem necessariamente alguém morando por perto."

Heck diz que mantém um controle sobre a comunidade de cuidadores, às vezes através de grupos secretos do Facebook. Quando perguntei a ela qual a idade média dos cuidadores que ela conhecia, ela estimou que na faixa dos 50. "Acho que essa é uma ideia atraente para aposentados."

"Geralmente, isso é mais popular entre a faixa etária dos baby boomers", concordou Andy Peck, fundador e CEO do Trusted Housesitters – apesar de "algumas pessoas mais jovens também fazerem isso".

Aos 21 anos, eu era bem mais nova que a média dos cuidadores, e sabia que precisava criar um perfil competitivo. Vasculhei o site procurando por inspiração e me descrevi com palavras e frases que achei em outros anúncios ("autossuficiente", "independente", "viajada", etc.) e escrevi 17 mensagens individuais. Eu chamava os animais de estimação pelo nome e oferecia enviar referências se necessário. Não respondi apenas anúncios de vilas – mas qualquer coisa que parecesse uma aventura.

**Simone Gribble**, uma blogueira de viagens australiana, me aconselhou a "encontrar negócios não tão incríveis". Com isso ela quis dizer que novatos devem começar cuidando de casas não tão luxuosas para construir uma credibilidade. É uma boa estratégia, especialmente considerando que sites como o Trusted Housesitters têm um sistema de classificação. Vai ser difícil você conseguir aquela mansão na Toscana logo de cara, explicou Gribble. A chave é procurar entre os anúncios para achar uma verdadeira joia, como essa: "Supercasa de Campo: Longe da cidade, desfrute do verde num pequeno vilarejo soviético. Casa grande com dois andares e muitos quartos. O banheiro é externo e não tem água corrente. Ninguém fala inglês e a casa não tem banheiro interno. O inverno é severo e você precisa esquentar os fogões e tirar a neve".

Era a única casa da lista na Letônica, então respondi o anúncio imediatamente. Que jeito melhor de construir minha reputação como cuidadora?

Das 17 mensagens que deixei, recebi quatro respostas, e cada uma tinha uma pegadinha: A casa em Copenhague estava disponível por apenas duas semanas (uma estadia muito curta); a casa na Toscana não estaria realmente vazia, e a de Gibraltar era de difícil acesso.

Mas ainda havia a Supercasa de Campo: "Michaela, a casa está aberta para você. Só preste atenção nas minhas informações sobre as condições de inverno e da casa. Paz, amor e felicidade, Janis".

Dois meses depois, cheguei ao vilarejo de Sidrabiņi, Letônia (população 115) com um amigo e instruções para procurar "o homem com o suéter do Cookie Monster". Janis não pediu informações além da data da minha chegada e eu não perguntei nada além de como eu chegava lá. Depois de uma breve estada com amigos na Inglaterra, peguei um voo da Ryanair para Riga e fui até a estação rodoviária, onde tive que convencer um funcionário da companhia de ônibus que sim, eu realmente queria ir para Ergli.

Janis era um arquiteto hipster de 27 anos, e a casa acabou se mostrando um antigo armazém soviético empoeirado. Por "condições de inverno", Janis estava se referindo à falta de aquecimento elétrico. Tínhamos que usar um forno a lenha para manter nosso quarto quente, o que significava pegar lenha de um galpão e alimentar o fogo mais ou menos de hora em hora. Levamos alguns dias para entender direito como isso funcionava; às vezes fazíamos alguma coisa errada e éramos engolfados por fumaça, ou acordávamos no meio da noite em temperaturas abaixo de zero. Havia estranhas manchas parecidas com sangue no sofá, e quando um amigo veio nos visitar, ele foi perseguido por lobos.

Foi sensacional. A casa era lotada de livros sobre arte e arquitetura, e à noite nós tocávamos música no aparelho de som soviético o mais alto possível. Passamos o Ano Novo com a família de Janis, bebendo tanta vodca que letão começou a parecer inglês. Fizemos uma guerra de bolas de neve num cenário totalmente branco. Da janelinha em formato de coração no banheiro externo dava para ver a floresta coberta de neve, uma visão muito mais majestosa que a do meu banheiro. Apelidamos o lugar de "A Casa de Ossos" por causa da cor, e depois de três semanas ficamos tristes de ter que ir embora.

•

•



*A visão do banheiro externo. Foto pela autora.*

Gastamos cerca de \$30 em três semanas de estadia, basicamente em comida do único mercado da cidade (o caixa usava um ábaco). Com as passagens, isso ainda ficava muito mais barato do que morar nos EUA, então fiquei imaginando quanto eu poderia economizar vivendo assim por um ano.

"Conheço pessoas que vivem com \$15 mil por ano", disse Heck. "Isso em dólares canadenses. O que deve dar uns cinco dólares norte-americanos." Na verdade, isso dá US\$ 11.215,37 dólares norte-americanos. O suficiente para receber bolsa alimentação do governo norte-americano – só que em vez de viver em casas populares, você está tomando conta de um cachorro numa casa em Edimburgo que pertence a Lady Plimpshire (história real, nome inventado).

Heck e o marido ganham dinheiro com seu blog de viagens e com um eBook sobre housesitting. "Escritores freelance, videomakers freelance – fazemos várias coisas", ela explicou. "É assim que nômades digitais trabalham. Temos várias fontes de renda para manter as coisas funcionando."

Nômades digitais são pessoas que trabalham de seus computadores e viajam pelo mundo em tempo integral. Housesitting é uma ferramenta perfeita para esse estilo de vida, já que você pode acabar cuidando de uma casa por meses ou até anos. E enquanto os sites especializados tradicionalmente reúnem aposentados em férias, eles também prometem um novo estilo de vida radical para os millennials.

Claro, com grandes barganhas vêm grandes responsabilidades: Heck e seu marido já tiveram que sacrificar um cachorro doente quando cuidavam de uma casa (num veterinário, claro, não com as próprias mãos). Outra vez ela ficou numa mansão do século 10 (que "era gigantesca – parecia um castelo mesmo"), que ela teve que limpar por dois dias para tornar habitável. Gribble me contou uma história sobre a vez em que ficou numa casa com muitos bichos de estimação, e acordou um dia para descobrir que alguns animais tinham comido os outros. E claro, cuidar de uma casa com animais de estimação significa que você não pode viajar pelo país a hora que quiser.

Mas o tempo gasto com as tarefas da casa geralmente é baixo – Gribble estima três ou quatro horas para cães e uma ou duas horas por dia para gatos – que é bem menos trabalho que WOOOFing, e mais estável que o couchsurf, (geralmente) com acomodações bem melhores.

Além disso, você vai ter muitas histórias para contar sobre a vez que morou como um rei sem gastar um centavo.

Siga a Michaela no Twitter.

Tradução: Marina Schnoor.

Siga a VICE Brasil no Facebook, Twitter e Instagram.

[http://www.vice.com/pt\\_br/read/como-viver-em-manses-ao-redor-do-mundo-sem-pagar-aluguel](http://www.vice.com/pt_br/read/como-viver-em-manses-ao-redor-do-mundo-sem-pagar-aluguel)

## 17. O PROJETO PEDREGULHO - RJ

### Pedregulho, o Sonho é Possível - YouTube

▶ 1:01 ▶ 1:01

[www.youtube.com/watch?v=vXArK2PdGmY](http://www.youtube.com/watch?v=vXArK2PdGmY)

15/03/2013 - Vídeo enviado por canalcurta

Documentário que conta a história do **Conjunto** Habitacional

"Prefeito ... no **Rio de Janeiro**, também ...

### REIDY, a construção da utopia - PEDREGULHO - YouTube

▶ 0:32 ▶ 0:32

[www.youtube.com/watch?v=ZONwxlm70SE](http://www.youtube.com/watch?v=ZONwxlm70SE)

24/10/2011 - Vídeo enviado por rioecultura

O **Conjunto** Residencial Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como **PEDREGULHO**, é contado no ...

### PROJETO PENSO - "Pedregulho" - YouTube

▶ 6:41 ▶ 6:41

[www.youtube.com/watch?v=zpxytqQXNY8](http://www.youtube.com/watch?v=zpxytqQXNY8)

○  
11/09/2009 - Vídeo enviado por pensosuburbio  
Um marco da arquitetura de habitação popular, o **Conjunto** Prefeito Mendes de Moraes, o **Pedregulho** ...

## **18. Arquitetura social perdida: o dilema da moradia popular**

<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/05/1626485-arquitetura-social-perdida-o-dilema-da-moradia-popular.shtml>

Ricardo Borges/Folhapress



Conjunto habitacional Pedregulho, no Rio de Janeiro

---

FERNANDO SERAPIÃO

10/05/2015 03h00

Compartilhar6,1 milTweetar10422



Mais opções

PUBLICIDADE

**RESUMO O lançamento de duas compilações sobre habitação social no Brasil, capitaneadas por Héctor Vigliecca e Nabil Bonduki, expõem projetos de qualidade que se perdem em meio a um oceano de precariedade, injunções políticas e desprezo pelo bom desenho. O exemplo mais recente é o Minha Casa, Minha Vida, do governo federal.**

"O que estamos fazendo?", perguntou Héctor Vigliecca relembrando seu espanto para uma atenta e jovem plateia. Um dos mais relevantes arquitetos em atividade no país, ele é a maior referência atual quando o assunto são projetos de habitação social. "É como um copo d'água no oceano!", ele continuou, desanimado, mas lúcido quanto ao desafio hercúleo que se impôs.

A sensação de derrota ocorreu-lhe a bordo de um helicóptero, quando acompanhou pela primeira vez o fotógrafo que documenta seus projetos em São Paulo. Familiarizado com a periferia paulistana, surpreendeu-se ao mensurar do alto o tamanho do problema habitacional e demorou a localizar seus trabalhos –copos d'água potável perdidos no oceano salgado de habitações precárias.

O relato de Vigliecca surpreendeu parte dos 646 espectadores que lotaram o Museu da Casa Brasileira, em São Paulo, em uma noite de abril passado, no lançamento do livro "O Terceiro Território: Habitação Coletiva e Cidade" [Vigliecca & Associados, 280 págs., R\$ 180], que ele assina com Lizete Rubano e Luiz Recamán.

Com 74 anos de idade, é um exemplo de arquiteto cujo foco não reside no objeto construído, mas sim na cidade. Em sua prancheta não figuram casas de luxo ou lojas. Seus olhos brilham quando o assunto são obras de escala urbana, como as arenas esportivas: é autor, por exemplo, do Castelão, em Fortaleza, um dos poucos destaques arquitetônicos da Copa, e da adaptação do Complexo de Deodoro, no Rio, para a Olimpíada de 2016.

Há quatro décadas envolveu-se com habitação social no Uruguai, onde nasceu e se formou, desenhando moradias para cooperativas profissionais, como a dos bancários –um desses conjuntos, aliás, integra a mostra sobre modernismo latino-americano atualmente em cartaz no MoMA, em Nova York.

**ESTADO BRUTO**

No Brasil Vigliecca enfrenta a precariedade em estado bruto. Desde os anos 1970, com a expansão das periferias, especialistas recusam intervenções tipo tábula rasa, próprias do modernismo. As favelas são encaradas como realidade, e o governo tem o compromisso de regularizar propriedades e prover infraestrutura. Habitações são construídas para substituir as que estão em risco. Assim, o novo convive com o frágil consolidado.

Nesse sentido, dois trabalhos, ambos em São Paulo, se destacam entre os 15 que compõem "Terceiro Território": o de Heliópolis, em inovadora interação com as anódinas torres da Cohab, e o do Parque Novo Santo Amaro, com 201 unidades que redesenham um vale.

Leonardo Finotti



Conjunto habitacional do escritório Hector Vigliecca em Santo Amaro, concluído em 2012

Se há sutis citações ao modernismo, de Franz Heep a Affonso Eduardo Reidy, o desenho se ancora, antes, na geografia e evita estetizar a pobreza. Vigliecca cria o que ele chama de terceiro território, entre o novo e o existente, um espaço público para convivência.

"Mas são pequenos fracassos", ele exagera, ao constatar que, uma vez entregues os conjuntos, independentemente de acordos comunitários, os beneficiados fecham as áreas comuns, imaginadas como infraestrutura para o entorno, e excluem os vizinhos. Ou seja, na ausência do Estado, a periferia, como a elite, se entrincheira.

Grades nunca foram do agrado de Vigliecca: assim que foi libertado da prisão imposta pelo regime militar uruguaio, fez as malas e entrou no primeiro ônibus para São Paulo. A folhinha marcava 1975; ele tinha 35 anos.

## **CANTEIRO**

Enquanto Vigliecca vinha para o Brasil, ocorreu na França outro fato fundamental para a habitação social tupiniquim: Sérgio Ferro colocou o ponto final em "O Canteiro e o Desenho", a crítica de arquitetura mais impactante já publicada no Brasil.

Ferro era um dos principais discípulos de Vilanova Artigas, o arquiteto progressista de São Paulo.

O aprendiz, contudo, radicalizou as ideias do mestre: enquanto Artigas, quadro de destaque do Partido Comunista Brasileiro, acreditava que seu papel revolucionário consistia em buscar a identidade nacional, mesmo que fosse através do desenho de casas para a burguesia esclarecida e nacionalista, Ferro apostou na morada operária como tema central da arquitetura engajada. Em 1967, o pupilo rompeu com o PCB e, acompanhando Marighella, integrou a ALN e a luta armada, que o levou aos porões da ditadura.

De cunho marxista, "O Canteiro e o Desenho" explicitou a ação opressora do projeto de arquitetura, entendido como uma forma de dominação do operário. A tese é tão radical que, se aceita, levaria ao fim da prática da arquitetura. Exilado, Ferro seguiu a própria cartilha, sobrevivendo como professor universitário na França até a aposentadoria.

Por aqui, a maioria dos arquitetos da geração pós-Ferro, sensíveis à questão política, se afastou do projeto como atividade, migrando para a teoria ou para a burocracia. Nas rampas da escola de Vilanova Artigas, os projetistas definem esse grupo como "aqueles que não gostam de arquitetura".

Além de Vigliecca, a habitação social no Brasil possui outro componente uruguaio: no começo dos anos de 1980, importamos o mutirão participativo – moradores constroem e gerem projetos para os quais colaboram. A ideia serviu como uma luva à tese de Ferro, e o PT, que então engatinhava, percebeu sua potência: como a casa própria sensibiliza a massa, o mutirão poderia ser um instrumento para politizar e aglutinar base popular.

A experiência precursora ocorreu na zona norte de São Paulo –e desiludiu parte dos técnicos que a acompanharam: poucos participantes eram capazes de construir, e os que eram pedreiros exigiam privilégios, como furar a fila. Desde então, os críticos argumentam ser injusto o governo estimular um sistema habitacional que exige dos beneficiados horas de trabalho.

## **PIONEIROS**

O mutirão ganhou escala na gestão Erundina (1989-93), sob coordenação de Nabil Bonduki, arquiteto e um dos principais quadros do PT no setor. Também

pesquisador de fôlego, lançou no final do ano passado três volumes que reúnem cerca de 1.200 páginas sob o título "Os Pioneiros da Habitação Social [Unesp/Sesc; vol. 1, 400 págs., R\$ 145; vol. 2, 512 págs., R\$ 168; vol. 3, 296 págs., R\$ 137].

O conjunto, resultado de um trabalho de 17 anos, desenvolvido em parceria com Ana Paula Koury, enfoca o período que vai de 1930 a 1964 (leia texto ao lado).

Na entrelinhas, Bonduki se contrapõe à tese de que o modernismo brasileiro se resume a dois eixos: o monumental e oficial (leia-se Niemeyer) e o das casas burguesas (Artigas e cia.). Se Ferro reduziu o programa à vala comum do populismo, Bonduki argumenta que o saber e a produção dos arquitetos não são desprezíveis.

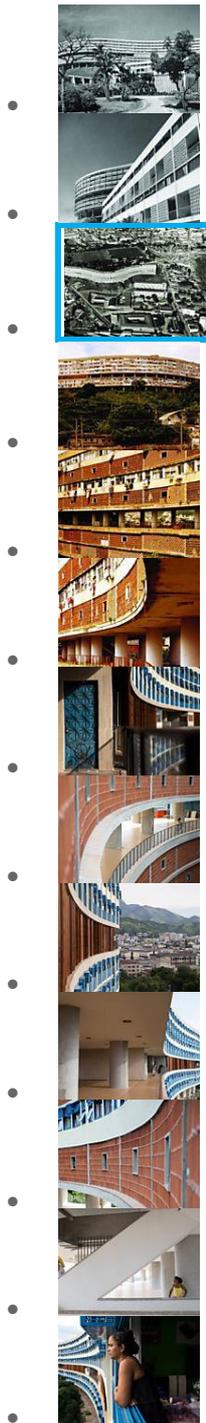
Por isso, grande parte do trabalho consiste em inédito inventário de projetos que comprovam a diversidade de soluções arquitetônicas e inovações técnicas ao longo da história. Ao iluminar arquitetos pouco valorizados, Bonduki amplia a fronteira do tema, quase sempre limitado à louvação do projeto Pedregulho – cujo desenho, de Affonso Eduardo Reidy, se tornou unanimidade entre gregos e troianos (ou Artigas e Ferro). O complexo carioca transformou a habitação social em monumento no magnífico conjunto, recém-restaurado, que serpenteia as montanhas da zona norte do Rio.

4 de 14

Acervo do Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal

Anterior Próxima





De toda forma, o livro demonstra que técnicos, no passado ou no presente, quase sempre perderam a queda de braço para políticos.

Chamam a atenção, nesse aspecto, dois capítulos acerca da experiência do autor. O primeiro é sobre a gestão Erundina em São Paulo, e nele Bonduki defende o mutirão –condenado pelos críticos à estética da miséria, defendida por Ferro: "Graças à autogestão e ao papel exercido pelas assessorias técnicas, houve um avanço na racionalização do canteiro e na pré-fabricação do canteiro". Para o autor, "a autogestão teve um papel decisivo na criação de

uma arquitetura de qualidade a baixo custo, garantindo uma identidade para cada empreendimento".

O governo Lula é o tema do segundo capítulo em que o pesquisador é protagonista. Bonduki detalha a elaboração do plano de habitação do governo do PT, que ele coordenou pouco antes de o partido assumir o poder. O projeto incluía, entre outras propostas, leis para baratear terrenos urbanos e novas formas de financiamento e concessão de subsídios.

Eleito, Lula criou o Ministério das Cidades com quadros da ala "daqueles que não gostam de arquitetura". Tudo caminhava bem –de um lado, havia apoio político para estruturar a parte legal; do outro, existiam recursos para o financiamento; e, entre eles, técnicos competentes para implantar o plano–, até explodir o mensalão.

Fragilizado, em nome da "governabilidade", o governo loteou o ministério para o PP de Paulo Maluf, –que o transformou "numa federação de secretarias desarticuladas", segundo Bonduki.

Para piorar, veio a crise financeira de 2008, e –como se urbanismo fosse um bem de consumo, como geladeiras–, o Ministério da Fazenda articulou com empresários um plano de crédito imobiliário para baixa renda, que estancaria os problemas do setor, estimularia a economia e diminuiria o desemprego. Ao mesmo tempo, no plano político, se transformaria em uma plataforma eleitoral.

Foi criado assim o Minha Casa, Minha Vida, aproveitando somente o viés financeiro do plano original –delegando-se ao mercado a solução urbanística.

Em que pese a escala, "como nunca havia acontecido", Nabil Bonduki constata que o Minha Casa, Minha Vida "não deu atenção às questões urbanas e fundiárias, enfrentando o problema habitacional, de modo predominante, com a construção de casinhas e predinhos nas periferias urbanas, com projetos de baixa qualidade arquitetônica e urbanística".

A crítica não encontra eco no constrangido quadro técnico do PT –e o silêncio deixa a impressão de que ainda se prefere equacionar o problema somente como números, desprezando o desenho.

## **"OUTSIDER"**

Falar em desenho nos leva de volta aos projetos de Vigliecca também para Erundina, citados por Bonduki como exemplos positivos. O uruguaio, como um "outsider" no debate Artigas/Ferro, retomou a importância do projeto no contexto habitacional. Ele também critica o Minha Casa, Minha Vida ("uma bomba-relógio"), afirmando ser preciso construir cidades, e não casas. "Fizeram a casa e esqueceram a vida", ironiza Vigliecca.

A crítica quase consensual entre os arquitetos é a de que o programa do governo petista estimula guetos periféricos, não mistura usos e mantém os moradores longe dos centros. Ele permite ainda o absurdo de criar

condomínios fechados, replicando modelos equivocados de projetos para a elite.

De maneira desastrosa, o PT entregou ao mercado imobiliário a solução do problema da habitação social, privatizando aquilo que foi uma das bases da sua história. E, assim, permitiu que partidos mais à esquerda passassem a capitanear os movimentos sociais de moradia.

O plano original do PT para habitação social daria certo? Na ausência de resposta e de alternativa, assumo o pessimismo de Vigliecca: o que estamos fazendo? No final de sua fala no Museu da Casa Brasileira, o arquiteto deixou no ar uma frase do rabino Tarfon, explicitando sua necessária persistência: "Não sois obrigado a concluir a obra, mas tampouco estais livres para desistir dela".

**FERNANDO SERAPIÃO**, 43, crítico de arquitetura e editor da revista "Monolito", é autor de "A Arquitetura de Croce, Aflalo e Gasperini" (Paralaxe).

Compartilhar6,1 mil Tweetar10422

## **19. A CIDADE, O HABITAT UNIVERSAL**

Paulo Timm - 2011

*“A cidade é a forma de acomodação humana ambientalmente mais benigna. Cada morador de cidade consome menos terra, menos energia, menos água e produz menos poluição que seu compatriota que habita espaços de menor densidade”.*

Peter Carlthorpe

Citado pelo Arqº Geraldo Nogueira no seu blog

## **DECADÊNCIA DA PAISAGEM**

Marcilio Mendes Ferreira – 1967

O asfalto

é o fundo negro

de um rio triste

os carros

**o fluxo louco  
de um rio louco  
E os homens?  
Ah! os homens  
apenas formigas imponentes  
margeando o rio.**

.

**Será realidade?**

.

**O luto do negro asfalto?  
Os tumores do concreto?  
O batuque da construção  
que segue o ritmo do ruído geral?  
O carro que rosna e grita  
em busca do pedestre?  
E as milhares de janelas  
que espreitam todos os meus passos?**

**Será isso realidade?**

**Vejo aquele céu imenso  
ceder lugar a um horizonte  
de edifícios,  
vejo aranhas mecânicas  
tecendo teias de pretos fios  
no tronco seco dos postes,  
vejo a cidade crescer,  
desordenadamente  
como chaga, que aos poucos  
devora a epiderme do morro.**

.

**Será mesmo realidade?**

**Já nem sei.**

-

**Quero sosego para ouvir**

**o ruído da velha casa**

**que se encolhe com o frio da noite.**

**E sentir pena,**

**porque amanhã**

**quando ela acordar**

**e abrir suas janelas,**

**verá o fantasma do edifício**

**que cresce à sua frente**

**e terá saudades da paisagem.**

\*\*\*

**“A cidade é a forma de acomodação humana ambientalmente mais benigna. Cada morador de cidade consome menos terra, menos energia, menos água e produz menos poluição que seu compatriota que habita espaços de menor densidade”.**

**Peter Carlthorpe**

**Citado pelo Arqº Geraldo Nogueira no seu blog**

Curitiba, cidade-modelo de planejamento no país e um dos melhores índices de qualidade de vida, sediou, entre os dias 10 e 15 de março passado uma

Conferência Mundial de Cidades Inovadoras (CICI 2010) Mais de 80 especialistas internacionais compareceram ao evento, que teve grande repercussão na mídia nacional e , inclusive, um destaque em “Cidades e Soluções “ , da Globonews.

A Conferência foi um grande êxito e tratou, em seus vários painéis, dos seguintes temas:

10 de março - O reflorescimento das cidades

Experiências notáveis de Inovações Sociais e Tecnológicas que estão concorrendo para a construção de um novo ambiente urbano (incluindo os ambientes favoráveis ao desenvolvimento da nova indústria) | As cidades na Globalização e na Glocalização.

11 de março - A reinvenção do governo a partir das cidades

Experiências notáveis de Inovações em Gestão (incluindo planejamento urbano e gestão de políticas e programas inovadores) | Experiências notáveis de Inovações Políticas (incluindo policies e politics) | A Cidade como Sistema Complexo ou "Organismo Vivo".

12 de março - A governança do desenvolvimento nas cidades

Experiências notáveis de Inovações para o Desenvolvimento Endógeno| Experiências notáveis de Inovações para a Sustentabilidade | A Cidade como Rede e a Sustentabilidade das Cidades.

13 de março - Cidade-rede e redes de cidades

Apresentação do projeto FIEP-OPTI 'Curitiba, Cidade Inovadora' | Formação do núcleo inicial da Rede de Cidades

Inovadoras<http://www.cici2010.org.br/FreeComponent10069content93865.shtml>

!

**Mas o que seriam cidades inovadoras e por que esse nome? Eis a resposta no site [www.cidadesinovadoras.org.br](http://www.cidadesinovadoras.org.br)**

*Cidades Inovadoras é um movimento que apoia o surgimento e multiplicação de novos atores sociais, articulados em rede. A cidade é a unidade essencial da transformação, na qual cada um de nós, cidadãos, tem um papel fundamental e efetivo. Não apenas simbólico. Do qual você pode fazer parte.*

E por que “inovadoras”?

Quem melhor responde à essa indagação é o Professor e sociólogo francês Marc Giget, presente ao encontro de Curitiba, especialista em inovação

empresarial. Diz ele que as cidades mais inovadoras sempre foram local de convergência de pessoas de todo o mundo, de todas as tendências; e abertas a influências de todo tipo. Historiando o passado das cidades, Giget afirma que a inovação foi o sucesso de Babilônia, Cartago e Persépolis até cidades do Renascimento, como Florença e Veneza. Hoje, ele diz que Helsinki, capital da Finlândia, e Barcelona na Espanha, por razões que escapam à sua capacidade de análise, são as duas cidades mais inovadoras do mundo.

Helsinki é por ele considerada o laboratório vivo da Europa, um espaço perfeito para testes; tudo o que há de novo em tecnologia é importado e colocado à disposição da população, que tem canal aberto permanente com a municipalidade. Lá estão as estruturas que correspondem aos desafios, a cidade tem alto nível educacional e de pesquisa e desenvolvimento. É a cidade favorita dos empreendedores europeus.

Barcelona, entretanto, é uma incógnita. Segundo Giget, não se sabe o porquê, mas Barcelona é a cidade que mais atrai profissionais e pessoas pensantes, a mais amada pelos jovens, a mais atraente em muitos sentidos. Na opinião do especialista, Paris na Belle Époque foi uma das cidades mais inovadoras. Ao tempo da Exposição Universal de 1900, as informações nas linhas do metrô parisiense, inaugurado naquele ano, eram escritas em 34 línguas. Hoje, ele considera que a cidade é bem menos internacional.

Mas a grande inovação nas cidades, apontada no Seminário de Curitiba, não são os investimentos em novas formas de morar- embora importantes - ou em infra-estrutura. A grande inovação são as redes de pessoas. E estas redes dependem do avanço da cultura democrática no mundo, pois, como tudo, não são “as pessoas para as cidades” , mas as “cidades para as pessoas”. Os governos devem compreender que só a livre associação dos moradores e sua articulação em rede será capaz de apontar soluções verdadeiramente legítimas e inovadoras. Isso posto, podem facilitar a vida dos cidadãos. Este foi o sentido da palestra de Jonas Rabinovitch, Coselheiro da divisão de Administração Pública e Gerenciamento do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas – Undesa. Ele mostrou como mais de 50% da população mundial já vive em cidades (e que até 2050 chegará a 3,1 bilhão de pessoas, sendo que as cidades medias entre 100 e 500 mil habitantes serão as grandes receptoras deste fluxo) que enfrentarão cada vez maiores problemas e terão menos recursos para resolvê-los. Daí sua conclusão:

Jonas Rabinovitch, conselheiro da Undesa, apresentou um panorama da ocupação urbana do planeta na CIC12010.

**"A administração pública precisa se adaptar às pessoas e não o contrário. Não conheço nenhum político no mundo que não esteja interessado em atender a satisfação da cidadania, mas, com frequência, a instituição sabe aonde ir, mas não sabe como chegar lá".**

Rabinovitch afirma ainda que a inovação cumprirá papel fundamental nessa transformação dos governos locais, mas para que ela aconteça, como parte da rotina dos governos, enumera algumas condições necessárias:

"A inovação não é um processo linear, mas um ciclo. Para se gerar uma inovação, é preciso intenção, capacidade, tecnologia - não necessariamente alta tecnologia - e recursos".

Essa questão da democratização das cidades é um ponto que vem sendo assinalado em vários encontros internacionais, conferências de especialistas e publicações na última década .

Encontro realizado no México, em 2004, em sua Declaração Final , já enfatizava esse ponto no Item III – Pelo reforço do papel da sociedade civil organizada:

“É necessária uma maior articulação da sociedade civil, para a qual é imprescindível:

- a. o reconhecimento por parte dos poderes públicos do papel que ela desempenha na governação dos processos de integração e na consecução de uma maior coesão social;
- b. a criação e o reforço de instâncias estruturadas de diálogo a nível nacional e regional;
- c. o reforço, nos programas de cooperação, de medidas orientadas especificamente para o fortalecimento das organizações que integram a sociedade civil organizada, tendo em vista o seu desenvolvimento;
- d. a criação e a promoção de redes entre organizações dos mesmos sectores socioprofissionais da União Europeia e América Latina e Cariba.”

**(Declaração do México - Terceiro Encontro Da Sociedade Civil Organizada União Europeia – América Latina e Caribe - Cidade do México, 13, 14 E 15 de abril 2004)**

Um outro encontro internacional, mais recente, de 28 de novembro a 02 de dezembro, de 2006, realizado na cidade do Recife, logo após o Forum Social Mundial, também reitera a questão democrática como viés da inovação e enfrentamento aos problemas futuros das cidades, destacando em sua Declaração Final a importância :

“na construção de processos democráticos das cidades, principalmente em um momento em que a guerra e os conflitos territoriais violam direitos e organismos de mediação internacional.”

Lideranças da gestão participativa ali realizaram a 6ª Conferência do observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP). Rudá Ricci, Doutor em Ciências Sociais, coordenador do Instituto Cultiva e membro do Fórum Brasil do Orçamento, além de autor de inúmeras publicações voltadas ao tema da gestão democrática das cidades, presente ao encontro registrou o encontro, destacando também a importância de Barcelona na criação da OIDP, na vanguarda dos processos de gestão urbana contemporâneos ([www.ibase.br](http://www.ibase.br) / dezembro,8-2006):

Oficialmente, o Observatório se apresenta como um espaço aberto a todas as cidades do mundo, assim como entidades, organizações e centros de investigação, que queiram conhecer, trocar ou aplicar experiências sobre democracia participativa no âmbito local para aprofundar a democracia no governo das cidades, para conhecer práticas inovadoras de participação ativa dos cidadãos e cidadãs na planificação e gestão urbana, para promover a integração de todos os habitantes no governo local e para aplicar políticas locais de desenvolvimento sustentável e coesão social. Procura compartilhar experiências inovadoras no campo da democracia participativa.

Anualmente realiza-se uma conferência internacional para avançar no debate sobre a participação nas democracias locais e facilitar o intercâmbio de conhecimento entre os projetos das distintas cidades. O OIDP foi apresentado e ratificado no encontro do Programa URB-AL Rede 3, realizado em Belo Horizonte, e na Conferência Internacional de Saint Denis (França). Sua constituição oficial se deu em novembro de 2001 na I Conferência do OIDP, realizada em Barcelona, onde foi aprovado seu regulamento.

No Brasil, vale destacar o trabalho desenvolvido por duas instituições: A Escola de Redes (<http://escoladeredes.ning.com/>) e o Portal ODM ([www.portalodm.org.br](http://www.portalodm.org.br)), cujos resultados foram apresentados, em Curitiba, por Alby Rocha, Coordenador do Observatório Regional de Indicadores de Sustentabilidade (Orbis)

Segundo ele, é importantíssimo conhecer, acompanhar e divulgar os indicadores de seu municípios que podem ser acessados através do [www.portalodm.org.br](http://www.portalodm.org.br), pois o processo de desenvolvimento de cidades por meio de indicadores abrange estratégias de planejamento, gestão,

transparência, participação e captação de recursos para resultados efetivos . Alby afirmou, ainda:

"Com as informações monitoradas por meio de indicadores é possível uma tomada de decisão mais eficiente. (...)Os indicadores são alertas. Para partir para a prática é preciso saber o que se quer medir e que melhora se quer alcançar"..

O Portal ODM , criado em 2009, é uma iniciativa do Orbis e utiliza o sistema de dados DevInfo, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e disponível para a população. No Paraná os indicadores são monitorados com apoio do Movimento Nós Podemos Paraná ([www.nospodemosparana.org.br](http://www.nospodemosparana.org.br)), que acompanha e identifica as causas e possíveis soluções para a melhora da qualidade de vida das cidades. Para promover o desenvolvimento local e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o movimento propõe ações e formação de grupos de trabalho nos municípios.

A “Escola de Redes” nasceu, também, há pouco tempo, 2008, , por iniciativa de Augusto de Franco e tem como propósito básico difundir a cultura democrática como princípio da reorganização do presente. A iniciativa não se restringe à administração municipal, mas tem ações e reflexos sobre ela, principalmente ao propor uma ação de novo tipo sobre os problemas urbanos. Para ele a “Rede” não é um caminho para a mudança, ela é a própria mudança. Eis, abaixo, seu “documento fundante” (<http://escoladeredes.ning.com/page/sobre-a-constituicao-da>), que pode ser aprofundado pela leitura de dois livros publicados pela base virtual da escola em Curitiba , disponíveis no site indicado, intitulados sugestivamente “Escola de Redes:Novas visões sobre a sociedade, o desenvolvimento, a internet,a política e o mundo globalizado”:

“Escola-de-Redes é uma rede de pessoas dedicadas à investigação o teórica e à disseminação de conhecimentos sobre redes sociais e à criação e transferência de tecnologias de *netweaving*.

A Escola-de-Redes é um misto de escola (ambiente favorável à realização de processos educativos) e *think tank*, ambos organizados em rede. Ela é uma coligação de pessoas e grupos que integram comunidades de projeto e de prática, de aprendizagem e de pesquisa.

Em um sentido amplo, trata-se de uma não-escola. Como mostra a logo escolhida para a escola: **E = R**, quer dizer: a escola é a rede. Em palavras: se a escola já é a rede, para que escola? Se a própria rede é uma escola...

A Escola-de-Redes não é uma organização hierárquica nem uma articulação

centralizada ou descentralizada de instituições ou organizações formais. Em última instância, são “apenas” pessoas, conectadas em rede, que cooperam entre si para desenvolver os temas acima, compartilham voluntariamente seus conhecimentos, divulgam e aplicam os produtos que desenvolveram”.

Mas se o desafio é o aprofundamento da cultura democrática, para onde vamos no futuro, em termos de habitat urbano? Será que estamos condenados às grandes aglomerações, aprisionados no concreto, sem contato com a natureza?

.....

Tudo indica que sim. Não é impossível, inclusive, que o habitat do futuro sejam imensos prédios com a capacidade de abrigar, com todo o conforto proporcionado pela tecnologia do futuro, até 100 pessoas. Paradoxalmente, segundo muitos autores, entre eles o citado em epígrafe, a cidade continuará sendo o melhor e mais econômico modo de se habitar o planeta. E, nas cidades, provavelmente, os mega-edifícios tecno-ecológicos, que permitiriam diminuir a horizontalidade das cidades, diminuindo-lhes o custeio. Mas se o futuro é polêmico, há vários desafios, apontados pelo já citado Marc Giget, que sonha com o “reencantamento do mundo” e para quem poderá haver até um retorno às casas primordiais da Mesopotâmia antiga, mas articuladas às denominadas “Cidades-Colina”, com grandes prédios de elevada tecnologia. Ele preuncia alimentos mais saudáveis, meios de transporte mais limpos e mais velozes adequados ao percurso das viagens (longo ou curto) e casas inteligentes verticalizadas a partir de 2030. O tema foi por ele detalhado na palestra “A Vida nas Cidades a partir de 2030”, com base em pesquisas realizadas em universidades de vários países. Diz o autor, citando Leonardo da Vinci, para quem “não antecipar é gemer”, reiterando a importância de se antecipar o futuro como forma de prever futuros problemas e já buscar as soluções para eles.

**“Não há nenhuma grande revolução à primeira vista, mas são mudanças significativas, muitas já em curso, que farão total diferença na nossa forma de enxergar o mundo e dialogar com ele”,**

A Conferência CICI -2020, de Curitiba, nos traz um conjunto de informações, reflexões e preocupações sobre o futuro, sabendo-se, de antemão que é dentro das cidades que vamos morar e é aí, tal como no passado, onde se constituía a “cidadania”, onde poderemos aprofundá-la para melhor enfrentar os desafios tecnológicos do futuro, excluindo, portanto, qualquer solução que não passe pela democracia e pela razão consensual. Como na antiga Grécia, o Reino da Política continuará sendo não o reino do Logos que se impõe como razão imperativa à sociedade, mas a “doxa”, a opinião, capaz de melhor

equipá-la fundada nos princípios morais que sustentam a ética de uma existência virtuosa e de uma estética desta própria existência, onde o viver seja uma obra de arte. Ou como diz um velho dito: “A natureza é arte de Deus, a arte a natureza do Homem.”

.....

## **20. A IMPORTANCIA DO LOCAL NO MUNDO GLOBALIZADO**

<http://globotv.globo.com/globo-news/milenio/t/programas/v/sociologa-fala-sobre-a-importancia-do-local-para-o-mundo-globalizado/2532073/>

## **21. "A NOVA SOCIEDADE URBANA"! "NADA A LONGO PRAZO"!**

Trechos do artigo de Richard Sennett, Professor de sociologia na London School of Economics, no Le Monde Diplomatique de 11/09/2001.

1. Uma cidade é um lugar em que as pessoas podem aprender a viver com desconhecidos, compartilhar experiências e interesses não familiares. A uniformidade embrutece enquanto a diversidade estimula o espírito. A cidade também oferece a seus moradores a possibilidade de desenvolver uma consciência de si mais complexa e mais rica. Não são submetidos a um esquema de identidade imutável. As pessoas podem desenvolver imagens múltiplas de suas identidades, na medida em que o que são varia de acordo com as pessoas com quem convivem. Aí está o poder da diversidade - a liberdade de uma identificação arbitrária. Com relação a isso, os arquitetos e os urbanistas têm novos desafios pela frente, pois a globalização revolucionou o modo de produção, permitindo aos assalariados trabalharem de maneira mais flexível. E obrigando-os a viver a cidade de uma outra maneira.

2. Há mais ou menos 20-25 anos, as empresas começaram a se revoltar contra a pirâmide weberiana. Tentou-se "diluir", suprimir, alguns postos administrativos (utilizando as novas tecnologias da informática para substituir os burocratas) e acabar com a prática da atividade fixa para substituí-la por equipes que trabalham em períodos curtos e tarefas específicas. Nessa nova estratégia, as equipes entram em competição umas com as outras, procurando satisfazer o mais rápido possível os objetivos fixados pelo topo da hierarquia. Não se trata mais de cada trabalhador ocupar um lugar específico em uma cadeia de comando bem definida. Assiste-se à duplicação das tarefas: equipes distintas confrontam-se para fazer o mesmo trabalho de forma mais rápida e eficiente. Dessa maneira, a empresa pode atender melhor às evoluções da demanda.

3. A palavra de ordem nesses locais de trabalho "flexíveis" é: "Nada a longo prazo!" Os planos de carreira foram substituídos por empregos que consistem em efetuar tarefas específicas e limitadas. Terminada a missão, o emprego é muitas vezes suprimido. No setor de alta tecnologia do Vale do Silício, a duração média de um emprego é de oito meses. As pessoas mudam constantemente de parceiros profissionais. As teorias modernas da gestão de empresas sustentam que o "prazo de validade" de uma equipe não deve ultrapassar um ano. Mas a flexibilidade não leva à solidariedade e tampouco proporciona a democracia. É difícil sentir-se envolvido em uma empresa que não tem a natureza bem definida; é difícil agir com lealdade em uma instituição instável, que não demonstra ser leal com você. Os dirigentes de empresas descobrem que a falta de envolvimento se traduz em uma redução da produtividade e uma certa indiferença à noção de confidencial. A ausência de solidariedade, que é explicável pelo princípio "Nada a longo prazo", é um fenômeno bem mais sutil. As taxas de mobilidade geográfica passam a ser muito elevadas entre os trabalhadores que vivem a flexibilidade. O temporário é o único setor do mercado de trabalho com crescimento rápido, levando os assalariados a mudarem de casa com frequência.

4. Alguns especialistas em estudos urbanos sustentam que, para essa elite, o modo de vida na cidade tem mais importância do que seus empregos. Alguns bairros - chiques, com restaurantes na moda e serviços específicos - substituem a própria empresa como ponto de referência. A segunda expressão do novo capitalismo é a padronização do ambiente. Há alguns anos, o diretor de uma grande empresa do setor da nova economia - durante uma visita ao Chanin Building, em Nova York, um palacete art déco, com escritórios ultramodernos e espaços públicos esplêndidos - declarou: "Isso não seria conveniente para nós, as pessoas poderiam se ligar exageradamente a seus escritórios, poderiam se apropriar deles."

5. Paralelamente a essa "arquitetura-envelope" assiste-se à padronização do consumo público - uma rede mundial de lojas que vendem os mesmos produtos nos mesmos tipos de espaço, seja em Manila, no México ou em Londres. É difícil se afeiçoar a uma loja específica da cadeia Gap, ou de uma Banana Republic; a padronização produz a indiferença. As cidades deixam de oferecer o desconhecido, o inesperado ou o estimulante. Do mesmo modo, as experiências de uma história compartilhada ou de uma memória coletiva desaparecem diante da neutralidade dos espaços públicos. O consumo padronizado acaba com as referências locais do mesmo modo que o novo local de trabalho mina a memória interiorizada, compartilhada pelos trabalhadores.

## 22. O futuro nas cidades - 24/03/2010

### Marc Giget antecipa as mudanças previstas para as cidades

Casas tecnológicas, alimentos saudáveis e meios de transporte mais limpos e velozes devem fazer parte do cenário da vida urbana a partir de 2030

Casas altamente tecnológicas, mais verticalizadas, com amplo espaço em ambientes comuns como salas e cozinhas e ao mesmo tempo espaço destinado ao uso pessoal como um casulo; meios de transporte mais velozes, mais limpos e específicos para cada tipo de traslado (curta ou longa distância); alimentação mais saudável e voltada para frutas, verduras e legumes. Estas devem ser algumas características da vida nas cidades daqui a 20 anos, de acordo com pesquisas de universidades de várias países. O tema foi detalhado pelo diretor do Instituto Europeu de Estratégias Criativas, da França, Marc Giget, na palestra "A Vida nas Cidades a partir de 2030", realizada por iniciativa da Fiep, na noite da última segunda-feira (22), em Curitiba.

Formado pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais e doutor em Economia Internacional pela Universidade de Paris, desde que criou o Instituto Europeu de Estratégias Criativas, Giget se dedica a pesquisas ligadas à inovação e durante a palestra trouxe à discussão vários prognósticos do futuro.

"Não há nenhuma grande revolução à primeira vista, mas são mudanças significativas, muitas já em curso, que farão total diferença na nossa forma de enxergar o mundo e dialogar com ele", enfatiza Giget. Por isso, a necessidade de se fazer uma reflexão diante de um futuro não tão distante. Citando Leonardo da Vinci 'não antecipar é gemer', o cientista social reitera a importância de antecipar o futuro como forma de prever futuros problemas e já buscar as soluções para eles.

A grande mudança em relação às casas e domicílios é o desenvolvimento sustentável, já em prática em muitas cidades do mundo. Não se pensa em mudanças radicais já que as pessoas são apegadas às suas casas. Vemos uma volta às casas com átrio como na Antiga Mesopotâmia ou Grécia Antiga, em que a natureza entra em casa, trazendo luz e calor. Com inverno e chuva seria um problema, aí é que entra a tecnologia para isolamento térmico entre outras modernidades. "O futuro não é a negação do passado é a retomada dos objetivos técnicos, de conforto e segurança alinhados às novas possibilidades", enfatiza.

Giget também mostrou como deverá ser o desenho das cidades no futuro. Já existe pesquisa do Instituto Europeu de Estratégias Criativas que mostram que os novos edifícios serão energeticamente autônomos e neutros em emissões de gás carbônico. "Chamadas de Cidades - Colina, as novas cidades serão menos horizontalizadas e mais verticalizadas, ocupando menos perímetro urbano. Essa economia de espaço vai trazer a aproximação das pessoas, não só fisicamente, mas no modo de organização social, com um fortalecimento das redes e da vida em comunidade".

**Alimentação** - Dentro os tantos assuntos abordados, comida é um tema que chama muito atenção. Atualmente vive-se um medo eminente da falta dela para todos. Para Giget, em nível global não há grandes riscos de faltar alimento, pois além de novos tipos de alimentos, haverá uma grande revolução verde, voltada para frutas, verduras e legumes mais saudáveis, com menor quantidade de sal e açúcar. "No futuro vamos comer as mesmas coisas que hoje, só que os nutrientes dos alimentos estarão potencializados pelas pesquisas que a biologia molecular tem nos trazido. E podemos ter alimentos mais atrativos para crianças, por exemplo, um vegetal em formato de pirulito ou algo do gênero", ressalta.

O pesquisador mostrou vários protótipos de novos veículos, demonstrou como serão as aulas no futuro com processo educativo mais atrativo e interativo, a mudança da ideia de televisão trazendo obras de museus para dentro de casa, maior exploração do universo ao alcance de todos e não apenas de cientistas. Também apresentou a futura forma de comunicação inter-culturalmente com um equipamento de tradução simultânea quebrando a distância cultural da língua em tempo real; a medicina que terá as funções de salvamento, controle e monitoramento com as novas técnicas preventivas, entre outras possibilidades.

**Planejamento** - "As tecnologias estão avançando a passos cada vez mais velozes e qualitativos e as relações que se faz entre essas novas tecnologias e a novas potencialidades é o encontrar o que as pessoas realmente desejam para o futuro", daí a necessidade de se fazer um retroplanejamento. "Se no futuro queremos que haja pouco consumo de energia, com base nas novas tecnologias já podemos estudar e definir como alcançar esse baixo consumo nos próximos anos", afirma.

Para fazer esse retroplanejamento, Giget explica que é imprescindível a reflexão coletiva de todos os setores da sociedade. Segundo ele, os pesquisadores podem apontar como já foi no passado e como está sendo feito no presente; empresas e empresários que lidam diretamente com os produtos reais, podem dizer o que funciona e o que não funciona; os adolescentes podem apontar em que tipo de mundo querem viver; os idosos que não serão impactados diretamente mas pensam em seus descendentes e, por isso, possuem visão filosófica e otimista; e também as crianças que ainda não têm nenhuma preocupação quanto ao futuro e, por isso mesmo, pensam em soluções criativas e animadas. "A oportunidade de um diálogo com todos os tipos de pessoas é o que nos trará respostas para o mundo daqui a 20 e 30 anos", acredita Giget.

O cientista social também abordou a necessidade do 'reencantamento do mundo' preconizado por Max Weber para que questões psicológicas, sociológicas e tecnológicas tenham valor agregado e estejam disponíveis para todas as pessoas. "Quando olhamos para o passado, vemos que o essencial não muda. Mozart nasceu em 1756 e ainda continua sendo o número 1 da música clássica; a Torre Eiffel foi construída em 1889 e continua sendo um dos pontos turísticos mais visitados em todo o mundo; as sandálias havaianas foram lançadas em 1962 e continuam líder de mercado e devem acompanhar até 2030 ou 2040".

A palestra foi uma iniciativa do Sistema Fiep, como parte do programa Cidades Inovadoras que engloba um conjunto de ações de curto, médio e longo prazos voltadas ao desenvolvimento local em Curitiba, região metropolitana e interior do Paraná.

## **23. Cooperação e mudanças - 23/03/2010**

### **População assume papel de protagonista nas transformações urbanas**

Cooperação entre cidades também pode facilitar mudanças importantes

É preciso estar atento ao movimento subterrâneo que ocorre na sociedade e vai desembocar, fatalmente, em mudanças profundas. Quais são elas, ou as estruturas que surgirão, ainda não são conhecidas. Mas certamente serão desenhadas pela população, que começa a assumir com mais determinação as decisões que devem ser tomadas.

O resumo oferece apenas uma idéia da visão apresentada pelo articulador do Comitê Científico da Conferência Internacional Cidades Inovadoras, Augusto

de Franco, na mesa de abertura do evento, que teve como tema **O Reflorescimento das Cidades**. De acordo com Franco, que é analista político e animador de redes sociais, as cidades já estão experimentando mudanças importantes, mas as grandes e pesadas estruturas atuais e os governos ainda não perceberam. É impossível segurar o processo, alertou.

A opinião de Franco foi partilhada pelos demais palestrantes. Uma das maiores experts em urbanismo no mundo, a jornalista norte-americana Carol Coletta, acredita que o maior desafio da inovação nas cidades é a resistência das pessoas. "É da natureza humana não gostar de mudanças", disse.

Segundo ela, as grandes mudanças são geradas por coisas muito simples, mas que precisam da cumplicidade da população. E apresentou cálculos que mostram que os Estados Unidos economizariam US\$ 1.66 bilhão por ano apenas com a redução de 1 ponto percentual na pobreza e em mudanças que permitiriam que o cidadão não tivesse de se locomover mais de uma milha por dia.

As cidades sempre estiveram à frente das inovações, acrescentou Augusto de Franco. E isso não mudará. Para enfrentar o problema financeiro que os municípios teriam para poder administrar seu próprio destino de forma mais ampla, ele aponta a coligação e cooperação entre as cidades. "Já estão surgindo cidades-regiões e até cidades transnacionais", afirmou.

O vice-prefeito de Londres, Richard Barnes, apresentou como exemplo prático de melhoria da cidade a revitalização das docas. Barnes disse que esta ação foi uma das grandes responsáveis pelas mudanças experimentadas pela capital inglesa nos últimos anos - que passa por um verdadeiro reflorescimento.

## **23. BRASIL: O DESAFIO DAS CIDADES**

Luiz Alfredo Salomão

**Este texto é uma parte da introdução do artigo de mais de 50 páginas de mesmo título. Aos interessados, segue o link para download da íntegra:**

**[http://www.4shared.com/file/RIBOP61Hce/Brasil -  
o desafio das cidade.html](http://www.4shared.com/file/RIBOP61Hce/Brasil_-_o_desafio_das_cidade.html)**

### **1. Introdução**

## Demografia e Ocupação do Território

O processo de colonização do Brasil por um país europeu pouco populoso, que praticava um mercantilismo baseado na exploração primária de recursos naturais para exportação, dependente de mão de obra escrava, e cuja metrópole doava terras através das sesmarias[1] e, por isso, era incapaz de exercer controle sobre uma elite local violenta, socialmente excludente não apenas dos africanos importados, mas também dos brasileiros pobres aqui nascidos, deixa marcas até hoje na ocupação do nosso território.

Após 50 anos do “descobrimento”, ainda não havia portugueses vivendo aqui. Durante os 350 anos seguintes, a ocupação seguiu o modelo da colônia de exploração, ou seja, era basicamente litorânea, dispersa e itinerante de acordo com as necessidades das atividades econômicas, não havendo vias de comunicação e de transporte terrestre.

As feitorias na costa, inicialmente criadas para o controle do extrativismo e a exportação de seus produtos, como em África, foram complementadas por assentamentos humanos instalados para viabilizar a produção do açúcar, da pecuária extensiva, mineração de metais preciosos, etc. até o final do século XVIII. Outros aglomerados urbanos foram criados por razões de defesa (fortificações) e da necessidade de gestão de um vasto território.

No entanto, alguns autores (NATAL-2014) mostram que não faz sentido examinar a questão das cidades no Brasil antes de 1870, quando tem início o processo de industrialização consistente, no bojo da expansão da moderna cafeicultura exportadora paulista, quando são deflagrados também os processos sociais e políticos característicos da chamada Modernização Conservadora do País (1870-1979).

Dentre esses processos deste período pouco mais que centenário, avulta a acelerada urbanização, sem qualquer planejamento estatal e impulsionada por diferentes fatores, com destaque para: a retenção das terras como reserva de valor, sob a forma de latifúndios improdutivos, onde vigiam más condições de trabalho e baixa/nenhuma remuneração dos trabalhadores rurais, conjugadas com a dificuldade deles de ter acesso à propriedade da terra e sua busca por melhores padrões de vida, que só a cidade oferecia (escola, saúde, emprego, proteção social etc.)

Hoje, o Brasil é um país superurbanizado (cerca de 85% da população atual vive em cidades) e, de acordo com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, a taxa de urbanização deverá atingir 90%, até 2020 (HABITAT-2012).

Quem examina os Censos do IBGE fica impressionado com a verdadeira revolução demográfica verificada no período 1940-1980, que arrefeceu um pouco nas décadas seguintes, sem que, no entanto, cessassem as migrações campo-cidade, que se medem aos milhões por década.

Em 1940, a população rural era de 28,4 milhões de habitantes (68,8% da população total), contra apenas 12,8 milhões de pessoas vivendo nas cidades (31,2%). Proporção aproximada de 2:1 de população rural para urbana. Já no Censo de 1970, verifica-se que a população urbana ultrapassou a rural (taxa de urbanização de 55%) e foi na contagem da população de 1980 que as proporções se inverteram em relação a 1940. Ou seja, no começo dos anos 80 apenas 1/3 dos brasileiros ainda viviam no campo, enquanto 2/3 estavam nas cidades.

O crescimento explosivo das cidades brasileiras[2] nas quatro décadas de 1940-80, foi em grande parte induzido, também, pelo acelerado processo de industrialização, no qual predominavam indústrias intensivas no uso de mão de obra, constituindo assim fator de atração das migrações para os grandes centros fabris. A crise fiscal e a crise da dívida externa, deflagradas no início dos anos 1980, porém, estancaram a industrialização. Mas novos fatores surgiram para impulsionar o crescimento das cidades, especialmente as médias e pequenas.

Um deles foi a extraordinária expansão da fronteira agrícola para o Norte, o Centro Oeste e o Nordeste, acompanhada da introdução de inúmeras inovações tecnológicas na agropecuária brasileira, a partir dos anos 1970/80, capazes de desenvolver e difundir uma nova agricultura tropical[3] em substituição às práticas da agricultura temperada da Europa, utilizadas desde o Brasil-colônia. Tal expansão teve dois efeitos importantes para o crescimento das cidades: aumentou consideravelmente a produtividade agrícola e liberou, através da mecanização extensiva, grandes contingentes de mão de obra para as atividades de serviços no meio urbano, que cresceram intensamente.

Ou seja, a agropecuária brasileira viabilizou as ininterruptas migrações campo-cidade, baixando o custo de reprodução da mão de obra (custo da alimentação na cidade) e permitindo que menos gente produzisse mais. De outra parte, a expansão da fronteira agrícola levou à conversão de muitos distritos municipais, que eram rurais, em novas cidades.

O número de municípios brasileiros saltou de 3.952, em 1970, para 5.507, em 2000, ou seja, um aumento de 39%. Porém, se consideradas as regiões Norte e Centro-Oeste, onde se deu a maior dinâmica de expansão agrícola, os números são ainda mais surpreendentes: de 195 para 449 municípios, na região Norte (+130%) e de 254 para 446 municípios (+75%) no Centro-Oeste, em apenas 30 anos

Como seria de se esperar, esta urbanização tão rápida da população num país eufemisticamente chamado de “em desenvolvimento” e agora de “emergente”, com limitados recursos para investimento em infraestrutura, só poderia resultar em enormes déficits de habitação e de serviços públicos de infraestrutura a ela associados (saneamento, transportes urbanos, telecomunicações, etc.) além de carências sérias nos serviços sociais (educação, saúde, assistência social).

#### Distorções na ocupação territorial na escala nacional

Não cabe discutir aqui os detalhes e as implicações do extraordinário desenvolvimento tecnológico da agricultura e da pecuária brasileiras, que nos tornaram grandes produtores e exportadores de proteína animal, grãos (complexo soja), cana de açúcar (açúcar, etanol e bagaço), frutas etc., colocando o Brasil na posição de segundo maior exportador de alimentos[4] do mundo.

Mas é importante ressaltar que o desenvolvimento da pecuária brasileira, em particular, traduzido pelo aumento significativo dos rebanhos, inclusive do bovino, e pelo crescimento das taxas de desfrute, não modificaram, porém, a disposição dos grandes e médios fazendeiros de manter a criação extensiva de gado, com baixa taxa de ocupação dos pastos. O objetivo dessa estratégia é manter suas terras como reserva de valor e ocupá-las para evitar o risco de invasões ou de vê-las declaradas como improdutivas e passíveis de inclusão nos programas de reforma agrária.

A explicação contida nesses dois parágrafos é necessária para compreender porque a pecuária extensiva continuou sendo a atividade antrópica que ocupa a maior área do território brasileiro[5], conforme ilustram os Mapas I-1 e I-2, seguintes.

Neles se observa que, exceto pela Região Sudeste, a dispersão das ações humanas (assentamentos humanos e atividades econômicas) no espaço brasileiro (áreas vermelhas do Mapa I-1) caracteriza baixas densidades de atividades produtivas e grandes distâncias entre os núcleos urbanos fabris mais concentrados.

Isso significa maior dificuldade de articulação de cadeias produtivas e das redes de cidades integradas[6], sendo que as grandes distâncias exigem pesados investimentos para construir e manter infraestruturas econômicas adequadas de transportes, telecomunicações, energia elétrica e distribuição de petróleo e gás, gestão governamental etc.

## 25. Las redes de ciudades: un fenómeno en crecimiento en el plano internacional

Verónica Merlo\* | 10/06/2016 - 00:11 |  |  |



redciudadessuramericanas.org

El trabajo en red es una forma de cooperación descentralizada que adquirió gran protagonismo en los últimos años. Aparece como una herramienta que posibilita la inserción internacional de los gobiernos subnacionales y se caracteriza por el establecimiento de relaciones horizontales flexibles, ágiles y dinámicas entre entidades, instituciones o

**individuos, con un alcance geográfico global o regional, buscando alcanzar objetivos comunes, intercambiando información y experiencias. Ya no se trata de acciones aisladas sino de colaboraciones más amplias con un enorme potencial para provocar efectos multiplicadores y externalidades positivas.**

Dentro de las ventajas que ofrece la participación en redes se encuentra la posibilidad de generar economías de escala, obtener un mayor poder de negociación, generar un valor añadido o desarrollar infraestructuras. Pueden señalarse también otros objetivos como la promoción del intercambio de mejores prácticas entre los funcionarios de los gobiernos locales, incentivar la integración en el país o la región, aumentar la cooperación internacional e implementar proyectos transnacionales.

Los gobiernos locales han ido paulatinamente incursionando en el trabajo en redes, incrementando la labor que antes se restringía a proyectos bilaterales o hermanamientos. La cooperación a partir de una red deja de lado el modelo clásico vertical que implicaba la transferencia de recursos financieros de donantes a beneficiarios, para pasar a definirse como un medio caracterizado por relaciones horizontales, para obtener una mayor inserción internacional. De esta forma, los gobiernos locales pueden discutir y combatir sus problemas tomando como ejemplo las buenas prácticas para adaptarlas al propio gobierno.

Motivos por los que surgen las redes de ciudades en América Latina

Según Antonio Cardarello, los motivos que explican este fenómeno abarcan desde la crisis del Estado-Nación, la convivencia de partidos diferentes gobernando a distintos niveles, hasta la integración regional. Asimismo, los Estados quieren legitimarse a través de la descentralización de sus estructuras transfiriendo competencias a gobiernos locales, y dando la oportunidad a los ciudadanos de participar activamente.

Por otra parte, la configuración de redes adquirió gran impulso con la aparición del concepto de paradiplomacia, que refiere a la necesidad de operar por parte de los gobiernos locales, en contextos globalizados y regionalizados, asumiendo más tareas y encarando más problemas, sumando nuevas competencias a sus funciones.

En América Latina el surgimiento de las redes data desde la década de 1980, período caracterizado por la redemocratización, en el cual se produjo una búsqueda de mayor autonomía y descentralización. Se fue dando la creación de nuevos municipios, la necesidad de las ciudades de pertenecer a redes

como forma de obtener recursos e insertarse exitosamente en el mundo. De esta forma, comienzan a organizarse las ciudades en redes internacionales y se crea Metrópolis – asociación mundial de las ciudades con más de un millón de habitantes. En la década de 1990 se intensifica este tipo de configuración con la creación en Europa de la Red Eurociudades, y en América del Sur con la creación de la red Mercociudades.

### **Naturaleza de las redes**

Haciendo referencia a la naturaleza de las redes, Antonio Cardarello distingue entre: redes temáticas, con perfiles específicos, geográficas y las que persiguen un objetivo específico.

Con respecto a las redes temáticas, cabe mencionar que el principal objetivo es trabajar conjuntamente aplicando la cooperación internacional, realizando intercambios en temas específicos dentro de un área de estudio. Ciudades de diversas áreas geográficas buscan asociarse con el fin de intercambiar experiencias en aspectos locales como el empleo, medio ambiente o urbanismo. Como ejemplo se puede mencionar las redes que componen el programa URB-AL. Este programa fue impulsor del trabajo en red, ya que su objetivo se centró en desarrollar redes de cooperación descentralizada basadas en temas específicos entre ciudades de América Latina y la Unión Europea. Se dividió en tres fases e incluyó temáticas tales como democracia, conservación de contextos históricos urbanos, desarrollo económico local, políticas sociales urbanas, medio ambiente y gestión de residuos, presupuesto participativo. Sus resultados denotan un balance positivo en cuanto a la consolidación de vínculos duraderos entre las localidades de América Latina y la Unión Europea, la contribución al fortalecimiento institucional de los municipios, la difusión de buenas prácticas urbanas, la formación de profesionales, la búsqueda de soluciones conjuntas a problemas comunes y el impulso de una cohesión social (específicamente con la implementación de URB-AL 3).

Dentro de las redes con perfiles específicos se pueden incluir ciudades capitales o grandes ciudades que realicen intercambios de experiencias, se brinden apoyo mutuo en áreas como sustentabilidad y medio ambiente, transporte, planificación urbana y desarrollo económico. La Unión de las Ciudades Capitales Iberoamericanas (UCCI) es un ejemplo de red que agrupa a ciudades capitales, impulsa el municipalismo iberoamericano mediante el fortalecimiento de la democracia, la participación ciudadana y la colaboración entre gobiernos locales.

Las redes territoriales hacen referencia a la agrupación de ciudades

pertenecientes a una misma área geográfica que se proponen trabajar asuntos que interesan a ambas localidades, intercambiando experiencias y buscando soluciones conjuntas. Según Batista, citado en Carderello, “las redes de ciudades que actúan en el ámbito de la integración regional, como la red Mercociudades y Eurociudades, han desempeñado un papel importante en el fortalecimiento y democratización de los procesos de integración regional”.

### **Mercociudades**

Creada en 1995 con el objetivo de favorecer la integración regional, es la principal red de gobiernos locales del MERCOSUR y consta de acciones de cooperación horizontal y de intercambios entre municipios de la región, y entre éstos y otras regiones del mundo. Se caracteriza por propiciar un ámbito institucional para las ciudades en el MERCOSUR, favoreciendo de esta manera la participación de los municipios en el proceso de integración regional. Presenta una estructura institucional compuesta por una Asamblea General, un Consejo Ejecutivo, una Secretaría Ejecutiva y una Secretaría Técnica Permanente.

En la actualidad cuenta con más de trescientas ciudades asociadas de Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay, Chile, Venezuela, Colombia, Perú y Bolivia; y tiene la característica de estar organizada según una serie de Unidades Temáticas, en las que una ciudad ejerce la coordinación. Se abordan temas como ambiente y desarrollo sostenible, gestión y participación, ciencia y tecnología, cooperación internacional, cultura, desarrollo económico local, desarrollo social, desarrollo urbano, educación, género y municipio, integración fronteriza, juventudes, planificación estratégica, seguridad ciudadana y turismo.

### **Ejemplos de prácticas desarrolladas en el marco de redes de ciudades por la ciudad de Rafaela**

La ciudad de Rafaela es miembro de las redes CIDEU (Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano) y MERCOCIUDADES, participó en las redes URB-AL e Intermuni, y de reuniones del Foro Consultivo de Estados Federados, Provincias y Departamentos del MERCOSUR.

En el marco de la red CIDEU ha recibido técnicos para la formulación del “Plan Estratégico para Rafaela” y asistió al encuentro “Cities for Life Global Meeting Medellín 2015”, reconocida ciudad por ser innovadora y activa en la planificación urbana. Esta experiencia permitió compartir información y buenas prácticas referidas a temas urbanos, al servicio de la solución de desafíos de las localidades intervinientes.

Con respecto a MERCOCIUDADES, Rafaela es miembro y ha colaborado en las unidades temáticas Desarrollo Económico, Juventud, Cultura, Educación, Planificación estratégica, Seguridad Ciudadana, fomento de Negocios y Cooperación Internacional descentralizada.

La agenda desarrollada ha sido amplia, la ciudad ha participado en proyectos en el marco de la Red URB-AL en el año 2000, junto a municipalidades de Río de Janeiro, Torino, Quetzaltenango, la Cámara de Industria y Comercio de Torino y Palma de Mallorca. Los temas que se desarrollaron fueron desarrollo local, programas de microcrédito e incubadora de empresas.

Participó en el FCCR, un espacio institucional de los gobiernos subnacionales en el proceso de integración regional del MERCOSUR, poniendo en discusión temas que competen a los gobiernos locales, aportando iniciativas en un ámbito de diálogo y cooperación. Por último, realizó aportes en el Foro Eurolatinoamericano de Torino, un portal que actúa como espacio interactivo, en el cual se desarrollan proyectos y se realizan conferencias apuntando a facilitar los esfuerzos de innovación de las regiones socias, apoyándose en la cooperación internacional.

### **Conclusión**

Las redes de ciudades constituyen una modalidad de cooperación internacional descentralizada que se encuentra en crecimiento y aporta beneficios que contribuyen al desarrollo local, mejorando el nivel de vida de la población. Se configuran como un espacio de intercambio con la sociedad civil, aportan a la formulación de políticas públicas, promueven investigaciones y difunden diversas experiencias exitosas de las gestiones urbanas. De esta manera, se da una irrupción del mundo local en el ámbito internacional que permite a las ciudades defender sus intereses y formar redes, obteniendo una mayor incidencia en su área de actuación y contando con la oportunidad de transferir buenas prácticas, asumiendo de manera conjunta desafíos que presentan dificultades a la hora de resolverlos de forma aislada.

### **Fuentes:**

- Eugene Zapata Garesché, Manual práctico para internacionalizar la ciudad. Guía para la acción exterior de los gobiernos locales y la cooperación descentralizada Unión Europea- América Latina, Diputación de Barcelona. Barcelona, España, 2007.
- Antonio Cardarello y Jorge Rodríguez, "Las redes de ciudades como herramienta privilegiada para la gestión de cooperación descentralizada", en Anuario de la Cooperación Descentralizada, Editorial Montevideo, Observatorio

de Cooperación Descentralizada Unión Europea-América Latina, 2006.

- Batista Sinoel, Freire Lima María Fernanda y Fronzaglia Mauricio. Redes de ciudades.<http://observ-ocd.org/sites/observ>

[ocd.org/files/publicacion/docs/226\\_103\\_1.pdf](http://observ-ocd.org/files/publicacion/docs/226_103_1.pdf)

- Castells, Manuel. La era de la información. Economía, sociedad y cultura. Fin de milenio. Madrid: Alianza. Vol. III. 1998.

- Costamagna Pablo y Foglia, Mariana, “Hacia la construcción de una agenda estratégica de internacionalización de los territorios”, Abril 2011.

<http://www.paradiplomacia.org>

- Diputació de Barceló y Municipalidad de Valparaíso, “Balance perspectivas de la cooperación descentralizada entre colectividades locales de la Unión europea y de América Latina en el territorio de las políticas urbanas”, Conferencia sobre partenariado local Unión Europea – América Latina. 2004

- Ferrero, Mariano, “La glocalización en acción: regionalismo y paradiplomacia en Argentina y el Cono Sur Latinoamericano”, en VII Congreso Nacional de Ciencia Política (SAAP), Córdoba, 2005.

- Badia I Dalmases, Francesc, “Los gobiernos locales en la acción exterior: Una visión desde Cataluña”, en CIDOB, Barcelona, España. 2009.

- Godínez Zuñiga, Víctor y María del Huerto Romero (eds.), Tejiendo lazos entre territorios. La cooperación descentralizada local Unión Europea-América Latina. Valparaíso: Municipalidad de Valparaíso/Diputació de Barcelona. 2004.

- Gutiérrez Camps, Arnau (2006). “Una aproximación a las relaciones de cooperación descentralizada entre la Unión Europea y América Latina”. En Anuario de la cooperación descentralizada, Montevideo, 2005.

- [www.mercociudades.org](http://www.mercociudades.org)

- [www.centrourbal.com](http://www.centrourbal.com)